

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS**

JEANNE ARAÚJO E SILVA

**CRIANÇAS TRANSGÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA BRASILEIRA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MANAUS -AM

2019

JEANNE ARAÚJO E SILVA

**CRIANÇAS TRANSGÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA BRASILEIRA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho.

MANAUS -AM

2019

Catálogo na fonte
Elaboração: Ana Castelo CRB11ª -314

S586c Silva, Jeanne Araújo e

Crianças transgênero: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos./ Jeanne Araújo e Silva. – Manaus: UEA, 2019. 112fls. il.:30cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr.Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

**1. Transgênero- Criança 2.Sexualidade infantil-Pesquis 3.Subjetivação
I. Orientador: Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho. II. Título.**

CDU 612.6.057

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br
Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol
Pça. XIV de Janeiro. CEP. 69010-170 Manaus - Am**

JEANNE ARAÚJO E SILVA

**CRIANÇAS TRANSGÊNERO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA BRASILEIRA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Aprovada em de de 2019

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca – Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho – Universidade do Estado do Amazonas

Membro (a) interno – Dra. Rita de Cássia Fraga Machado – Universidade do Estado do Amazonas

Membro (a) externo Dr. Rodrigo Borba – Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Como filha de pessoas simples que não
tiveram oportunidades de concluir o
Ensino Fundamental, como primeira
pessoa na família a finalizar um curso
stricto sensu, é aos meus pais que dedico
este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos dando graças a Deus pela conclusão deste Curso de Mestrado, a Ele me voltei em muitos momentos de aflição e de graças.

Agradeço imensamente e de coração às amigadas que o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas me proporcionou, à Mariah Rafaela que em muitos momentos me iluminou com suas experiências, à Vênus Maély pela graciosa amizade que garantiu conforto em momentos cujo desabafo era a única alternativa de alívio, ao Márcio Braz, à Camilla Corrêa, à Luana Dias e a todos os professores que nos acompanharam nesta jornada.

Agradeço aos amigos que tenho no Centro de Mídias de Educação do Amazonas que torceram por mim no decorrer destes dois anos e me apoiaram e animaram nos momentos em que desanimei. Agradeço ao apoio da Lúcia Regina, do Felipe Lima, do Josino Malagueta, do Dário Pinheiro, da Christiane Mourão, da Jucimara Brito, da Kaellen Ferreira, da Erika Oliveira, e principalmente da minha chefe Sabrina Araújo, cuja atenção foi significativamente necessária para o prosseguimento dos meus estudos e processo de escrita.

Agradeço a paciência, dedicação e instrução do meu orientador, Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho.

E por último, e mais importante, agradeço a meu esposo e meus filhos pela compreensão e pelo apoio incondicional todas as vezes em que precisei me privar dos momentos em família para me dedicar às leituras e à composição deste trabalho.

*Ainda que eu falasse a língua dos homens
E falasse a língua dos anjos
Sem amor eu nada seria.*
Renato Russo *Monte Castelo
(Letra e música)

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de realizar um estudo sobre a produção científica brasileira dos últimos cinco anos (2014-2018) com foco em discursões sobre criança transgênero, visando compreender os aspectos e dimensões destacados na percepção desta temática, fomentando assim, diálogos interdisciplinares com autores, estudiosos e com trabalhos publicados sob a autoria de pessoas das comunidades LGBT que retratem momentos vivenciados na infância. O primeiro capítulo nos traz um pouco da história sobre a percepção da infância, sobre como as sociedades foram paulatinamente percebendo as distinções entre a criança e o adulto desde a Idade Média até os dias atuais. O segundo capítulo ilustra o Estado da Arte sobre as pesquisas brasileiras que se voltam para a criança transgênero e o terceiro capítulo, desenvolve discussões com os textos escolhidos para compreendermos aspectos e dimensões que são notórias em vivências de pessoas transgênero. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica com natureza qualiquantitativa que nos possibilitou reunir: teses e dissertações dispostas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; periódicos na Biblioteca Eletrônica SCIELO; anais de eventos acadêmicos que tragam a temática de gênero e sexualidade para suas discussões. Buscamos organizar os resultados dos trabalhos escolhidos com a pretensão de produzir fonte para novas pesquisas. Os diálogos interdisciplinares com os estudiosos nos possibilitaram perceber que, dentre as percepções acerca da infância trans, um ponto em comum entre as pesquisas analisadas é a exclusão do sujeito que não se encaixa em normas padrões de gênero e também foi possível perceber que há distintos modos de subjetivação singular diante da sexualidade e do gênero.

Palavras-chave: transgênero-criança; sexualidade infantil-pesquisa; subjetivação.

ABSTRACT

This research aimed to conduct a study about the Brazilian scientific production of the last five years (2014-2018), focusing on discussions about transgender children. The main objective is to understand the aspects and dimensions detached about this theme, promoting interdisciplinary dialogues with authors, experts and childhood experience essays produced by the LGBT community. The first chapter brings us a little history about childhood's perception and how societies gradually perceived the distinctions between children and adults from the Middle Ages to the present day. The second chapter is about the state of art about brazilian research which focuses transgender on children. In the third chapter, we can find chosen texts that help us to understand the aspects and dimensions in transgenders' life and lifestyle. The bibliographic research method under quanti-qualitative approach was the methodological approach that enabled us to collect: thesis and dissertations, in the CAPES Thesis and Dissertation Catalog, scientific journals available in SCIELO (Scientific Electronic Library); academic seminars which enable the discussions about gender and sexuality. In order to produce a source for new research we tried to organize the results of the chosen works. Interdisciplinary dialogues with scholars made us to realize that among perceptions about trans childhood, a great deal in common among the analyzed researchers is the exclusion of the subject who does not fit into gender roles and it was also possible to realize that there are different ways of singular subjectivation due to the sexuality and gender.

Keywords: transgender-children; children sexuality-search; Subjectivation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ANTES DE PROSSEGUIR...	19
1. CAPÍTULO I – AS CRIANÇAS E A INFÂNCIA: UM NOVO SENTIMENTO.....	29
1.1 A Infância em Algumas Obras de Arte	39
1.2. Traços Históricos da Criança no Brasil	44
1.3. Crianças Transgênero: primeiras aproximações.....	51
2. CAPÍTULO II – AS PESQUISAS CIENTÍFICAS NO BRASIL E AS CRIANÇAS TRANSGÊNERO: POSSIBILIDADES DE UM ESTADO DA ARTE.....	57
2.1. Crianças Transgênero em Pesquisas no Portal de Periódicos da Capes - Dissertações e Teses	58
2.2. Crianças Transgêneros em Outros Periódicos - Revistas	73
2.3. Outras Publicações e as Crianças Transgênero - Livros e Anais de Eventos.....	79
3. CAPÍTULO III – CRIANÇAS TRANSGÊNERO: UM NOVO SENTIMENTO?	87
3.1. As principais discussões apresentadas nos trabalhos pesquisados	90
3.2. Buscando bases epistemológicas para a construção das representações e conceitos acerca das crianças transgênero	101
3.3. Um novo sentimento da infância das crianças transgênero	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR.....	107
REFERÊNCIAS:	110

INTRODUÇÃO

“Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos pavoneavam” Foucault (1988, p. 09)

A evolução sócio histórica e cultural da humanidade, no contexto das relações em sociedade, é possível em ambientes propícios à construção de conhecimento, favoráveis à pesquisa. A produção de saber e a ciência são valorizadas e dotadas de sentido quando estão associadas, dentre outros fatores, à visibilização de grupos sociais historicamente subalternizados e marginalizados.

Logo, investigar realidades distintas de crianças que fogem às regras predominantes (visão burguesa de infância) de comportamento social e escapam do próprio conceito de infância, pode possibilitar ou fomentar indagações diversas sobre tal situação, promovendo a percepção de determinadas particularidades ainda ocultas na compreensão da própria forma de se viver em sociedade.

Pretendemos, com essa dissertação de Mestrado, fomentar uma discussão sobre a temática da criança transgênero. Existe uma quantidade ínfima de pesquisas nessa área, especialmente no Brasil. O que conhecemos de concreto são os altos índices de violência para com as populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgênero). Essas agressões ocorrem nas mais diversas instituições, sobretudo naquelas que deveriam proteger e educar seus sujeitos, refiro-me às escolas e, até mesmo, às famílias.

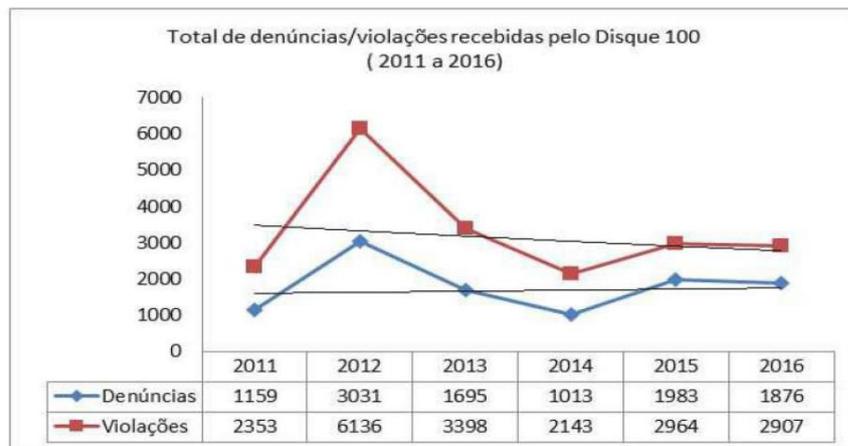
Nosso país registra diariamente inúmeros casos de agressão contra estudantes que não se identificam com a heteronormatividade, estes são percebidos como um conjunto de corpos indisciplinados, contrapondo-se aos princípios e processos educacionais que primam por se direcionar a “observar, controlar, corrigir e construir corpos de homens e mulheres esquivando-

se em atender pessoas que não se adequam aos padrões hegemônicos” (NEVES; SILVA; ESPERANÇA 2016, p.22).

Estupros, assassinatos, mutilações, espancamentos e diversas outras maneiras de expressão de violência são vivenciadas por pessoas que permeiam a transgeneridade nas mais variadas e distintas regiões do planeta. Diante desta realidade, ativistas e militantes buscam constantemente chamar atenção para a violência transfóbica. Documentos nacionais e internacionais descrevem com riquezas de detalhes as estatísticas comprobatórias das agressões supracitadas.

O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) publicou no ano de 2018, o relatório “*Violência LGBTFóbicas no Brasil: dados da violência*”, o qual afirma ter sido divulgado, durante o ano de 2016, nos principais canais midiáticos brasileiros, 343 violações LGBTFóbicas cuja maioria faz referência à violência física, especialmente aos homicídios.

Este mesmo relatório traz um gráfico para ilustrar o quantitativo de denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos - Disque 100, o qual indica um cenário com os mais variados tipos de abusos contra essa população no Brasil.



Fonte: Disque 100/ Dados trabalhados pelo DLGBT-MDH

Figura 1 - Total de denúncias/violações recebidas pelo Disque 100 contra a população LGBT.

Os dados referentes ao ano de 2016 mencionados neste documento do MDH, apontam para um panorama de violência sistemática no Brasil, e

é possível concluir que a LGBTFobia no Brasil é estrutural, operando de forma a desqualificar as expressões de sexualidade divergentes do padrão heteronormativo,

atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em diferentes faixas etárias e nos mais diversos locais, desde a rua até o nível familiar (BRASIL, 2018, p.75).

A Organização Não Governamental Transgender Europe (ONG TGEU), criada com a finalidade de sensibilizar sobre a questão da violência e do ódio direcionado às pessoas trans simplesmente por suas características diferentes, ao coletar contribuições estatísticas de diversos colaboradores em distintas localizações mundiais, publicou o relatório intitulado *TMM Annual Report 2016 - 2,190 Murders Are Only The Tip of The Iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring Project*, no qual registra um total de 2.190 assassinatos de pessoas trans em 66 países durante o período de 1º de janeiro de 2008 a 30 de junho de 2016.

Tal relatório descreve o Brasil como o país mais violento para a população trans, sendo este o detentor de quase 40% de todos os assassinatos de pessoas pertencentes às comunidades LGBT e de diversidade de gênero dentre todos os países investigados que se fazem colaboradores desta ONG.

The current core partners are the Asia-Pacific Transgender Network (APT), which covers many countries in Asia and Oceania; the Mexican trans organisation Centro de Apoyo a las Identidades Trans A.C., which had supported TGEU for many years with monitoring in Spanish speaking countries in Central and South America; the Refugee Law Project in Uganda, which covers a range of East African countries; the South African transfeminist organisation Social, Health and Empowerment Feminist Collective of Transgender Women of Africa (S.H.E.), which supports the TMM project in Southern African countries; the Pakistani trans organisation Wajood, which conducts TMM in Pakistan; and the Brazilian national trans network Rede Trans Brasil, which covers Brazil, the country with the highest absolute number of reported murders every year, currently accounting for almost 40% of all reported murders of trans and gender-diverse people worldwide (BALZER, 2016, p.07-08).

Mesmo com um número exorbitante e obscuro de assassinatos divulgados, o relatório enfatiza ser este quantitativo apenas a ponta do iceberg, pois cita ter alguns obstáculos para coletar informações em um número maior de países.

O planisfério a seguir, ilustra a localização dos países citados no relatório da ONG TGEU e demonstra claramente que existe violência relatada em todas as principais regiões do mundo como a África, a Ásia, a América Central, América do Sul, América do Norte, Europa e Oceania.

Uma vez que os discursos sociais sobre gêneros e sexualidade estão atrelados às relações de poder, a sociedade, na perspectiva de espaço social, torna-se uma estrutura de diferenças fundamentadas na objetividade, por interesses de classe, através da legitimação de certas formas de poder considerados eficientes para aquele dado universo social. Assim, geralmente é o poder da classe dominante que, simbolicamente, se encarrega de determinar a aceção de excelência para determinada maneira de existir. A isso, podemos chamar de Arbitrário Cultural (BOURDIEU, 2011).

Considerando essa realidade, se a reprodução ou não de determinados comportamentos em sociedade está imbricada nas relações das classes dominantes, como pode a criança ter autonomia de escolha ou ter voz para expressar seus interesses e/ou suas particularidades? Poucos séculos atrás, a percepção da infância era algo inexistente, prevalecendo, ao longo da história, a visão da criança como propriedade do adulto.

O objetivo desta pesquisa foi **realizar um estudo sobre a produção científica brasileira dos últimos cinco anos, da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais, voltada à temática das crianças transgênero, visando compreender os aspectos e dimensões destacados na percepção das mesmas, fomentando assim diálogos interdisciplinares, com autores, estudiosos e com trabalhos publicados sob a autoria de pessoas das comunidades LGBT que retratem momentos vivenciados na infância.**

A medicina possui diversos dispositivos que buscam construir uma trajetória de subjetivação única para pessoas trans (BORBA, 2016), por esta razão, não teremos diálogos em torno de pesquisas específicas desta área, uma vez que acreditamos na impossibilidade de uma identidade linear.

Partindo dessa perspectiva, é necessário depreender como a percepção da infância, algo inexistente na Idade Média, com altos índices de mortalidade entre recém-nascidos e pouco apego emocional por parte dos adultos, passou do período de paparicação, que de acordo com Ariès (2016), foi o período de maior fragilidade onde bastava crescer um pouco para que os pequeninos passassem imediatamente de criança para adulto sem viver a juventude e ainda realizando trabalhos que exigem força física, para uma época na qual, ocorreu o surgimento de intenso sentimento em favor da criança levando a família a dar importância tamanha para a mesma, sendo impossível perdê-la sem que haja uma enorme dor, além de, tornar-se pavorosa e asquerosa a ideia de inserir uma criança no mercado de trabalho privando-a da escolarização.

Pretendemos também localizar a criança em distintas sociedades utilizando as categorias tempo e lugar para perceber diversidades na construção de infâncias e atribuições sociais e profissionais destinadas a estes miúdos.

Nosso ponto de partida para a pesquisa em questão foi o conceito de criança, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi instituído pela Lei Federal Nº 8.069/1990, a qual, em seu Artigo segundo, fundamenta que criança é “[...] a pessoa até doze anos de idade incompletos”. Assim, lançando mão desse conceito, discutimos outras perspectivas interdisciplinares de compreensão da infância, recorrendo a estudiosos, como: Ariè (1991; 2016), Ehrensaft (2016), Furlani (2011), Del Priore (2006), Xavier Filha (2012), dentre outros, os quais discorrem sobre conceitos e relatam fatos significativos em torno da história da infância e das particularidades das crianças.

Em um segundo momento, de posse dos conceitos sobre criança, infância e de uma significativa discussão sobre a construção histórica da percepção de suas particularidades, buscamos literaturas acadêmicas que trabalham conceitos do termo transgênero e demais terminologias, para enfim, chegarmos à compreensão do que se entende como Criança transgênero.

Para alcançarmos esse objetivo, foi necessária a construção de um Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, com o desafio de mapear e discutir produções acadêmicas em diferentes campos de saberes, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados na percepção das crianças transgênero, fomentando assim diálogos interdisciplinares com autores que trazem a temática de modo implícito ou não e constituam vivências características de crianças transgênero no espaço escolar e dentro de seu contexto familiar.

O capítulo seguinte traz um resumo das discussões apresentadas nos trabalhos pesquisados, com o intuito de buscar bases epistemológicas para a construção das representações e conceitos acerca das crianças transgênero na literatura científica do Brasil.

No caminho percorrido, foi necessário analisar pesquisas e descobertas científicas brasileiras já construídas e dispostas em teses, dissertações, publicações em periódicos, anais de eventos e autobiografias de pessoas pertencentes às comunidades LGBT's que se destinam a esse foco e descrevem memórias vivenciadas na infância.

É possível, em estudos futuros, realizar uma comparação do avanço em estudos sobre crianças transgênero no Brasil, e o que já está consolidado em outros países considerados

referências nessa temática, uma vez que, para mensurar avanços ou retrocessos, são necessários parâmetros iniciais a fim de embasar a escrita e propor tentativas de ações que tenham como consequência um início de compreensão do real contexto brasileiro e de transformações de aspectos negativos em hábitos predominantes que não sejam pejorativos, excludentes ou violentos.

Nesse sentido, a metodologia escolhida foi a Pesquisa Bibliográfica tendo como escopo a produção científica brasileira dos últimos 05 (cinco) anos, por meio dos quais buscamos mapear os trabalhos, e a partir de então destacar as principais categorias presentes, além de evidenciarmos suas contribuições para a construção de bases epistemológicas voltadas à pesquisa com crianças transgênero.

No que diz respeito a pesquisas em Ciências Humanas, nas palavras de Severino (2007), pode-se fazer uso de uma pluralidade de paradigmas epistemológicos pois, na tentativa de compreensão científica das especificidades do homem, foram percebidas várias possibilidades de depreender a relação sujeito/objeto e de entender/explicar as maneiras de alcançar os modos de ser do homem.

Quanto ao paradigma, ressaltamos que o método dialético foi escolhido por ser uma epistemologia que, ainda baseados em Severino (2007), percebe a reciprocidade sujeito/objeto de forma eminente como uma interação social formada ao logo do tempo histórico, baseada não apenas no conhecimento e no saber, mas também no poder, estando profundamente relacionada com transformações das condições sociais da existência humana. Motivo este que nos levou a buscar informações acerca da percepção da infância, sentimento que, como veremos no decorrer do primeiro capítulo, nem sempre esteve presente em muitas sociedades, tanto tradicionais quanto urbanas, permitindo-nos, pois, depreender que vivemos em meio a conjuntos de processos em constantes mudanças e transformações nas quais os acontecimentos estão sempre relacionados e interligados (PRODANOV e FREITAS, 2013), tornando a pesquisa científica parte integrante do processo de reconstrução do conhecimento.

Quanto à natureza da pesquisa, esta foi o que Prodanov e Freitas (2013), consideram como pesquisa basilar, pois tem a finalidade objetiva de gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, além de envolver verdades e interesses universais.

Por se tratar de Pesquisa Bibliográfica, tivemos como base uma pesquisa de nível exploratório-descritivo (PRODANOV e FREITAS, 2013) e nessas condições utilizamos o material acadêmico brasileiro publicado nos últimos 5 anos que discorreu sobre as crianças transgênero.

Isso nos permitiu uma abordagem quanti-qualitativa da produção científica já existente e possibilitou organizarmos informações que se encontram dispersas conferindo-lhes outras importâncias como fontes, favorecendo dessa maneira, a construção de novas pesquisas pertencentes à temática em questão visando a compreensão das relações de práticas humanas no tangente à criança transgênero.

A construção do estado da arte foi possível através de buscas por produções científicas que transcorreram em três categorias:

1. Teses e dissertações oriundas de programas de pós-graduação stricto sensu dispostas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
2. Revistas científicas dispostas na Scientific Electronic Library Online (SciELO);
3. Livros e anais de eventos acadêmicos de referência nacional cujo foco foi o estudo da infância.

A análise desta produção científica brasileira dos últimos cinco anos nos ajudou a compreender os aspectos e dimensões destacados na percepção das crianças transgênero.

Os diálogos interdisciplinares com autores, estudiosos e sobretudo, com publicações sob a autoria de pessoas das comunidades LGBT, que retratam momentos vivenciados na infância, nos permitiram ampliar as perspectivas de análise dos últimos anos, almejando uma visibilidade maior às crianças que vivenciam a transgeneridade não apenas na área de estudos da infância, mas, em uma perspectiva interdisciplinar nos permitindo, além desta possibilidade de tornar visível, compreender mais de perto, as necessidades, os sofrimentos, as dores, as alegrias e as esperanças destes pequenos seres.

ANTES DE PROSSEGUIR...

João teve vários nomes durante a vida. O primeiro deles, Maria João, ganhou na pracinha onde brincava, em frente à casa onde morava com os pais e as três irmãs, na zona sul do Rio de Janeiro. Ele não entendia, assim como não entendia por que não podia andar sem camisa como o pai. “Virar mocinha” soava como uma sentença de morte.

João Nery – *Viagem Solitária* (2011, p.09).

O corpo tende a ser determinado como um elemento estritamente biológico e pensar a corporeidade além desta visão é um grande desafio. Inúmeras ciências, como a Biologia e a Medicina, entendem a determinação do sexo de uma pessoa levando em conta suas células reprodutivas, se há espermatozoides é macho, se possui óvulos é fêmea, e ponto. Entretanto, isso não define comportamentos masculinos ou femininos, pois a cultura se encarrega de constantemente modifica-los, construí-los e desconstruí-los. Comportamentos humanos são dinâmicos e não inertes.

A cultura feminina ou masculina também se distingue de acordo com a região em que se vive, Jesus (2012, p. 06) afirma

Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Logo, o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero.

Uma vez que entendemos que o sexo se define com a biologia e o gênero se define a partir de construções sociais, a percepção do que é ser homem ou o que é ser mulher, pergunta muito presente na rotina de estudiosos de gênero, não é a genitália, mas a auto percepção e a maneira como a pessoa se expressa socialmente e o quão confortável ela se sente com suas expressões.

Quando a vivência do gênero é discordante com sexo biológico, trata-se de uma identidade de gênero, trata-se de uma pessoa transgênero, de um ser que como qualquer outro tem uma origem, uma história de vida, uma família, uma crença, comemora aniversários e outras conquistas, possui amigos e outras vivências que permeiam para além da transexualidade. É um ser humano.

Não é raro encontrar grupos sociais que buscam padronizar indivíduos e comportamentos dentro de uma disposição preestabelecida de regras e normas de condutas ocidentalizadas, perpetuadas socialmente pelo intenso e longo período de colonização e patriarcado vividos no Brasil, cujas características ideais impliquem incondicionalmente em ser heterossexual, ter boa renda familiar, ser casado (a), possui filhos, ter pele branca, ser saudável... (qualquer semelhança com o modelo preconizado pelos atuais governantes do Brasil, terá sido mera coincidência) segregando desta maneira a significativa porcentagem populacional com características diversas e distintas. Grande incoerência, afinal de contas, nosso país é multiétnico e sua população é miscigenada.

A homofobia é uma realidade escancarada no Brasil. Este termo acaba sendo utilizado para classificar todos os casos de violência contra a população LGBT, entretanto, ele não é apropriado para todas as situações. Como você verá no decorrer das próximas páginas, em alguns contextos de violência LGBT, outros termos certamente conceituam de uma maneira mais próxima o tipo de agressão sofrida.

Outras definições foram criadas ou ressignificadas como instrumentos políticos discursivos, como maneiras de enxergar a realidade trans, com o objetivo de não efetivar o hábito de categorizar indivíduos trans “como aquelas pessoas que não se identificam com o gênero que foi atribuído socialmente, ignorando que também as pessoas cisgênero têm identidade de gênero” (JESUS, 2016, p. 12).

Com base em algumas literaturas cuja autoria é pertencente a pessoas transgêneros, militantes ou não, foi possível elaborar, para maior concepção da realidade que se tenta descrever nesta dissertação, um pequeno glossário com conceitos e termos próprios dos estudos relacionados à compreensão do gênero e da identidade de gênero.

O glossário pode parecer algo bobo, um produto sem importância, mesmo porque a maior parte destes termos não são utilizados no decorrer dos capítulos desta dissertação. Entretanto, o quantitativo de pessoas que generalizam as diversidades da identidade de gênero

é muito grande. Nas escolas muitos professores não conhecem a maior parte dos termos descritos neste trabalho. A falta de empatia gera preconceitos e segregações. Temos então a pretensão de disponibilizar este glossário, em formato de E-book, para escolas e professores que sintam a necessidade de realizar atividades com metodologias mais inclusivas em sala de aula. Seguem os termos:

Androginia

Expressão de gênero que não é claramente masculina ou feminina (Transcenas, 2015).

Assexual

Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero (JESUS, 2012);

Bissexual

Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero (JESUS, 2012);

Bloqueadores de puberdade

Medicação usada para parar a puberdade em crianças ou jovens adolescentes. Os bloqueadores de puberdade inibem temporariamente a produção de hormônios sexuais e o desenvolvimento dos órgãos reprodutores. Não confundir com inibidores hormonais (Transcenas, 2015).

Cisnormatividade

Viés social e legal a favor das pessoas cisgênero; tendência a crer que identidades de gênero das pessoas cis são mais legítimas e reais do que as das pessoas trans e de que as pessoas cis são superiores às pessoas trans (Transcenas, 2015); A cisnormatividade é a designação social que estabelece e privilegia pessoas cisgênero. Ou seja, que designa que todos nós iremos corresponder e nos identificar com o gênero atribuído desde o nascimento (Cisgeneridade). A cisgeneridade é utilizada especialmente no ativismo como forma antônima a transgeneridade para demonstrar a marginalização da última em virtude da primeira (SILVA, 2018)

Cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização

Procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer (JESUS, 2012);

Cisgênero

Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012); Pessoa cujo gênero designado à nascença é concordante com a identidade de gênero esperada, segundo o modelo tradicional. É, portanto, uma pessoa que segue parte do modelo tradicional de gênero. Assim, as pessoas cis têm, por exemplo, a possibilidade de ter um cartão de cidadão que representa a sua identidade ou de ter acesso mais facilitado à habitação, à educação e ao trabalho (OLIVEIRA, 2016).

Cissexismo

A crença de que as pessoas cisgênero são inerentemente superiores ou “mais normais” do que as pessoas trans (OLIVEIRA, 2016).

Crime homofóbico

Toda espécie de violência, física, verbal ou psicológica contra pessoa física em função da percepção de orientação sexual homossexual ou contra pessoa física, em função de sua natureza ou funções de apoio à população LGBT (JESUS, 2015);

Crossdresser

Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras (JESUS, 2012);

Despatologização

Quando usado sob a forma "despatologização trans" refere-se a uma ideologia e movimento (não formalmente definido) que reivindica a cessação da patologização das pessoas trans, a retirada da transexualidade dos manuais de doenças psiquiátricas e a abolição da necessidade de um diagnóstico clínico para dar acesso à transição clínica (Transcenas, 2015).

Disforia de Gênero

Refere-se aos sentimentos de descontentamento e/ou dissociação em relação ao sexo ou ao gênero associado ao sexo que foi atribuído à nascença de uma pessoa. É o fator motivador principal das pessoas que fazem a transição. É também o nome do atual diagnóstico que se faz às pessoas trans que queiram iniciar a transição clínica (Transcenas, 2015).

Estereótipo

Crenças e atributos compartilhados acerca de algo ou alguém. Costumam ser generalizações, focar nas similaridades percebidas e não das diferenças (JESUS, 2015).

Expressão de gênero

Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive (JESUS, 2012); Conjunto de atos, expressões ou atividades que são genderizadas pelos outros, mas que também estão relacionadas com a forma de nos expressarmos e socialmente (OLIVEIRA, 2016).

Genderizar

Apresentar características separadas definidas para cada gênero, vem do termo *gender* da Língua Inglesa (FURLAN E MULLER, 2013).

F2M/FTM

Pessoa a quem foi atribuído à nascença o sexo feminino e que faz a transição para o masculino (ESQUERDA, 2016).

Gender Bender

Alguém que mantém as características gerais associadas ao seu papel de gênero, mas que lhes desafia os limites e o que é socialmente aceito (ex. um homem de vestido que continua a ser percebido como homem de vestido) (ESQUERDA, 2016).

Genderqueer

Qualquer pessoa que não aceita a expectativa de ter de se limitar apenas às duas apresentações de gênero autorizadas pela nossa cultura (ESQUERDA, 2016).

Gênero

Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo (JESUS, 2012);

Gênero não binário

Uma pessoa que não se identifica como homem, nem como mulher, exclusivamente, ou de forma geral (OLIVEIRA, 2016).

Heteronormatividade

Crença na heterossexualidade como característica do ser humano normal. Qualquer pessoa que saia desse padrão está fora da norma. (JESUS, 2015);

Heterossexual

Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica (JESUS, 2012);

Homem transexual

Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam transhomens ou *Female-to-Male* (FtM), (JESUS, 2012); Pessoa que foi designada mulher ao nascer e que vive e/ou se identifica como homem (OLIVEIRA, 2016).

Homossexualidade

Característica, condição ou qualidade de um ser (humano ou não) que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo ou gênero (SAAD, 2017).

Homossexualismo

Termo que considera pessoas homossexuais como portadoras de patologias ou distúrbios de natureza psíquica. Até o ano 1990, a Organização Mundial de Saúde considerava a homossexualidade como doença e por isso, entre a lista de doenças mentais da mesma, estava o “homossexualismo” (Site Movimento LGBT).

Homossexual

Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica (JESUS, 2012);

Identidade de Gênero

Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento baseado na genitália biológica. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (JESUS, 2012); Auto percepção do nosso gênero. O gênero a que sentimos pertencer ou com o qual nos sentimos identificad*s. (homem, mulher, não-binári*, etc), (OLIVEIRA, 2016).

Inibidores hormonais

Medicação usada para inibir o efeito de hormônios sexuais. São usados, principalmente, durante a terapia hormonal feita pelas mulheres trans para bloquear a ação da testosterona. Não confundir com bloqueadores de puberdade (Transcenas, 2015)

Intersexual

Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (JESUS, 2012);

LGBT

Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuados), (JESUS, 2012);

Mulher transexual

Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam transmulheres ou Male-to-Female (MtF), (JESUS, 2012); pessoa que foi designada homem ao nascer, mas que vive e/ou se identifica como mulher (OLIVEIRA, 2016); Considerar-se mulher é sentir-se como parte de um grupo. É uma identidade social, ou seja, não é apenas um conceito, não é apenas uma cognição, não é apenas uma informação (JESUS, 2016).

Nome social

Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero (JESUS, 2012);

Orgulho

Antônimo de vergonha. Conceito desenvolvido pelo movimento social LGBT para propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada (JESUS, 2012);

Orientação sexual

Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero (JESUS, 2012); Pessoa pela qual nos sentimos atraídos. A orientação sexual foi adicionada para demonstrar a diferença e independência entre orientação sexual e identidade de gênero, que são muitas vezes confundidas (OLIVEIRA, 2016).

Papel de Gênero

Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico (JESUS, 2012);

Passabilidade

O termo passabilidade é utilizado para evidenciar que a pessoa em questão tem em seu corpo marcas da diferenciação dos corpos tão evidente que não se é mais possível percebê-la ou “confundi-la” a partir do registro e gênero do qual foi designada em seu nascimento [...]. A passabilidade é uma questão ainda muito debatida em diversos segmentos Ts e I. Ao mesmo tempo em que muitas pessoas buscam o reconhecimento e a possibilidade de uma vida social que compactue com as divisões binárias, sanando assim suas angústias de vida, há também parte da militância Ts e I que problematizam a necessidade recorrente de estar de acordo com as normas do paradigma da diferença dos corpos para que o reconhecimento exista (FALCHI, 2018).

Processo transexualizador

Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento

hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização (JESUS, 2012);

Queer ou Andrógino ou Transgênero

Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero (JESUS, 2012); Pessoa que não se identifica nem como pertencente ao gênero masculino nem ao feminino (SAAD, 2017)

Sexismo

É o preconceito ou discriminação baseada no sexo ou gênero de uma pessoa. O sexismo pode afetar qualquer gênero, mas é particularmente documentado como afetando mulheres. Tem sido ligado a estereótipos e papéis de gênero e pode incluir a crença de que um sexo ou gênero é intrinsecamente superior a outro (SAAD, 2017).

Sexo

Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais (JESUS, 2012); Características anatômicas e/ ou cromossômicas que apresentamos quando nascemos. (OLIVEIRA, 2016).

Sexualidade

Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (ABGLT)

Tlovers

Pessoas que se sentem atraídas por pessoas trans (ESQUERDA, 2016).

Transexual

Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica (JESUS, 2012);

Transformista ou Drag Queen/Drag King

Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual (JESUS, 2012);

Transfobia

Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis (JESUS, 2012); Medo ou receio irracional de pessoas trans (TSER), mas também violência institucional, médica e social dirigida a pessoas trans (OLIVEIRA, 2016).

Transgênero

Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012); Termo abrangente para pessoas que não se conformam ou identificam com as expectativas de gênero associadas com o sexo que lhes foi designado ao nascer. Inclui identidades de gênero como gênero fluído, genderqueer, bigênero ou agênero (OLIVEIRA, 2016).

Transmisoginia

Este termo refere-se à ideia de que a feminilidade e o ser-se feminino são vistas como inferiores e existem para o benefício do ser-se masculino e da masculinidade. Permite perceber como a transfobia intensifica a misoginia com que as mulheres trans são confrontadas (OLIVEIRA, 2016).

Travesti

Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento (JESUS, 2012).

1. CAPÍTULO I – AS CRIANÇAS E A INFÂNCIA: UM NOVO SENTIMENTO

Não conseguia entender por que me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado.
João Nery – *Viagem Solitária* (2011, p.24).

Neste primeiro capítulo, pretendemos discutir com teóricos estudiosos da infância, sobre como a criança foi paulatinamente sendo percebida ao longo da história das civilizações. Veremos que em muitos momentos, o que a diferenciava do adulto era apenas o seu tamanho e que a mesma era vista como uma força a mais para o trabalho braçal.

Não há dúvidas quanto ao poder dos modelos econômicos sobre os comportamentos e relações das populações em geral. Paulatinamente surgem significativas transformações nas sociedades que começam a modificar suas organizações de desenvolvimento. Um bom exemplo foram as transições dos sistemas feudais para os industriais.

Foucault (1988), afirma que o início das atividades capitalistas coincide com a Idade da Repressão no século XVII, momento no qual os hábitos sociais sofrem modificações radicais, sobretudo no que tange aos prazeres.

Cortella (2011), por sua vez, preconiza que a vida social é também política, pois se trata de um espaço de conquista e manutenção de poder sobre os bens e sobre as pessoas. Para o autor, a (re)produção de valores e de conhecimentos não é neutra, mas está totalmente imbricada no âmbito do poder de quem o possui, reproduz, conserva e/ou inova.

Na fala de Revel (1991, p. 169), a civilidade “projeta o indivíduo para fora de si mesmo e o expõe ao elogio ou à sanção do grupo. As regras de civilidade que se impõe então podem ser compreendidas como uma manobra para limitar ou mesmo negar a vida privada”, fato que nos recorda Rousseau ao nos elucidar sobre o homem civil e o homem natural, quando afirma que

O homem natural é tudo para ele; é a unidade numérica, é o absoluto total, que não tem relação senão consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao denominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social (ROUSSEAU, 1979, p. 13).

Com essas palavras de Rousseau, depreendemos que as instituições retiram as particularidades do homem, o desnaturalizam, ele é apenas parte de uma unidade, parte de uma civilização. O autor dá exemplos de um romano ao qual não importa seu nome, apenas sua nacionalidade e os objetivos dela. Cita ainda a mulher que perdeu seus 5 filhos na guerra e buscava informações sobre o êxito da batalha, ao ter essa informação positiva, corre a agradecer aos deuses. Afirma que, se um homem deseja preservar sua natureza, na verdade não sabe o que quer, pois estará sempre em contradição hesitando entre suas inclinações e seus deveres, nunca será nem homem nem cidadão. A mulher com 5 filhos não poderia deixar prevalecer seu amor de mãe pelos seus filhos, pois seu papel civil era criar bons soldados para a guerra.

Outro fato curioso é o de que, nos anos que antecederam os tempos medievais, a idade humana não era algo que recebesse importância significativa a ponto de merecer ao menos ser lembrada. Ariès (2016) nos explica que, na Idade Média, o nome tornou-se algo impreciso na identificação pessoal, precisou ser complementado por um sobrenome e não demorou muito até que a imprecisão novamente fosse um obstáculo para este fim. A solução encontrada foi inserir uma característica numérica para tal; então, o somatório dos anos de vida passou a ser representado, juntamente com o nome, para distinguir os indivíduos em geral.

Diante da insignificância da idade humana, não é de se estranhar que a infância tenha sofrido negligências quanto a sua existência. A criança, hoje conceituada na Lei Federal Nº 8.069/1990, durante a Idade Média, foi “destacada apenas por seu caráter incompleto; por um não-ser adulto” (BOTO 2002, p.12) e, após um breve crescimento, facilmente transformada em adulto e introduzida em seu meio e tratada como tal, sobretudo, no mundo do trabalho.

Diversos estudiosos se debruçaram sobre aspectos e fatos comprobatórios da não percepção da criança em sua complexidade, em suas características específicas do ciclo vital em questão. Rousseau (1979) afirma que se procura o homem na criança, sem ao menos pensar no que ela é antes de ser homem, enquanto que Del Priore (2006) relata que, na Idade Média, tinha-se a criança como adulto em gestação. Por sua vez, Le Goff (1999, p.84) corrobora

explicitando que “Amava-se nas crianças o homem ou a mulher que seriam”. Embora alguns autores contemporâneos enfatizem que

A consciência da existência de diferentes períodos da vida humana, por parte dos adultos, assim como as atribuições e representações relacionada às características específicas de cada um deles - incluída a particularidade infantil - pode ser identificada desde a Antiguidade e nas mais diversas culturas. (KUHLMANN; FERNANDES 2004, p. 16).

Para os intelectuais humanistas, que dotavam de autoridade o papel dos mestres, a criança era percebida como um ser incompleto, um ser que precisava ser educado e alcançar a maturidade para finalmente tornar-se completo. Era frágil física, moralmente e em sua conduta pública. Um ser que precisava ser regulado, adestrado e normalizado para o convívio social, ofertando-lhe equilibradamente a liberdade e o freio, pois acreditava-se que desse equilíbrio surgiria um adulto (BOTO, 2002).

Ariès (2016) descreve com propriedade as etapas da vida tendo como base o livro *Le Grand Propriétaire de toutes choses*. Trata-se de uma literatura medieval na qual se classifica a primeira idade do indivíduo como infância. Nesse contexto, o primeiro ciclo da vida tem duração desde o nascimento até os sete anos, chamada de *enfant* que quer dizer não falante, e a formação dos dentes denota outra característica desse ciclo. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência e não se imaginava, até então, limitá-la pela puberdade.

No século XVIII, o termo *enfant* já estava dicionarizado com o sentido de amizade utilizado para agradar ou saudar alguém ou levá-lo a fazer alguma coisa como exemplo: “*mon enfant*”, *vá me buscar aquilo*. Entretanto, nas famílias nobres, o termo era quase sempre utilizado para designar as crianças bem pequenas.

A segunda idade, chamada de *pueritia*, traz ainda uma certa fragilidade física e dura até os 14 anos. Em contraposição, Priore (2006) afirma que, em alguns manuais de medicina, entre os séculos XVI e XVIII, esse ciclo da vida iniciava-se desde o nascimento.

A terceira etapa é a adolescência, que só termina no vigésimo primeiro ano, é a idade na qual a pessoa pode procriar. Procriar aos 14 anos na sociedade atual é considerado como algo inaceitável, um fator de risco como explicita Santos (2010, p.74) “a literatura tem tratado

a gravidez na adolescência como um problema de saúde pública, especialmente pelo fato de propiciar riscos ao desenvolvimento da criança gerada e da própria adolescente gestante”.

Na sequência temos a idade da juventude que é a idade do meio, dura até os 50 anos e tem como característica, a força que está na pessoa de ajudar a si mesma e aos outros. A quinta idade é classificada como *senectude* que ainda não é a velhice, apenas alguém que já passou da juventude.

Após a *senectude*, temos a velhice que vai até os 70 anos, uma de suas características é o fato de as pessoas nessa fase da vida não terem os sentidos tão bons quanto antes e chegarem a caducar. A última idade da vida é conhecida como *senies*, idade na qual a pessoa está sempre tossindo, escarrando e se sujando, dura até a morte.

No final do século XVI e início do século XVII, algo novo também chama a atenção nas sociedades do mundo moderno, modificando mais uma vez hábitos e comportamentos, como explicita Veiga (2004, p.36), “A gênese da modernidade que se realiza no século XIX, esteve nas profundas mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas ocorridas em diferentes partes do mundo a partir do século XVI”.

Um sentimento novo e profundo se instaura entre a burguesia. Um *mix* de gozo e dor, alegria e preocupação, paradoxalmente e paulatinamente se dissipa e começa a ter lugar no meio familiar. Até mesmo a iconografia da época sofre mudanças que talvez tenham ocorrido de modo imperceptível para aquela população naquele momento. Trata-se da descoberta/invenção da infância.

É necessário também enfatizar que há distinções nos sentidos dos termos criança e infância, pois ambos não são sinônimos. Kuhlmann e Fernandes (2004) mencionam que o termo infância evoca um período da vida humana, um período no qual a palavra está inarticulada, que se faz presente a construção ou apropriação de um sistema pessoal de comunicação, enquanto que o vocábulo criança indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo e por sua paridade com o termo criação, pode designar desde o feto ainda no ventre até o menino suficientemente desenvolvido.

A infância pode ser compreendida como a representação que adultos fazem sobre o período inicial da vida ou como o próprio período vivido pela criança. Kuhlmann e Fernandes (2004, p.16) prosseguem afirmando que “a história da infância seria então a história da relação

da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade”.

Foi no continente europeu que surgiram os primeiros limites entre as atividades que deveriam ser exercidas por adultos com aquelas que podiam ser exercidas pelas crianças, embora, é possível que a criação das novas ciências como a Pedagogia, a Psicologia e a Pediatria tenha contribuído significativamente para essa percepção da infância como algo frágil e merecedor de atenção especializada.

Alguns elementos foram fundamentais para que o ser criança civilizada fosse universalizado como infância na modernidade. Priore (2006) afirma que um dos motivos para essa metamorfose moral e espiritual da criança foi a escolarização, que passou a preparar o futuro adulto, enquanto que a educação na Idade Média se voltava apenas para o repasse de técnicas e saberes tradicionais para o trabalho nas lavouras e outros meios profissionais.

Veiga (2004, p.37) prossegue afirmando que

Em maior ou menor proporção, diferentes nações se reconheceram universalizadas na modernidade ou mesmo empreenderam esforços para que isso acontecesse. Destacam-se para esse estudo basicamente três acontecimentos que são parte desse processo: a extensão dos saberes elementares para toda a população, a produção de saberes racionalizados para interpretar, conhecer e intervir na sociedade e **a difusão e universalização de formas específicas de tratamento da criança em distinção ao mundo adulto (grifo meu).**

Com a palavra infância restrita a seu sentido moderno, percebem-se concomitantemente nesse período profundas modificações na estrutura familiar que passa a consolidar-se no amor.

Boto (2002, p. 21) nos elucida que a família, a qual “para os homens da Idade Média, existia sobretudo, pela solidariedade da linhagem, passará a constituir-se pelos vínculos de agregados progressivamente mais reduzidos, mais fechados em si, menos tributários nas tradições”, isto implica também na função moral e espiritual das famílias. Consequentemente, nas camadas mais abastadas, surge a noção de criança bem-educada a qual estaria preservada das rudezas e da imoralidade, dos assuntos ditos de gente grande, distinguindo-a definitivamente das crianças de camadas populares, tornando a família como abrigo e refúgio acolhedor, deixando para trás o que está explicitado em Foucault:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos (FOUCAULT, 1988, p. 09).

Houve significativo decréscimo nas taxas de mortalidade infantil, o que certamente contribuiu para um apego maior dos adultos por suas crianças firmando, assim, uma subjetividade moderna em relação à infância, contrapondo-se ao desapego da Idade Média, onde a perda de uma criança era rapidamente superada e substituída por outra criança. Quanto à mortalidade infantil e a natureza humana, Rousseau (1979, p. 21-22) nos permite reviver com pesar tais acontecimentos

Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças; ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda espécie; ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor. Os dentes que apontam dão-lhes febres; as cólicas agudas dão-lhes convulsões; as tosses prolongadas sufocam-nos; os vermes atormentam-nos; a pleura corrompe-lhes o sangue; fermentações diversas neste se manifestam e provocam erupções perigosas. Quase toda a primeira infância é doença e perigo: metade das crianças que nascem morrem antes dos oito anos.

Baseados em tais elucidações supracitadas no decorrer deste texto podemos, de fato, afirmar que o significado de infância está estritamente relacionado às modificações pelas quais a sociedade perpassa. A cada transformação de pensamento, de cultura, de meios de produção e de relações sociais, ressignificamos nossas maneiras de percebermos a criança, sendo que as novas concepções permanecem dotadas de fragmentos das antecessoras.

É fato que, ao trabalharmos a concepção de criança e infância, estamos fazendo uso das representações que os adultos depreendem sobre o período inicial da vida, pois estes sujeitos não possuem as competências necessárias para, sozinhos, narrar a própria história. Sobre isso, Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 16) preconizam que

Se a história da criança não é passível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse de sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona a narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou

em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.

Como nossa sociedade é dinâmica, nossas percepções do real também se modificam permitindo-nos lançar novos olhares em questões que por vezes acreditávamos estarem concluídas em sua compreensão. Mubarak Sobrinho (2009, p. 76) prima por combater a hegemonia da visão adultocêntrica e busca

Advogar contra a ideia da criança incompleta, um ser que ainda não é, e precisa, nomeadamente, da ação do adulto para ser representada na sociedade. Nossos argumentos são contrários a essas afirmações que prevaleceram na história da criança e da sociedade humana como um todo, mas que têm somado, nos últimos anos, um significativo número de adeptos que, num esforço constante, vêm na contramão dessa visão construindo, em conjunto com as crianças, outras formas de enxergar os seus mundos e de compreender os processos próprios de construção das culturas infantis.

Mas, é perceptível ainda no início do séc. XXI a ambiguidade nos sentimentos em relação à infância no modo como a criança é tratada, pela permanência da violência física, simbólica e moral e até mesmo pela maneira como ela é percebida, por ela mesma e pelo adulto que poderá “vir a ser”.

Se voltarmos um pouco na história, perceberemos que Esparta e Atenas além de famosas rivais, foram as principais cidades gregas e juntas conseguem demonstrar toda a oposição cultural, política e social presente na Grécia Antiga. Nas palavras de Cambi (1999) Esparta foi um modelo de Estado totalitário enquanto que Atenas vivia um Estado democrático. Esparta primava pela perspectiva militar na formação de seus cidadãos-guerreiros, Atenas se preocupava com o equilíbrio entre o corpo e a mente valorizando as capacidades de seus indivíduos.

Em Esparta, havia muito empenho do Estado em demonstrar a força insuperável de seu exército. Otto Silva (1987) relata costumes corriqueiros dessa sociedade e afirma que as famílias nobres, consideradas a nata Espartana, como os “homoioi”, não tinham o direito de criar qualquer um de seus filhos recém-nascidos, pois o Estado subordinava a todos, e a família era obrigada, por lei, a levar seus filhos ainda bem pequenos a uma comissão formada por anciãos com a autoridade de examinar e tomar conhecimento do novo cidadão.

Se o bebê fosse forte, sadio e com membros robustos, os pais ganhavam o direito de criar o filho por seis ou sete anos, época em que o Estado tomava para si as responsabilidades de sua criação e de sua educação, esta última era voltada para a arte de guerrear.

Na fala de Cambi (1999, p. 83), as crianças espartanas eram “inseridas em escolas-ginásios, onde recebiam, até os dezesseis anos, uma formação do tipo militar, que devia favorecer a aquisição da força e da coragem”, enquanto que, no discurso de Aranha (1996, p. 51), fica claro que “até os doze anos predominavam as atividades lúdicas. Conforme a criança cresce, aumenta o rigor da aprendizagem e a educação física se transforma em verdadeiro treino militar”.

Todavia, se a criança espartana, enquanto recém-nascida, não fosse do agrado dos anciãos, se apresentasse uma fisionomia fraca, franzina ou disforme, estes a tomavam para si e a levavam para um abismo chamado “Apothetai” para que lá fossem lançadas ao encontro de sua morte. (OTTO, 1987). Esparta acreditava que não era bom nem para a criança, nem para a república, manter viva uma pessoa que desde o seu nascimento não se mostrava forte o suficiente para tornar e manter os espartanos como um povo inexpugnável.

O Estado não subordinava apenas os bebês da nata espartana, também as mulheres eram mantidas sob fortes regras que regulamentavam-lhes a maneira de viver. Elas deviam enrijecer seus corpos tornando-os robustos com a prática de esportes e demais atividades físicas com o objetivo de serem capazes de gerar fortes frutos em seus ventres dando-lhes todas as possibilidades de desenvolvimento, e também para suportar com mais facilidade as dores do parto.

Por sua vez, em Atenas, era comum os pais celebrarem o nascimento de seus filhos com uma festa chamada “Amphidromia”, na qual, a criança, nos braços de seu genitor, era levada de maneira solene à sala onde seria apresentada aos parentes, amigos da família e inicializada no culto aos deuses. Se essa festa por algum motivo não acontecesse, “este seria o sinal de que a criança não seria capaz de sobreviver, e o pai deveria exterminar seu próprio filho” (OTTO SILVA 1987, p. 90).

A educação da criança ateniense começa aos sete anos de idade para os meninos, que se desligam da autoridade materna e iniciam o processo de alfabetização, os ensinamentos de música e as aulas de educação física, acompanhados por um escravo, que assume o papel de pedagogo. Enquanto que as meninas permanecem sob os cuidados da mãe e se dedicam aos afazeres

domésticos. Elas não vão à escola, este é um espaço extremamente masculino. (ARANHA 1996, p. 51).

Atenas não está livre da dualidade educacional. Aranha (1996) afirma que, com treze anos, os meninos mais pobres, ao concluírem a educação elementar, largam a escola em busca de algum ofício. Apenas as crianças de famílias ricas dão continuidade a seus estudos no ginásio e, entre dezesseis e dezoito anos, recebem uma educação com dimensão cívica e preparação militar.

A evolução comportamental, a percepção das mudanças dos hábitos e crenças nem sempre é possível no momento em que esta ocorre. O conhecimento é uma verdade estabelecida entre nós. Em momento algum estará pronta e acabada, seu processo de construção é permanente. Cortella (1998) preconiza que lutamos com a natureza e ela luta conosco, que dependemos de processos educativos para conservar e inovar valores. Somente o animal humano é capaz de ação transformadora consciente.

O conceito de indivíduo difere dentro de sociedades tradicionais e urbanas, na primeira, crianças estão em pé de igualdade com homens e mulheres, não há a crença de emancipação isolada. Frequentemente, estudiosos percebem ações realizadas coletivamente e voltadas para interesses comuns do grupo. Nas palavras de Franco Cambi (1999) é possível perceber semelhanças no cuidado com crianças, ou na falta dele, em sociedades antigas do Oriente.

As crianças vivem a primeira infância em família, assistidas pelas mulheres e submetidas à autoridade do pai, que pode reconhecê-las ou abandoná-las, que escolhe seu papel e é seu tutor legal. [...] O menino - em toda a Antiguidade e na Grécia também - é um "marginal" e como tal é violentado e explorado sob vários aspectos, mesmo se gradualmente - a partir dos sete anos, em geral - é inserido em instituições públicas e sociais que lhe concedem uma identidade, lhe indicam uma função e exercem sobre ele também uma proteção. (CAMBI 1999, p. 81).

O autor segue afirmando que a infância não é valorizada em toda a cultura antiga devido às incertezas de sua sobrevivência e da inviabilidade de seu sucesso sempre ameaçado pelo contágio de inúmeras doenças, corroborando com Ariès (2016), quando este afirma o pouco investimento afetivo das sociedades tradicionais aos pequeninos, sendo comum afirmar a quantidade de filhos considerando apenas os que já estavam suficientemente crescidos para suportar trabalhos braçais.

Por mais doloroso que seja afirmar, a maneira como as crianças eram percebidas nessas sociedades difere muito da maneira como a maioria de nós as entende nos dias atuais, (SILVA 1987) preconiza que esses pequenos sempre estiveram à margem da vida social, e que entre os costumes espartanos e de diversas outras sociedades originárias, havia a determinação do extermínio como solução do problema de crianças que nascessem com deficiências físicas.

A barbárie praticada não era assim percebida, não se tratava de ostracismo ou discriminação, pois primava-se pelas necessidades do grupo e essas crianças não poderiam caçar, pescar ou realizar quaisquer atividades consideradas fundamentais para sobrevivência coletiva, nem mesmo conseguiriam cuidar de si mesmas, além de serem consideradas obstáculos para aqueles que poderiam realizar tais atos, mas, deveriam ocupar-se em ser seus cuidadores. Ainda segundo o autor:

devido ao nomadismo, todas as crianças com deficiências, ou mesmo aquelas não desejadas, são enterradas com a placenta ao nascer. [...] O infanticídio também ocorria se a criança fosse filho de mãe solteira. [...] acreditam os nativos Junkum que as crianças com defeitos físicos são tomadas, ainda no ventre de sua mãe, por espíritos malignos. [...] eles tiram a vida das crianças recém-nascidas que se apresentam muito fracas ao nascer. [...] ela era asfixiada ou afogada, abandonada no meio do mato ou ocasionalmente queimada viva. [...] Segundo costume observado pelos integrantes dessa tribo do alto Amazonas, a Sudeste da Colômbia e nas proximidades do Peru, o recém-nascido era sempre submerso num riacho próximo à sua aldeia, por alguns segundos, a pretexto de sua limpeza e também para verificar sua resistência física. Segundo acreditavam, caso a criança não fosse suficientemente saudável e bem constituída, melhor seria que morresse naquela hora do que passar uma vida toda de atribulações para si e para sua família. (SILVA 1987, p. 29-30).

Entretanto, Silva (1987) também elenca povos tradicionais nos quais predominam o respeito e o carinho com pessoas consideradas de pouca ou nenhuma utilidade econômica e lucrativa, necessidade presente nas sociedades capitalistas. Dentre eles, podemos citar os Azande, um povo que vive nas florestas ao Sul do Sudão e o Congo e que, embora acreditem bastante em feitiçarias, não relacionam as anomalias das crianças a alguma intervenção sobrenatural, estas nunca são abandonadas ou mortas por suas deformidades e não lhes falta o carinho de seus pais e demais membros da sociedade.

Os numerosos Ashantis, que habitam em Gana, na África, quando conseguiam constituir um reino próprio, enviavam as crianças com deficiências para serem treinadas e exercerem funções delicadas como arautos do rei, enviando mensagens a tribos vizinhas.

1.1 A Infância em Algumas Obras de Arte

Já está claro que a Idade Média não percebeu as particularidades dos primeiros anos da vida humana. Deprendemos isso quando verificamos que a iconografia medieval simplesmente não a retratava em suas telas. Ariès (2016) não acredita que a ausência da representação da infância na arte da Idade Média tenha se dado pela falta de competência ou habilidade para tal, ele crê que realmente a infância não tinha lugar naquele mundo.

São inúmeras telas que reforçam as teses de Ariès. Um claro exemplo de representação pictórica pode ser “Jogos Infantis”, uma obra de Pieter Bruegel, pintor da região de Flandres (atual Bélgica), cujas pinturas geralmente retratavam a vida no campo.



Figura 3: *Jogos Infantis* - Pieter Bruegel²

A tela supracitada é desprovida de adultos e traz muitos detalhes sobre as crianças medievais e suas brincadeiras. Há cerca de duzentas crianças e mais de oitenta tipos de jogos

² Ficha técnica - Ano: 1560; Técnica: óleo sobre tela; Dimensões: 118 x 161 cm; Localização: Museu de História da Arte, Viena, Áustria. Fontes de pesquisa: 1000 obras-primas da pintura europeia/ Editora Könemann. Disponível em: <<https://chnm.gmu.edu/cyh/primary-sources/332>> Bruegel/ Editora Cosac e Naify. Acessado em: 28/04/2018.

ao ar livre incluídos nessa imagem, embora a percepção obtida a um primeiro olhar seja a de que existem apenas adultos retratados.

Nas palavras de Ariès (2016), a indiferença pelas características próprias da infância não aparece apenas no mundo das imagens, mas também nas vestes da população, pois assim que a criança deixava os cueiros, era vestida como os homens e mulheres de sua condição. Nada no traje medieval separava a criança do adulto. Apenas no século XVII, ao menos as crianças burguesas e de famílias nobres possuíam trajes específicos que as distinguiam dos adultos.

As representações artísticas, as pinturas de crianças eram sempre com traços idênticos aos dos adultos, tendo a mesma musculatura abdominal e peitoral, apenas reduzidas em menor escala. Nas artes, esse fato de recusa da morfologia infantil era comum em quase todas as civilizações arcaicas, e isso durou até o fim do século XIII, quando surgiram algumas pinturas de crianças com traços mais próximos do sentimento moderno, entretanto, as telas eram, em sua maioria, representações religiosas contemplando anjos, santos e o menino Jesus, como mostra a Figura 4.



Figura 4 - *Majestade da Catedral de Siena* - Duccio di Buoninsegna³

³ Ficha técnica - Ano: 1308-13011. - *Maestà*, Madonna em majestade com anjos e santos, face frontal. 1308-1311. Tempera e ouro sobre madeira, 2,13m x 3,96m cm. Siena, Museo dell'Opera Metropolitana. Disponível em: <<https://www.wga.hu/frames-e.html?/html/d/duccio/maesta/index.html>> Acessado em: 28/04/2018.

Essa obra-prima é uma das mais importantes pinturas da arte pré-renascentista italiana. Nela, a Virgem Maria aparece como Rainha do Céu. Todo o foco da tela é voltado para ela e não para o menino Jesus. Seu tamanho pintado em escala maior que os demais na imagem revela indiscutivelmente Maria como heroína da obra.

Dessa iconografia religiosa da infância, iria finalmente destacar-se uma iconografia leiga nos séculos XV e XVI. Trata-se do *putto*. A criancinha nua, “sem a menor dúvida, representou o Eros helenístico” (ARIÈS 2016, p.25), tornando-se decoração nas pinturas desses séculos, inclusive nas pinturas religiosas que não mais retratavam o anjo como adolescente, e sim como *putto*.

Não era ainda a representação da criança sozinha, entretanto, o fato da infância ter alcançado mais visibilidade na pintura nos traz duas hipóteses: a primeira trata da possibilidade de as crianças estarem misturadas com os adultos na vida cotidiana, no trabalho, em passeios e mesmo em jogos; a outra hipótese é de que o gosto pela anedota tenha surgido entre os séculos XV e XVI coincidindo com o sentimento pela infância, razão pela qual os pintores passaram a representá-la por sua graciosidade em grupos de adultos ou mesmo multidões, contradizendo os hábitos do sentimento moderno de infância que tendem a separar o mundo adulto do infantil.

Com o advento do século XVII, as famílias almejam possuir retratos de seus filhos, mesmo na idade em que eles ainda eram crianças, costume este que nunca mais desapareceu. O desejo de ter representações de seus filhos não mudou nas famílias com a chegada da fotografia no século XIX, apenas as pinturas foram sendo substituídas, existindo hoje todo um arsenal tecnológico na produção e criação de situações mais inusitadas para registrar as fases da vida infantil.

A arte grega no período helenístico, que durou entre os séculos II e I a.C., adotou uma representação realista e padronizada da imagem da criança, ou seja, uma idealização da infância. Entretanto o fim desse período trouxe também o desaparecimento da infância bem como de outras características do período helenístico. Por sua vez, “o romântico retomou essa recusa dos traços específicos da infância que caracterizava as épocas arcaicas, anteriores ao helenismo”. (ARIÈS 2016, p. 18).

Já na fase gótica, surge a criança castamente enrolada em cueiros ou usando camisolas. As crianças mortas estavam presentes em telas cujas imagens as representavam despidas. Todavia, na arte medieval francesa, a alma era representada por uma criancinha nua e, em geral

assexuada, o que faz Ariès (2016) acreditar que foram a alegoria da morte e da alma que introduziram no mundo das formas a imagem da nudez infantil, como está ilustrado na tela *Batalha por uma Alma com Deus no céu*.



*Figura 5 - Batalha por uma alma com Deus no céu*⁴

As crianças, desde as primeiras formas de organização social do mundo moderno, foram “objetos” nas mãos dos adultos que lhes impuseram padrões e concepções de vida, a partir da definição de modelos que abarcaram desde a maneira de se vestir até o jeito como elas tinham que se comportar diante da sociedade adulta. (MUBARAC SOBRINHO 2009, p.75).

O autor prossegue afirmando que essa visão adultocêntrica da criança está muito presente até os dias de hoje, embora não com a mesma força e intensidade, mas permanecendo como um entrave na visibilidade do mundo infantil a partir da visão das próprias crianças.

Rousseau (1979) permitiu à modernidade repensar o tratamento oferecido às práticas educativas e fundamentações teóricas que conferiam base aos processos pedagógicos, o que

⁴ Ficha técnica - *Batalha por uma Alma, com Deus no céu*. Book of Hours. Use of Sarum. Bruges, c. 1.500. Disponível em: <<https://tendimag.com/category/arte-2/page/5/>> . Acessado em 28/04/2018.

certamente influenciou e chamou a atenção para necessidade de se tratar a criança em seu mundo respeitando-a em suas condições.

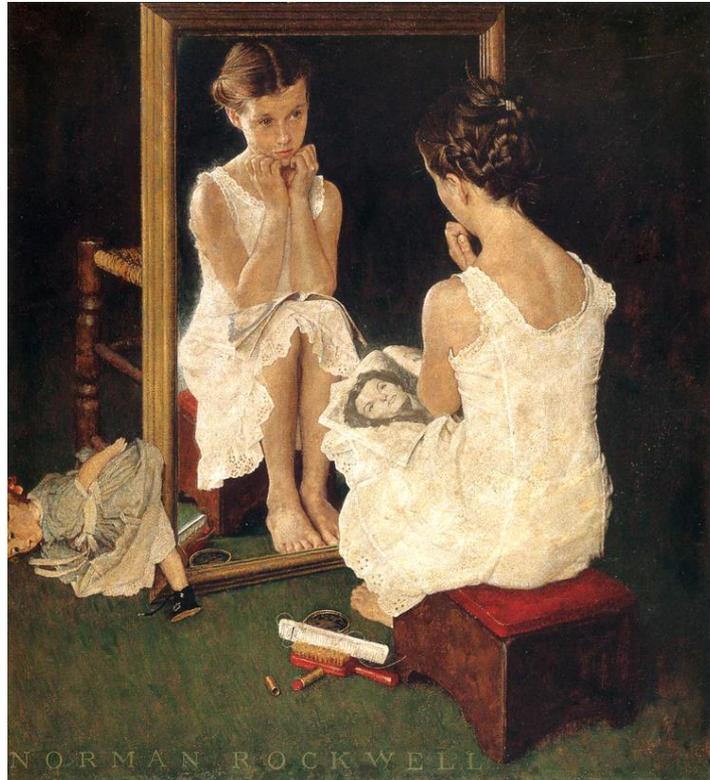


Figura 6: Menina diante do espelho.⁵

Nessa obra de Rockwell (1954), a criança, ao olhar-se no espelho, passa a impressão de duvidar da própria beleza, pois aparenta comparar-se com a fotografia da revista aberta em seu colo. A necessidade de ser incluído nos padrões impostos pela sociedade por vezes gera conflitos internos levando o indivíduo a deixar de lado o seu “Eu”. Talvez fazendo jus à desnaturalização do homem tornando-o um homem civil como expressa Rousseau (1979).

A imagem retrata, sem dúvidas, o fim da infância e a aproximação da adolescência, trazendo com ela o início dos questionamentos característicos dessa fase como a melhor aparência, os padrões sociais e a sexualidade. Este último é percebido na tela pela posição da boneca no chão. É curioso notar que as pernas do brinquedo estão uma na frente e outra atrás

⁵ Ficha técnica - Norman Rockwell - óleo sobre tela - 6 de março de 1954. Disponível em: <<http://pt.wahooart.com/@/8XYMVH-Norman-Rockwell-menina-na-espelho>>. Acessado em: 22/05/2018.

do espelho, talvez, metaforicamente, simbolizando a divisão entre as etapas iniciais da vida, infância e adolescência.

1.2. Traços Históricos da Criança no Brasil

As crianças estão presentes nos mais diversos espaços e esferas sociais. Podemos encontrá-las nas ruas, nas escolas, nos parques, no shopping, no metrô, na parada de ônibus, nos hospitais, nas instituições socioeducativas, em orfanatos e casas de apoio, nas feiras, nas florestas, em eventos artísticos como atores ou não, nas comunidades tradicionais, nômades, ribeirinhas, urbanas e também nas distintas classes sociais. Podemos ainda chocar-nos com as condições nas quais elas se encontram ou simplesmente nem as notar por já termos naturalizado a realidade e o contexto em que vivem, inclusive como forma de invisibilizá-las.

Será que no Brasil nossa concepção de criança e de infância sempre foi a mesma? Será que sempre a percebemos e a tratamos de maneira igualitária com os mesmos cuidados baseados apenas na sua condição de ser criança?

Se adentrarmos em pesquisas de estudiosos da infância no Brasil, percebemos realidades chocantes vivenciadas pelas crianças em comparação com os dias atuais. Freitas (2003, p. 13) torna clara sua visão ao afirmar: “não é arriscado dizer que a história social da infância no Brasil é também a história da retirada gradual da questão social infantil do universo de abrangência das questões de Estado”.

Ao mencionar dados quantitativos do perfil estatístico de crianças e mães no Brasil do ano de 1989, coletados pelo IBGE-UNICEF⁶, Leite (2003) relata que problemas encontrados, como a qualidade da saúde pública e a mortalidade infantil, geraram interesse e preocupação intensa, pois esses problemas não eram nem novos, nem menos trágicos que nos séculos anteriores. O que a autora cita como fator determinante para que os olhares sejam voltados a esta problemática é a visibilidade alcançada pela industrialização, pela urbanização e pela explosão demográfica nas médias e grandes cidades, pois anterior ao exposto, essas informações ficavam confinadas em literaturas de escritores europeus e americanos.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Há a hipótese de que a visibilidade da infância, no Brasil, tenha acontecido no momento em que “o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e se dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos”. (LEITE 2003, p. 20). Neste contexto, precisamos deixar claro que a invisibilidade da criança não é própria da sociedade do trabalho. Existem diversos fatores em diversos contextos.

Se retrocedermos na História do Brasil até a época de seu processo de (des)povoação que teve o intuito de maior lucratividade colonialista, perceberemos que tais procedimentos contaram com embarcações lusitanas do século XVI nas quais havia muitos homens, poucas mulheres e algumas crianças que, no máximo, representavam um total de 5% de toda a população embarcada.

Ramos (2006) esclarece que sempre eram as crianças que mais sofriam durante as viagens. Os meninos não eram homens, mas eram tratados como se fossem, pois realizavam trabalhos pesados que exigiam força física. As meninas entre 12 e 16 anos já eram consideradas aptas ao casamento. Mesmo essas embarcações acontecendo em plena Idade Moderna, o mundo infantil não tinha espaço, valiam pouco mais que animais, ou as crianças se adaptavam às condições dos navios ou pereciam. A escassez de mulheres nos navios ocasionava o abuso sexual dos pequenos. Em casos de ataques piratas, as crianças eram aprisionadas, escravizadas, prostituídas e exauridas até a morte.

O século XVI trazia muitos resquícios dos comportamentos medievais, um deles era ainda o desaparego dos adultos pelas crianças, suas forças deveriam ser, ao máximo, aproveitadas para o trabalho enquanto durassem suas vidas, ou seja, eram vistas como meros instrumentos de trabalho capazes de falar. Em um naufrágio, era comum pais esquecerem suas crianças enquanto tentavam, no desespero do momento, salvarem sua própria vida.

As crianças subiam a bordo apenas nas condições de grumetes ou pagens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados na companhia dos pais ou de algum parente [...] Crianças mesmo acompanhada pelos pais, eram violadas por pedófilos (RAMOS 2006, p. 19).

Na sequência, Ramos (2006) descreve cada uma das categorias nas quais as crianças eram classificadas e enquadradas nas embarcações, são elas:

Grumetes → “Para os pais dessas crianças - consideradas um meio eficaz de aumentar a renda da família - alistar seus filhos entre a tripulação dos navios parecia ser sempre um bom negócio” (p.22). A Coroa buscava recrutar as crianças pobres das áreas urbanas, pois as crianças camponesas eram necessárias a suas famílias para ajudar nas lavouras. A taxa de mortalidade entre os grumetes era de 39%, mas as chances de falecer de inanição ou alguma doença fora dos navios também era bastante alta em Portugal. Era comum a presença de órfãos desabrigados trabalhando como grumetes nas embarcações. A Coroa portuguesa raptava as crianças judias tendo aí duplo benefício: obter mão-de-obra nos navios e manter o controle demográfico da população judaica em Portugal. Esta não precisava vender a força de trabalho de seus filhos pois a grande maioria dessa população era possuidora de recursos e sofria com a perda de suas crianças.

Pagens → “crianças embarcadas como pagens da nobreza tinham um cotidiano um pouco menos árduo, e muito mais chances de alcançar os melhores cargos da Marinha, sobretudo, servindo algum oficial da embarcação” (p. 29). O pagamento de pagens era maior que o dos grumetes e menor que o dos marinheiros, entretanto, eles sofriam menos castigos e realizavam trabalhos mais leves, não eram amarrados no convés e açoitados como os grumetes e marinheiros que desobedecessem aos oficiais.

As órfãs “Del Rei” → Trata-se de “meninas pobres arrancadas de suas famílias, pela Coroa, com idade entre 14 e 30 anos” (p.32) que vinham para o Brasil com a missão de constituir família. Mas, as meninas maiores de 18 anos geralmente vinham como prostitutas.

Crianças embarcadas como passageiros → “Diferente das outras crianças a bordo, esses pequenos passageiros podiam ter menos de 5 anos ou ainda ser de colo” (p. 34). A alimentação desta categoria de crianças era também extremamente pobre, estavam condicionadas as mesmas regalias de um grumet.

As crianças recebiam menos da metade dos valores pagos aos adultos para exercerem as mesmas funções que eles. As condições de viagem eram sempre precárias, pois geralmente ficavam alojados a céu aberto no convés, expostos aos danos dos raios solares, à chuva e ao frio, contraindo muitas vezes pneumonia com grandes chances de óbito.

O início da missão dos jesuítas no Brasil foi marcado por um grande otimismo quanto a conversão do gentio. O Rei D. João III determinava que as crianças fossem ensinadas por

acreditar que seria mais fácil imprimir nelas a doutrina e torná-las cristãs, promovendo assim a expansão da fé católica (CHAMBOULEYRON, 2006).

Ao perceberem que não estava obtendo o êxito esperado na conversão dos indígenas adultos, que se mostravam cada vez mais arredios, a Companhia de Jesus acreditou que, pelo medo, eles se converteriam mais rápido. Resolveram também instruir (catequisar) as crianças indígenas por tê-las como papel em branco no qual se poderia escrever o que se desejasse.

Durante a colônia brasileira, o número de crianças abandonadas nas ruas, nos bosques, no lixo, nas portas de igreja ou em casas de família crescia a cada dia. Era comum, na Europa, enjeitar crianças em rodas de mosteiros desde a Idade Média. Na Idade Moderna, esse hábito passou a ser comum também em hospitais. Essa forma de abandono infantil ficou conhecida como Roda dos Expostos ou dos Excluídos.

Muitas crianças abandonadas durante a noite na colônia já estavam mortas pela manhã ou devoradas por animais. Diante disso, houve reivindicações à Coroa para que a prática europeia também fosse adotada pelo Brasil. A primeira roda de expostos foi construída na Santa Casa, cidade de Salvador, na Bahia, em 1726. A segunda, no Rio de Janeiro, em 1738. A terceira e última, em Recife, no ano de 1789. (MARCÍLIO, 2003).

Embora o número de abandono aumentasse significativamente, nem todas as famílias eram capazes de desamparar sua prole. Havia muitos gestos religiosos no cuidado com crianças durante a colonização do Brasil. Priore (2006) relata algumas crendices populares e religiosas exercidas para que as mulheres tivessem um bom parto e a criança nascesse em perfeitas condições e fora de perigo.

Diversos ritos acompanhavam a vida da criança na expectativa de protegê-la até mesmo de feitiçarias. O batismo da criança representava a promessa de fidelidade ao credo católico e também sua entrada na família e na sociedade. Após o parto,

A preocupação materna era de arredondar a criança; o critério não era alimentá-la, mas dar-lhe de comer! Contudo, os jovens intestinos, ainda preguiçosos e os diminuídos estômagos despreparados para receber tantos alimentos grosseiros ou viscosos, incentivavam a gastroenterite a cobrar altas porcentagens de pequenas vidas no primeiro ano. (PRIORE, 2006, p. 88).

A autora ainda relata que os castigos eram vistos como demonstração de amor, estamos aqui falando de castigos físicos, nos quais se usava açoites, chicotes, além da palmatória como

instrumento de correção por excelência durante as aulas régias no século XVIII, pois acreditava-se que muito mimo devia ser repudiado por fazer mal.

Entretanto, o lazer também tinha seu espaço nas escolas jesuíticas. Havia um bom quantitativo de brincadeiras ao ar livre como banhos de rios, miniaturas de arco e flecha ou instrumentos de pesca, e diversas cantigas com ritmos variados que atraíam crianças de todos os grupos sociais, inclusive em festejos religiosos ou em homenagens a governantes recém-chegados de Portugal à colônia brasileira.

Com o fim da colônia, ocasionado pela Independência do Brasil em 1822, as rodas de expostos continuavam a funcionar com os rendimentos anuais oferecidos pelo Rei e estando sob as responsabilidades das câmaras municipais que assumiam com certa relutância essa atribuição e buscavam leis que as eximisse da função. (MARCÍLIO, 2003).

O século XIX, fase do imperialismo brasileiro, já nos traz aproximações mais concretas do atual sentimento de infância. Nas palavras de Mauad (2006, p. 140), “os termos criança, adolescente e menino já aparecem em dicionários da década de 1830. Menina surge primeiro como tratamento carinhoso e, só mais tarde, também como o designativo de criança ou pessoa do sexo feminino que está no período da meninice”. A autora menciona ainda que a palavra criança, significava cria da mulher, da mesma maneira como se referia aos animais e plantas, e foi apenas nas primeiras décadas do século XIX, quando o termo já estava com uso generalizado pelo senso comum, que criança passou a ser dicionarizado de modo reservado apenas para a espécie humana.

No que diz respeito à vida escolar, a distinção de alunos por idade e a introdução da disciplina são também características do século XIX. Havia polêmicas entre a oposição de educação e instrução na infância oitocentista.

As escolas, exclusivas para a elite, ofereciam um ensino enciclopédico e competitivo desde os sete anos de idade e ainda distinguiam com muito apreço os que melhor se adaptavam aos métodos de ensino e alcançavam maiores notas. Entretanto, a escola só poderia cumprir seu papel se a família cumprisse em casa a responsabilidade de estabelecer princípios morais, “era no lar que a base moral deveria ser implantada, sem confundir educação com instrução” (MAUD, 2006, p. 150). Todavia, uma característica comum ainda se fazia presente nesse século. A respeito disso, Ariès afirma que

De um lado, havia a população escolarizada, e de outro, aqueles que, segundo hábitos imemoriais, entravam diretamente na vida adulta, assim que seus passos e suas línguas ficassem suficientemente firmes. [...] o núcleo principal da população escolar era constituído de famílias burguesas, de juristas e de eclesiásticos. (ARIÈS, 2016, p. 127).

No Brasil do século XIX, a industrialização provoca muitas mudanças sobretudo na rotina conjugal das mulheres de camadas populares impossibilitadas de comportar-se sob às normas do idealismo burguês, no qual a mulher deveria ser recatada, viver para o lar e cuidar da família. Na verdade, elas precisavam trabalhar fora uma vez que, no discurso de Pinheiro (2018), “a maioria não era formalmente casada”. A autora ainda relata que

os criminalistas do século XIX entendiam que as mulheres delinquiriam em função dos aspectos biológicos e, quando muito, sociais, tendo em vista a vulnerabilidade por que passaram na modernidade com a sua inserção no mundo do trabalho que, por sua vez, as afastou do mundo harmonioso das relações tradicionais da família. (PINHEIRO, 2018, p. 10).

Logo, a vergonha por estar solteira e em uma gravidez indesejada somada às situações de constrangimentos em sociedade em decorrência de tal situação, além do pouco favorecimento econômico que ocasiona limitações às mesmas, “pode contribuir sobremaneira para desencadear as alterações psíquicas do estado puerperal” (Processo n. 1.0702.04.170251-6/001 (1), p. 118. *Apud in* PINHEIRO, 2018, p. 08) sendo o infanticídio uma possível consequência de tais alterações.

O início do século XX traz significativas mudanças, com o início da propositura de políticas públicas e sociais voltadas para as crianças e também para a família com a intenção de preservação da ordem social visando à diminuição das violências e crueldades geradas no próprio seio familiar, nas escolas, nos locais de trabalho, nas fábricas, os escritórios, na rua e principalmente, do crescente número de pais que abandonavam seus filhos devido à impossibilidade de sustentá-los. Estes tinham esperança de que, através das rodas de expostos, seus filhos, adentrando a vida religiosa, conseguissem um futuro menos sofrido.

Populações mais pobres passaram a ter prioridade na assistência social. Passeti (2006, p. 348) acredita que isso se deu pela “difusão da ideia de que a falta de famílias estruturadas gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos, também considerados criminosos”. Vale

ênfatizar que estamos falando de um momento de nossa história no qual era bem difícil criar filhos. Não apenas pelas condições financeiras, mas também pela falta de produtos específicos, atendimentos de saúde pública ainda limitados, proibição das igrejas quanto ao uso de contraceptivos, o que ocasionava um grande número de filhos em cada família, enfim, eram diversos os fatores que inviabilizavam a qualidade na criação de crianças.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde sua fundação na segunda década do século XX, buscou somar forças com os governos, empresários e também trabalhadores para representar normas internacionais sobre a idade mínima de contratação profissional, tendo como meta, diminuir o quantitativo exagerado de crianças com a infância deixada de lado para auxiliar na renda familiar. Propagando assim a ideia na qual a criança representa o futuro e por esta razão, deve dedicar-se aos estudos, crianças sem escolarização certamente comprometeriam o futuro do Brasil (HUZAK E AZEVEDO 1994).

As maiores ações governamentais ocorreram entre o período do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1984), com destaque para os códigos de menores de 1927 e 1979. Mas, ainda havia uma lacuna muito grande a ser preenchida no Brasil em relação aos cuidados e atendimento no campo educacional, que vai ganhando forma a partir do processo de redemocratização do país, com o fim da Ditadura Militar.

A Constituição Federal de 1988 representou um dos maiores avanços no campo dos Direitos Sociais e ao reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Dispõe em seu artigo 227 que crianças e adolescentes formam um grupo de pessoas com direitos específicos. Isso certamente contribuiu para um equilíbrio entre as ações de caridade de instituições privadas e as ações governamentais que, formando um grupo composto dos mais diversos profissionais discutindo ações necessárias a esta problemática, elaboram o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - promulgado pela lei nº 8.069 em 13 de julho de 1990.

O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, os quais devem gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, tendo asseguradas oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, deixando como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a estes menores a efetivação dos direitos referentes à vida. Huzak e Azevedo (1994) ênfatizam que, embora o ECA proibisse o trabalho de pessoas com idade inferior a 14 anos, ainda na década de 90 era muito comum encontrar pequenos trabalhadores com idades entre 10 e 13 anos, os quais tinham seus destinos traçados por suas condições.

1.3. Crianças Transgênero: primeiras aproximações

No decorrer deste capítulo, pudemos compreender que a percepção das particularidades da infância e sua diferenciação em comparação as características de um adulto, são um tanto recentes não apenas no Brasil, mas, em diversas outras sociedades. Na Idade Moderna ainda é possível encontrar crianças aos sete anos exercendo força física ao trabalhar, vivendo rotinas de um adulto, sendo chicotadas como escravos e muitas vezes abandonadas à própria sorte em diversas ocasiões, tendo a morte como único destino.

Não se percebeu desde o início das civilizações que a criança é um ser dotado de particularidades distintas de um adulto, da mesma maneira como não se percebeu que os negros não eram inferiores aos brancos e que etnias não europeias eram formadas também por seres humanos e não por selvagens.

Talvez até agora não conseguimos ou não suportamos a ideia de perceber ainda mais particularidades da infância e das crianças. Diante da transgeneridade infantil, Ehrensaft (2016), afirma que quando achávamos que tínhamos todas as terminologias de gênero bem claras, descobrimos que, na verdade, estávamos errados, e as palavras se tornaram obsoletas. Percebemo-nos repentinamente diante de uma revolução de gênero, onde este não mais é classificado como um mero dado imutável.

Kennedy (2012) afirma que crianças trans existem no mundo real e que as pressões sociais e culturais pelo silenciamento e supressão de sua subjetividade, a estigmatização, o medo, a segregação, o ostracismo, a violência, as dúvidas, visões estereotipadas e/ou os preconceitos, podem causar sérios danos na fase adulta. Podemos afirmar que todos estes substantivos têm o poder de realizar um sequestro da subjetividade de uma pessoa, de proporcionar dores profundas e reações desastrosas a indivíduos que ao se perceberem neste cárcere, desaprendem ou aceitam a proibição de serem eles próprios.

Apesar da minha vivacidade, do casarão, das três irmãs movimentando o ambiente, fui uma criança só e triste. Na pracinha, perto de casa, onde costumava brincar, era ridicularizado. No colégio, não tinha grupinhos e, em casa, não era compreendido. O

que realmente gostava nunca podia ser claramente expresso. Numa espécie de revolta, cansado de dissimular, andava sujo, com roupas largas e despencadas. Quando podia, não penteava os cabelos nem escovava os dentes. Era um ser sem vaidade. Só me sentia bem quando de shorts e sem camisa (JOÃO NERY 2011, p. 24).

A própria percepção do corpo como diferente, é algo que raramente ocorre de maneira favorável a aceitação de si mesmo e tão pouco, a aprovação das pessoas envolvidas em nosso meio. Nas palavras de Mariah Rafaela da Silva (2018), foram poucos atores que conseguiram perceber todas as parcelas que constituem o cálculo do gênero, a raça, deveras estar inclusa. Diante da indagação de uma pessoa próxima sobre o que teria sido primeiramente percebido, se sua transexualidade ou sua negritude, Mariah dá a seguinte resposta:

À época respondi que como nasci na favela e a maior parte das pessoas que moram lá eram negras, a raça não era em si uma questão (estávamos preocupados com a distribuição de água, com a alimentação, com a violência, moradia, temas que atravessam a discussão racial indubitavelmente, mas que – ao menos para nós – não traziam à raça ao primeiro plano de nossas vidas, muito embora soubéssemos que existia racismo e que éramos todos pretos), mas que a transexualidade sempre fora um assunto delicado e que, por causa dela, eu sofri processos de exclusão em meu próprio seio social; ou seja, não sofria preconceito por ser negra na favela onde eu nasci, mas por afirmar o tempo todo que eu era uma menina e não um menino. Contudo, à medida que eu ia saindo da favela e conquistando o mundo (e a consequente passabilidade), a questão racial tomou o primeiro plano na minha existência ao ponto em que eu não poderia mais separar a transexualidade da racialidade que me constituíam simultaneamente (SILVA 2018, p. 213).

Esta autora segue afirmando, causando sem dúvidas, bastante comoção em seus leitores, que as distinções raciais, indiscutivelmente andam de mãos dadas com transexualidade.

Como toda criança que cresce nas favelas ou na periferia, foi com a violência que eu tomei consciência do meu corpo. Foi vendo os mortos sendo arrastados pela polícia e sendo jogados nos rabeções, foi jogando nossos corpos ao chão da sala toda vez que ouvíamos um tiro, foi dentro de uma geladeira velha que tomei consciência que havia um cu ao sentir o sangue escorrendo através dele depois de um estupro, e foi com fiveladas para aprender “a ser homem” que aprendi que meu corpo – e muito mais que meu corpo – era estranho (SILVA 2018, p. 230).

Diante de alguns resultados construídos em textos acadêmicos com relatos e memórias de pessoas autodenominadas trans, é possível afirmar que uma significativa porcentagem desta

população toma consciência de sua identidade de gênero ainda no primeiro ciclo de vida, ou seja, na infância:

há dois tipos de crianças transgênero: “não aparentes” e “aparentes”. Crianças transgênero “não aparentes” são caracterizadas como não sendo conhecidas como trans por um adulto, enquanto que “aparentes” são conhecidas por serem trans por pelo menos um adulto significativo nas suas vidas [...] dados tirados de uma análise de um artefato online sugeriam que a idade média em que as pessoas trans se tornam conscientes de que são transgênero é de aproximadamente 8 anos de idade, e que mais de 80% das pessoas transgênero se tornam conscientes de que são trans antes de deixarem a escola primária. (KENNEDY 2012, p. 23).

As palavras de Natasha Kennedy citadas acima, corroboram com a pesquisa de Jaqueline Gomes de Jesus, como podemos perceber a seguir:

Com relação a lembrança de quantos anos tinham quando, pela primeira vez, teriam sentido que sua identidade de gênero estava em desacordo com a designada socialmente, configurando assim, a idade da epifania, os respondentes indicaram uma média entre 5 e 7 anos (média igual a 6,5) com moda de 5 anos, idade mínima de 3 anos e máxima de 18 [...] A bibliografia sobre constituição da identidade de gênero das pessoas em geral, aponta para o dado de que a percepção de gênero começa entre os 3 e 4 anos de idade, e que até os 5 ou 6 anos de idade as crianças introjetam a forma como a sociedade em que vivem interpretam os gêneros (JESUS 2016, p. 173-178).

O quantitativo de estudos fora do âmbito medicinal e psiquiátrico que enfatizem vivências de crianças que permeiam a transgeneridade é considerado ínfimo e buscam prioritariamente legitimar “prevenções” ou “eliminações” de comportamentos contraditórios aos padrões hegemônicos. Uma gigantesca porcentagem da população geral desconhece o fato da existência de crianças transgênero ou o abomina.

As pressões sociais sobre normas de conduta aceitáveis ou não, também exercem influências sobre crianças, senão por vontade própria, por intermédio daqueles que delas cuidam e educam. Fato este que leva crianças trans a passarem o período escolar, ou boa parte dele, sentindo um incômodo em representar uma identidade de gênero que é diferente daquela que sentem ser, pois, temendo discriminações, temos o hábito de prevenir ou eliminar o que socialmente se considera incorreto (diferente).

Todos me viam como uma menina. Para mim, era um menino. Havia um abismo entre como me viam e como me sentia. Adorava brincadeiras consideradas de menino. Era reprovado. Gostava de me vestir como os garotos, tentando rivalizar e competir com eles. Era ignorado. Tremia e me apaixonava pelas meninas, mas era impedido de me declarar. Meus sonhos eram ser um super-herói, mais tarde casar com uma princesa e ser pai. Era incompreendido. Passei então a esconder meus sentimentos e minhas aspirações (JOÃO NERY 2011, p. 26).

É importante refletir se o longo período de ocultação de sua identidade somado a algum sentimento de culpa e às consequências de conflitos causados por seu gênero podem levar estes pequenos sujeitos ao desenvolvimento de problemas psicológicos, de sociabilidade, de conduta, de aprendizagem, inclusive de auto aceitação.

Nesse contexto, faz-se necessário enfatizar a escassez de pesquisas voltadas à compreensão das relações sociais e culturais nas quais a criança transgênero está inserida e antes disso, é necessário até mesmo discutir o que se entende por criança transgênero, principalmente, diante dos enormes tabus pré-estabelecidos pela sociedade.

Nos últimos anos, presenciamos tímidos avanços na aceitação social dessas crianças. Os movimentos sociais no Brasil mobilizaram a criação de políticas públicas voltadas a essa demanda, o que, por sua vez, enfatiza, ainda que implicitamente, uma não aceitação do estilo ditado pelas estruturas de poder que produzem seus sujeitos de acordo com suas necessidades de produção lucrativa. (FOUCAULT, 1988). Dentre as poucas conquistas, temos a Resolução nº 12 de janeiro de 2015 que estabelece:

Parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. (BRASIL, 2015. RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 de janeiro de 2015).

Esse documento dispõe sobre a autorização dada aos estudantes transgênero levando-os ao livre arbítrio quanto à escolha do banheiro a ser utilizado dentro do espaço escolar mesmo que o gênero ao qual o banheiro seja designado esteja em desacordo com a biologia do seu corpo; dispõe ainda da escolha do modelo de uniforme escolar, no caso de haver distinções entre modelos femininos e masculinos, e ainda, da utilização do nome social em todos os procedimentos administrativos das instituições escolares, incluindo as matrículas, os boletins, os registros de frequência, as provas e avaliações e até mesmo os certificados de conclusão.

Atualmente o terreno do gênero está se expandindo à medida que percebemos a necessidade de seguir por outros caminhos. É importante frisar que nossos hábitos e costumes, crenças e valores não são inertes, e sim dinâmicos. Hoje, é muito mais difícil convencer uma criança de quem ela é ou não quando o dano causado por negar sua verdade pessoal é tão dolorosamente óbvio. Mais do que nunca, as pessoas estão começando a entender que os estreitos limites que temos dado ao gênero são, em muitos aspectos, arbitrários.

A ciência está pesquisando o que é inato e o que é culturalmente formado, apoiado e reforçado. As instituições escolares e familiar enfrentam o desafio empolgante e assustador de educar crianças em um mundo que está paulatinamente expandindo sua compreensão de gênero depreendendo que este não pode mais ser considerado uma categoria de duas opções.

A maioria de nós foi ensinada e aderiu ao conceito de que existem apenas o masculino e o feminino como categorias distintas de gênero. Essa forma de pensar já se tornou obsoleta. Pode ser comparada a tentar ver o mundo em categorias raciais distintas sem a compreensão de que uma porcentagem cada vez maior da população é belamente multiétnica.

No entanto, permitir que as crianças sigam o que parece ser natural e real para elas, que sigam na afirmação de sua transgeneridade, pode ser desajustado e assustador na visão de adultos que temem perceber seus rebentos como abjetos na sociedade, uma vez que tal conduta diverge de um caminho já estabelecido socialmente como único, seguro e confiável.

É difícil apoiar uma criança transgênero, ou variante de gênero, quando se acredita apenas na heteronormatividade ou busca-se constantemente desviar-se de discriminações, ostracismos e violências. Na condição de seres humanos estamos sempre procurando completar nossa existência, dar ou manter o sentido de nossa vida, somos mosaicos, cada um de nós é um conjunto de peças pequenas que apenas fazem sentido quando juntas, nenhuma de nossas peças pode ser extraviada, caso contrário, a totalidade e beleza do mosaico estará comprometida.

O pior é que, na data natalina, estava no meu sapato uma camisola ou um vestidinho novo para estrear. Era feito com o maior carinho por mamãe. Era seu jeito de demonstrar amor por nós, o que me provocava conflitos terríveis, pois me via obrigado a entendê-la e, para não magoá-la, usar algo que detestava (JOÃO NERY 2011, p. 27).

São inúmeras as concepções e opiniões formadas por leigos na sociedade e nas instituições em geral em torno das identidades de gênero. Nem sempre (na verdade, quase nunca) são opiniões positivas, fato este que explicita a urgência de pesquisas acadêmicas capazes de familiarizar a população com essa temática, capazes de visibilizar seres subalternizados, evitando desse modo, ou pelo menos atenuando, a formação de conceitos equivocados, estereotipados e desumanos.

Como podemos perceber, este capítulo nos leva a refletir sobre os distintos modos de percepção da criança, em suas particularidades, desde o fim da Idade Média e, contudo, ainda hoje nos surpreendemos com suas subjetividades.

Em contrapartida, as pesquisas acadêmicas e interdisciplinares que podem fomentar discussões e expansões nesse contexto... são escassas.

2. CAPÍTULO II – AS PESQUISAS CIENTÍFICAS NO BRASIL E AS CRIANÇAS TRANSGÊNERO: POSSIBILIDADES DE UM ESTADO DA ARTE

Fui crescendo sem saber exatamente o que havia comigo e como tudo acabaria. Mas era patente que, toda vez que eu aparecia, uma confusão se formava.
João Nery – *Viagem Solitária* (2011, p.34).

“Chega o momento em que o espírito prefere o que confirma seu saber àquilo que o contradiz, em que gosta mais de respostas do que de perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar, e cessa o crescimento espiritual” Bachelard (1996, p.15). Início este capítulo com as palavras do Filósofo Francês Gaston Bachelard, cuja obra, a tempos possui status de muito prestígio no mundo acadêmico. O autor, ao questionar o espírito científico, discorre sobre os obstáculos e sobre atos impeditivos da formação de saberes, fatos que por vezes, findam por estagnar ou mesmo regredir o processo de evolução da ciência e do próprio conhecimento.

A sociedade nos dita o caminho a seguir desde antes de adentrarmos à vida terrena, quando ainda somos singelos aglomerados de células formando um minúsculo embrião. A totalidade dos mecanismos sociais vão nos moldando desde o ventre materno, com toda a simbologia identitária e os pressupostos que cercam o homem e reforçam seus comportamentos.

Nossa subjetividade deverá ser moldada paulatinamente pela família que nos recebe ao nascimento; pela escola que nos acolhe desde a infância e tem como dever a instrução e a disciplina de nossos corpos; pelas distintas instituições que formam a rotina do nosso cotidiano como os hospitais, as empresas/fábricas para as quais vendemos nossa força de trabalho, as instituições militares, até mesmo as redes sociais e, se nada disso for capaz de domesticar nosso ímpeto, ainda haverá as instituições coercitivas.

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do

corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado (FOUCAULT 1987, p. 162).

A sutileza dos mecanismos que hoje dão à sociedade o caráter panóptico, possui o poder, não apenas de disciplinar, mas de modelar o homem socialmente aceito. Temos o instinto natural de fugir, evitar ou desviar daquilo que pode nos tornar abjetos perante os atores presentes no nosso meio. Gesto até louvável, desde que não se sobreponha à dignidade e ao respeito para com a vida humana.

Volto a mencionar a escassez de pesquisas com foco nas vivências de crianças que permeiam a transgeneridade. O quantitativo existente entremeia, por muitas vezes, as áreas da saúde e buscam prioritariamente legitimar “prevenções” ou “eliminações” de comportamentos contraditórios aos padrões hegemônicos e, também quero enfatizar o fato de uma gigantesca porcentagem da população geral desconhecer a existência de crianças transgênero ou a abominá-la por terem incutidos em si, mecanismos que ditam e impõem condutas aceitáveis.

O Estado da Arte a seguir, nos traz possibilidades de nova organização dos conhecimentos acadêmicos sobre a transgeneridade e irá nos trazer mais embasamento para as discussões que pretendemos construir neste trabalho.

2.1. Crianças Transgênero em Pesquisas no Portal de Periódicos da Capes - Dissertações e Teses

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁷ possui em seu acervo, segundo informações colhidas no próprio sítio eletrônico, mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, trabalhos acadêmicos e científicos dentre outros tipos de materiais constituindo uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica.

Ao buscarmos por trabalhos resultantes de cursos stricto sensu no Portal de Periódicos da Capes, mais precisamente no Catálogo de Teses e Dissertações, que discorram sobre a

⁷ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=105>

temática criança transgênero, publicados nos últimos cinco anos, encontramos uma quantidade insignificante de pesquisas.

A investigação ocorreu durante o primeiro semestre do corrente ano e alguns pontos precisam ser mencionados: a caixa de busca no referido website não reconhece dois termos formando uma única frase, por essa razão não foi possível realizar o levantamento de trabalhos utilizando os termos “criança transgênero” ou “infância trans”. As buscas se deram com os termos “transgeneridade” e “transgênero”.

Isto resultou em trabalhos diversificados, ou seja, a busca nos proporcionou pesquisas da área da saúde, do direito, da psicologia, pesquisas voltadas para a arte e cultura e também pesquisas voltadas para a educação. Todas ainda sem a distinção de idade do público investigado. Tal separação foi realizada apenas posteriormente com a leitura do resumo de cada uma das teses e dissertações encontradas com referência aos termos supracitados.

Ao digitarmos o termo “transgeneridade” com o filtro apenas para teses e para o período voltado aos últimos cinco anos, encontramos um total de **sete pesquisas** das quais, **quatro foram publicadas no ano de 2018, duas no ano de 2017, uma no ano de 2016 e nenhum trabalho foi publicado com referência a este termo nos anos de 2015 e 2014**. Os textos encontrados foram:

1. Terapia hormonal cruzada, densidade mineral óssea e composição corporal em indivíduos transgêneros – com autoria de Tayane Muniz Fighera, doutoranda em Ciências Médicas na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Sua tese retrata possíveis sequelas em indivíduos que necessitam de terapia hormonal, embora, o próprio texto enfatize a necessidade de maior tempo de acompanhamento destes pacientes (Extraído de: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6788462 - com acesso em: 12/04/2019);

2. Transtornos do Instinto Sexual? A Medicina Legal Define a Homossexualidade, Lesbianidade, Transgeneridade e Intersexualidade – publicado por Sabrina Guerra Guimaraes, doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero E Feminismo na Universidade Federal Da Bahia. Este trabalho realiza uma crítica à medicina entendida como maior propagadora de discursos nos quais se criam e recriam nomenclaturas sempre com o propósito de situar a população trans no campo da anormalidade, com seus corpos e mentes a exposição de análises médico legal impositoras do que se considera “normal”

(Extraído de: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7507580 - com acesso em: 12/04/2019);

3. Pode Tudo, Até Ser Cis: Segredo De Justiça, Cisgeneridade e Efeitos de Estado a Partir de Uma Peciagrafia dos Processos de Retificação do Registro – defendido por Lucas Riboli Besen, doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Sua pesquisa tem como foco maior “pensar o(s) segredo(s) enquanto uma ferramenta analítica para a produção de efeitos de estado através do acesso/restrição a informações nos processos de retificação do registro civil de pessoas trans” (Extraído de: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7574884 – com acesso em 12/04/2019);

4. Gênero E Moda: A Construção da Aparência na Prática e Crossdressing – com Autoria De Marina Seibert Cezar, doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos em Porto Alegre. Embora não tenha como foco de estudo a criança transgênero, esta pesquisa relata algumas situações nas quais pais possuem dificuldades de encontrar roupas neutras para meninas, visto que boa parte possui um exagero na cor rosa e em temas de princesas e romances (Extraído de: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3944196> – com acesso em 12/04/2019);

5. Direitos Humanos LGBTs e Mundo Do Trabalho: Tensões E Convergências – pesquisa de William Glauber Teodoro Castanho, doutorando em Direito na Universidade De São Paulo. Este trabalho elege como objeto de estudo três sindicatos do município de São Paulo – Químicos, Metroviários e Comerciários – que se preocupam e encampam reivindicações de trabalhadoras e trabalhadores LGBTs por promoção, efetivação e proteção de direitos humanos LGBTs através de acordos coletivos ou convenções coletivas. Logo, é um belo trabalho, mas, em nada retrata a questão da criança transgênero (Extraído de: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5083865> – com acesso em 12/04/2019);

6. Crítica Ao Paradigma Da Diferença Identitária Dos Corpos: Transgressão De Gênero Como Ruptura Ética – estudo construído por Cinthia Alves Falchi, doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho na cidade de Marília. Esta foi a única tese encontrada, nesta etapa de busca, oriunda de um programa de pós-graduação em educação, seu objetivo é problematizar a binarização dos corpos pela biopolítica

neoliberal visando sua naturalização e ainda buscando uma reconfiguração da discussão do gênero e da sexualidade como tema transversal do currículo escolar (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6812175> – com acesso em 12/04/2019);

7. Cartografia Das Práticas De Subjetivação Em Experiências Trans – com autoria de Polianne Delmondez Oliveira, doutoranda em Processos De Desenvolvimento Humano E Saúde na Universidade De Brasília. Nesta pesquisa, há relatos de pessoas adultas que vivenciam a transgeneridade e mencionam vivências de sua infância (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5009683> – com acesso em 12/04/2019).

Com este resultado percebemos a insignificância quantitativa de teses cuja preocupação esteja voltada para crianças que vivenciam a transgeneridade. O número sete já é por si, uma quantidade preocupante de estudos, e nenhum deles tem a criança como sujeito de estudo, apenas dois discorrem em alguns trechos sobre as vivências infantis, mas apenas com o intuito de contextualizarem seus percursos metodológicos.

Em um segundo momento, na tentativa de ampliar os resultados, digitamos na caixa de busca do Catálogo de Teses e Dissertações o termo “transgênero”, ainda com o filtro apenas para teses e com suas datas de publicação ocorridas no período de 2014 a 2018, decidimos ainda eliminar todos os trabalhos oriundos das áreas da saúde⁸.

O quantitativo desta vez foi de treze resultados, sendo que um deles já havia aparecido na busca anterior. Quanto ao ano de publicação, tivemos sete teses publicadas no ano de 2018, uma no ano de 2017, duas no ano de 2016, uma tese foi publicada em 2015 e duas publicadas em 2014. Os textos encontrados foram:

8. Re(des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook – com autoria de Eduardo Meinberg De Albuquerque, doutorando em História Social pela Universidade De São Paulo (Extraído de:

⁸ A medicina possui diversos dispositivos que buscam construir uma trajetória de subjetivação única para pessoas trans, esses dispositivos ditam normas que caracterizam condutas e performances estereotipadas anulando desta maneira, as multiplicidades de vivências e processos de subjetivação destes seres humanos, permitindo assim, que os profissionais da saúde tomem para si o poder de decidir sobre suas próprias necessidades, dificultando o direito de pessoas trans falarem por si mesmas (BORBA, 2016).

<sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4300410> – com acesso em 13/04/2019);

9. Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil – tendo autoria de Crishna Mirella De Andrade, doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal De Santa Catarina. Esta pesquisa acompanha um grupo de pessoas que buscam regularizar o próprio uso do nome social e aponta ainda alguns fatores decisivos à esta regulamentação (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5174476> – com acesso em 13/04/2019);

10. História Das Multiplicidades Travestis Em Muriel Total, De Laerte Coutinho: cartografias discursivas da estética de si por um devir transgênero - defendido por Raiff Gomes Da Nobrega, doutorando em Letras pela Universidade Federal Da Paraíba. Seu trabalho discute a emergência de novas formas de subjetividade da travesti (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4993756> – com acesso em 13/04/2019);

11. O Menor Transgênero e a Dificuldade de Acesso aos Direitos Constitucionais e à Justiça: A Desobservância ao Princípio da Dignidade Humana – estudo elaborado por Marta Beatriz Tanaka, doutoranda em Função Social Do Direito pela Faculdade Autônoma De Direito. A pesquisa busca traçar um panorama sobre a questão do amparo legal aos transgêneros, verificando-se a sua dificuldade de acesso à justiça (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7412582> – com acesso em 13/04/2019);

12. Quantas Curtidas Merece Essa Trans? A Recepção da Transexualidade nas Mídias Digitais – com autoria de Luiz Augusto Mugnai Vieira, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. Esta pesquisa buscou compreender a receptividade da transexualidade nas mídias digitais (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6777798> – com acesso em 13/04/2019);

13. Processos, Desafios, Tensões e Criatividade nas Conjugalidades de Homens e Mulheres Transexuais – com autoria de Eduardo Marodin Lomando, doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. O objetivo

deste trabalho foi compreender como se constituem as conjugalidades transexuais e como esses são vividos nessa relação (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=642993> – com acesso em 13/04/2019);

14. De Maria a Madalena: representações femininas nas histórias em quadrinhos – pesquisa realizada por Ediliane De Oliveira Boff, doutoranda em Ciências Da Comunicação pela Universidade De São Paulo. Esta investigação busca perceber como o feminino aparece em determinadas criações (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1630359> – com acesso em 13/04/2019);

15. Brilham estrelas de São João: gênero, raça e sexualidade em performance nas festas juninas de Belém – com autoria de Rafael Da Silva Noletto, doutorando em Ciência Social pela Universidade De São Paulo. Esta tese visa analisar a expressão da diversidade sexual e de gênero, interpelada por concepções de raça, no contexto das festas juninas na capital Belém no estado do Pará (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4024523> – com acesso em 13/04/2019);

16. Tráfico Internacional de Brasileiras para Fins de Exploração Sexual na Espanha: Estudo Sobre Sentidos Normativos e Institucionais Conferidos às Vítimas e os Silenciamentos Produzidos por Tais Significações. Com autoria de Giselle Fernandes Correa Da Cruz, doutoranda em Direito pela Universidade Federal De Minas Gerais. Trata-se de uma investigação sobre a problemática do tráfico de brasileiras cis e transgênero para fins exploração sexual na Espanha (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6940752> – com acesso em 13/04/2019);

17. Montagens De Si Relações De Amizade e Experiências Trans em Campos Dos Goytacazes, 1990-2017 – pesquisa organizada por Rafael Franca Goncalves Dos Santos, doutorando em História pela Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro. Discorre sobre os históricos mecanismos, estratégias e possibilidades de autodeterminação e autodefinição, também sobre as maneiras como os sujeitos nomeiam-se e atribuem sentido ao vivido, agenciando históricas noções, como as de travesti, transexual, transgênero, trans e mulher focando experiências trans produzidas na interface com as históricas formações das

feminilidades (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6354776> – com acesso em 13/04/2019);

18. O discurso de um lugar (im)possível: considerações sobre o potencial paratópico de travestis e transexuais – com autoria de Marcella Machado De Campos, doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos Da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. Esta pesquisa busca discutir a problemática da inserção de travestis e transexuais no universo discursivo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7182650> – com acesso em 13/04/2019);

19. O cinema LGBTQ exibido no Brasil: discursos, temáticas e tendências – elaborada por Carlos Frederico Bustamante Pontes, doutorando em Ciências Humanas pela Universidade Federal De Santa Catarina. Esta tese, por sua vez, analisa o modo como as noções hegemônicas de sexo e gênero são representadas nos filmes de temática lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero e queer exibidos no Brasil a partir dos anos 1980 aos dias atuais (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7029852> – com acesso em 13/04/2019);

Embora o número de teses encontradas tenha aumentado de sete para dezenove, além de se perceber um expressivo crescimento de publicações no último ano, ainda não foi possível encontrar uma tese voltada à temática da criança transgênero nos últimos cinco anos.

Como última tentativa de buscar tal pesquisa, digitamos na caixa de busca do catálogo de teses e dissertações os termos já citados anteriormente, mas, desta vez com o filtro voltado para os últimos 10 anos e apenas na área de ciências humanas, eliminando as demais áreas do conhecimento.

O resultado não nos trouxe nada de novo, por esta razão, refez-se a busca inserindo novamente as demais áreas de conhecimento, eliminando desta vez, apenas a área da saúde. O resultado permaneceu apenas com as dezenove pesquisas já conhecidas e supracitadas neste capítulo.

Ao voltarmos nossa atenção para as pesquisas resultantes de programas de pós-graduações em nível de mestrado, ainda no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes,

obtivemos um quantitativo maior de produtos. Ao todo somam-se **quarenta e cinco dissertações** encontradas através dos termos “transgênero” e “transgeneridade” com os filtros limitados aos últimos cinco anos e às grandes áreas do conhecimento como **Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas**.

As investigações *stricto sensu* desta etapa de buscas estão publicadas nas seguintes áreas de conhecimento: sete em Antropologia, duas em Ciência da Informação, três em Comunicação, nove em Direito, sete em Educação, uma em História, uma em História Do Direito, uma em Planejamento Educacional, oito em Psicologia, uma em Relações Internacionais, Bilaterais E Multilaterais, duas no Serviço Social e três em Sociologia. São elas:

1. Corpo, Gênero e Identidade: Experiências Transgênero na Cidade de Manaus.

Com autoria do mestrando em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas, Isabel Wittmann (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4506356> – com acesso em 13/04/2019);

2. Afinal, quem sou eu para o direito? Reflexões sobre a tutela do transgênero no Brasil.

Dissertação oriunda do Mestrado em Direito na Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, tendo a autoria de Debora Caroline Pereira da Silva (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5189495> – com acesso em 13/04/2019);

3. O Corpo Da Roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.

Esta pesquisa tem autoria de Geraldo Eustáquio de Souza. Aluno egresso do Mestrado em Sociologia na Universidade Federal Do Paraná (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1321849> – com acesso em 13/04/2019);

4. “Quero Deixar De Ser Um Menino Dependente Para Ser Uma Mulher Autônoma”: Os Casos Transgêneros Nas Tirinhas De Laerte Coutinho.

Este trabalho foi elaborado por Lais Medeiros Cavalcante, mestranda em História na Universidade Federal De Campina Grande (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2209735> – com acesso em 13/04/2019);

5. **Infâncias Trans: A Emergência de uma Narrativa Social em (Con)Textos Midiáticos e Suas Inter-Relações Com a Educação.** A pesquisadora autora desta dissertação é Melanie Laura Mariano da Penha, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5682352> – com acesso em 13/04/2019);

6. **O direito ao Trabalho da População Transgênero.** Com autoria da mestranda pesquisadora Ana Paula Suitsu de Sá, egressa no Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6374083> – com acesso em 13/04/2019);

7. **A Prática Crossdresser na Blogosfera: um estudo baseado em análise de blogs crossdressers.** Dissertação de Marcela Thais De Melo Barbosa, mestranda em Antropologia Social na Universidade Federal De Goiás (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1992706> – com acesso em 13/04/2019);

8. **Trânsitos De Gênero.** Com autoria da pesquisadora Jane Gabryelle Badaro de Oliveira, mestranda em Psicologia pela Universidade Federal De Juiz De Fora (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2152422> – com acesso em 13/04/2019);

9. **Sentidos Atribuídos a Partir da Comunicação do Diagnóstico de Hiv/Aids em Mulheres Transgênero À Luz Da Fenomenologia De Heidegger.** Pesquisa de Rafael Luiz De Aguiar Porto, mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6805486> – com acesso em 13/04/2019);

10. **Uma Noção De Pessoa Trans Não-Binária.** Dissertação construída pelo mestrando Alisson Gebrim Krasota, egresso do Curso de Antropologia na Universidade Federal Do Paraná (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3979091> – com acesso em 24/04/2019);

11. **Corpos (Trans)Formados: a transgeneridade no cinema brasileiro.** Escrito por Caio Ramos Da Silva, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6312302> – com acesso em 24/04/2019);

12. **Laerte “Vestido De Mulher”:** Uma investigação sobre representações de gênero e sexualidade na mídia. Tulio Heleno De Aguiar Bucchioni, mestrando em Ciência Social na Universidade De São Paulo, São Paulo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4059622> – com acesso em 24/04/2019);

13. **Transgeneridade, Mídia e Consumo: Um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho.** Dissertação de Hadriel Geovani Da Silva Theodoro, mestrando em Comunicação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing no estado de São Paulo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3609200> – com acesso em 24/04/2019);

14. **A efetividade da proteção da identidade de gênero e do nome da pessoa transexual: análise de constitucionalidade e de convencionalidade.** Pesquisa de Beatriz Pereira Da Silva, mestranda em Direito na Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4135916> – com acesso em 24/04/2019);

15. **Sob o Signo da Sereia: A feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes.** Escrito por Drielly Teixeira Lopes Silveira, mestranda em Educação Sexual na Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7221494> – com acesso em 24/04/2019);

16. **Possibilidades e Impossibilidades nas Relações Entre Homens Cis e Mulheres Trans: Questões para a psicanálise.** De Marina Maciel De Almeida, mestranda em Psicologia na Universidade Federal De Minas Gerais (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br

/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7493243 – com acesso em 24/04/2019);

17. **Perspectivas Críticas Sobre a Tutela Jurídica de Pessoas Trans: diálogos entre estudos (trans)feministas e direito.** Com autoria de Francielle Elisabet Nogueira Lima, mestranda em Direito na Universidade Federal Do Paraná (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6374659> – com acesso em 24/04/2019);

18. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** Pesquisa com autoria de Bruna Camillo Bonassi, mestranda em Psicologia na Universidade Federal De Santa Catarina (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5012910> – com acesso em 24/04/2019);

19. **“Identidades De Gênero Não-Binárias”: Uma Análise Ciborgue Da Performatividade De Gênero Em Narrativas Digitais.** Com autoria de Claudio Magno Gomes Berto, mestrando em Psicologia na Universidade Federal De Minas Gerais (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5339789> – com acesso em 24/04/2019);

20. **Direito Previdenciário dos Transexuais: a questão da aposentadoria.** Pesquisa do programa de mestrado em Direito nas Relações Econômicas e Sociais, com autoria de Dayse Gracielle Soares de Araujo de Figueiredo na Faculdade de Direito Milton Campos (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6197827> – com acesso em 24/04/2019);

21. **Ensaio Sobre A Construção Discursiva do Corpo Transgênero em Perspectiva Foucaultiana.** Pesquisa de Silvanie Campos De Souza, mestranda em Educação Sexual na Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7590671> – com acesso em 24/04/2019);

22. **Da Transexualidade e da Travestilidade: A Proteção e a Promoção da Saúde Por Meio da Despatologização das Identidades Transgêneros.** Escrito por Juliana Luiza Mazaro, mestrando em Ciências Jurídicas no Centro Universitário de Maringá (Extraído de:

<sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6322577> – com acesso em 24/04/2019);

23. Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil. Pesquisa de Lucas Lima De Podesta, mestrando em Sociologia na Universidade Federal De Goiás (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7146340> – com acesso em 24/04/2019);

24. Informação E Transgeneridade: O Comportamento Informacional De Mulheres Transgêneras E As Percepções Da Identidade De Gênero. Do pesquisador Elton Martires Pinto, mestrado em Ciências Da Informação na Universidade De Brasília (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6072507> – com acesso em 24/04/2019);

25. "Um Pai Trans, Uma Mãe Trans": Direitos, Saúde Reprodutiva e Parentalidades Para a População de Travestis e Transexuais. Com autoria de Monica Angonese, mestranda em Psicologia na Universidade Federal De Santa Catarina (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3318212> – com acesso em 24/04/2019);

26. Alteração do Nome e do Sexo Civil da Pessoa Transgênero Como Concretização do Direito à Identidade. Com autoria de Neumalyne Lacerda Alves Dantas Marinho, mestrando em Direito no Centro Universitário De João Pessoa (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5256596> – com acesso em 24/04/2019);

27. Corporalidades Transgressoras: Desafios Das Transformações Corporais De Pessoas Transgênero No Contexto Da Política Social De Saúde Na Colômbia. Com autoria de Natalia Espitia Pachon, mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal Do Maranhão (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5004526> – com acesso em 24/04/2019).

28. Laerte: Experimentações de Gênero e Sexualidade. Por Gabriela Garcia Sevilla, mestranda em Educação na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (Extraído de:

<sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1757113> – com acesso em 24/04/2019);

29. **“De gravata e unha vermelha”:** **transgeneridades e sexualidades**". De Ailton Dias De Melo, mestrando em Educação na Universidade Federal De Lavras (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4554964> – com acesso em 24/04/2019);

30. **Competência Em Informação De Minorias Sociais: Pessoas Trans Da Região De Florianópolis, Santa Catarina.** De autoria do mestrando em Ciência Da Informação, Guilherme Goulart Righetto, na Universidade Federal De Santa Catarina (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6158130> – com acesso em 24/04/2019);

31. **O Universo Trans e os Jogos Olímpicos: visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016.** Por Raphaella Freitas Petkovic, mestranda em Comunicação na Universidade Paulista (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6368932> – com acesso em 24/04/2019);

32. **Contribuições da Educação Sexual na Formação de Professores.** Pesquisa de Livia Catarina Matoso Dos Santos Telles, mestranda em Educação Escolar na Universidade Federal De Rondônia (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5377621> – com acesso em 24/04/2019);

33. **Pelo Direito De Ser: Historicidade Do Movimento Transexual e o Direito de Autodeterminação.** Pesquisa de Paulo Joviniano Alvares Dos Prazeres, mestrando em Direito na Faculdade Damas Da Instrução Cristã (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6069163> – com acesso em 24/04/2019);

34. **A metamorfose de Laerte Coutinho? Subversão do gênero de um cartunista.** Fernanda Pereira Nunes, mestranda em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1609799> – com acesso em 24/04/2019);

35. **Identidade judaica, sexualidade e gênero: uma abordagem das experiências das pessoas que lidam com essas questões na cidade de São Paulo (Brasil).** Com autoria de Justin Robert Grove, mestrando em Antropologia Social na Universidade Estadual De Campinas (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6665240> – com acesso em 24/04/2019);

36. **A Proteção Integral Da Pessoa Transexual: Do Direito Ao Nome Ao Direito À Saúde Sexual.** Pesquisa com autoria da mestranda Camila Christiane Rocha, egressa de Ciência Jurídica na Universidade Estadual Do Norte Do Paraná (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7044964> – com acesso em 24/04/2019);

37. **A Legitimidade Das Identidades De Gênero Não Binárias E O Reconhecimento De Suas Demandas Como Reivindicações De Direitos Humanos.** Pesquisa de Ana Patrícia Racki Wisniewski, mestranda em Direito na Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2398157> – com acesso em 24/04/2019);

38. **Entre Muros E Grilhões: Criminologia Crítica E A Práxis De Enfrentamento Contra O Sistema Penal E Pelo Fim Das Prisões.** De Camila Gibin Melo, mestranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1509769> – com acesso em 24/04/2019).

39. **Antropologia, Diversidade Sexual E Educação: Uma Experiência Etnográfica No Ensino Público Da Bahia.** Por Virginia De Santana Cordolino, mestranda em Antropologia Social na Universidade Federal De Santa Catarina (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4365464> – com acesso em 24/04/2019).

40. **Homens Que Engravadam: Um Estudo Etnográfico Sobre Parentalidades Trans E Reprodução.** Por Anne Alencar, mestranda em Antropologia na Universidade Federal Da Bahia (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalho>

Conclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6714395> – com acesso em 24/04/2019);

41. Da Proteção Aos Direitos Da Personalidade Das Minorias Sexuais Quando Da Utilização Das Técnicas De Reprodução Humana Assistida. Por Bruno Baltazar dos Santos, mestrando em Ciências Jurídicas no Centro Universitário De Maringá (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2381764> – com acesso em 24/04/2019);

42. Constructing The Lgbti Subject Of Rights: Subjectivity, Politics And Identity In Human Rights Discourse. Por Luiz Artur Costa Do Valle Jr, mestrando em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5579699> – com acesso em 24/04/2019);

43. Transmulheres E Sua Relação Com A Família: desafios durante o processo de transexualização. Por Joelci Cristina Melo, mestranda em Educação pela Universidade Do Planalto Catarinense (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5960933> – com acesso em 24/04/2019);

44. Experiências de Afirmação de Gênero de Pessoas Trans Brasileiras no Youtube. Pesquisa de Hellena Bonocore Morais, mestranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6648190> – com acesso em 24/04/2019);

45. Psicologias e Transexualidades: o Estado da Arte da Produção Teórica Brasileira. Por Barbara Guimaraes Pacheco, mestranda em Psicologia na Universidade Federal De Uberlândia (Extraído de: <sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5078227> – com acesso em 24/04/2019).

Como percebemos, as áreas com mais publicações de dissertações voltadas ao tema da pluralidade de gênero são: o Direito (9), a Psicologia (8), a Antropologia (7) e a Educação (7). Juntas somam 31 das 45 pesquisas encontradas. Entretanto, apenas uma dissertação traz o termo “infância” em seu título.

Não há a necessidade de se fazer repetir que as pesquisas nos permitem avançar no conhecimento sobre diversos âmbitos, nos possibilitando compreender o mundo e suas relações com o que nos é natural e o que nos proporciona indagações; que a ignorância gera crenças firmes em fatos sem questionamentos causando consequências capazes de impactar gerações. Seguimos com as buscas.

2.2. Crianças Transgêneros em Outros Periódicos - Revistas

A biblioteca eletrônica Scielo (Scientific Electronic Library Online) possui uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros. Seu objetivo é, dentre outros, proporcionar a disseminação, o amplo acesso às pesquisas publicadas em artigos.

Esta interface, visando facilitar a busca por publicações de suas coleções, permite acesso por distintas maneiras. É possível realizar buscas tanto por periódicos quanto por artigos científicos e também por relatórios de publicações do próprio site.

Os periódicos podem ser encontrados através de uma lista alfabética, uma lista de assuntos ou uma pesquisa de títulos; os artigos podem ser acessados por um índice de autores, um índice de assuntos ou mesmo por uma busca dos títulos dos artigos que se deseja encontrar; por sua vez os relatórios podem ser obtidos através de dados fornecidos através de filtros no próprio sítio.

Realizamos buscas por pesquisas relacionadas às crianças transgênero, publicadas nos últimos cinco anos, período entre 2014 a 2018, utilizando os termos “**gênero**”, “**sexualidade**” e “**criança**” em cada um dos periódicos classificados nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Somam-se ao todo 90 periódicos em Ciências Humanas e 41 em Ciências Sociais Aplicadas disponíveis na biblioteca eletrônica Scielo.

O objetivo foi encontrar periódicos que dedicaram um exemplar, no período supracitado, às temáticas de gênero e sexualidade no anseio de encontrar, nestes exemplares, publicações sobre crianças transgênero.

Uma porcentagem significativa das revistas acadêmicas consultadas, dedicou ao menos um exemplar nos últimos cinco anos ou aceitou em seu prelo, artigos sobre diversidades

e pluralidades nos quais foi comum encontrar textos voltados à sexualidade. Dentre os resultados encontrados, nos chamou mais atenção os artigos publicados nas revistas elencadas a seguir, por hora, sem a distinção de número, volume e ano de publicação:

1. **Cadernos Pagu** – é um periódico interdisciplinar, quadrimestral, que se dedica ao estudo de gênero. Os artigos selecionados foram: Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? (MARIANO e ALTMANN, 2016); Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero (FREITAS e LUZ, 2017); “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça (BALIEIRO, 2018). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 29/04/2019;

2. **Caderno de Pesquisa** – divulga pesquisas voltadas às temáticas emergentes das áreas de educação, gênero e raça. O artigo deste periódico que merece destaque maior entre a temática de nosso interesse é: Representações das categorias de sexo em crianças no contexto escolar (MORIN-MESSABEL, 2016). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-1574&lng=pt&nrm=iso> - com acesso em 30/04/2019;

3. **Ciência & Educação** – este periódico publica artigos científicos sobre resultados de pesquisas empíricas ou teóricas e ensaios originais sobre temas relacionados à educação em ciências, educação matemática e áreas afins. Destacam-se os seguintes textos: Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas (CAMPOS, 2015); Sexualidade e educação: o Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens (CAOJ) de Coimbra-PT enquanto espaço de formação (HERNECK, FERRACO e TEIXEIRA, 2017). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-7313&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 29/04/2019);

4. **Educar em Revista** – publica pesquisas na área educacional, além de, traduções, entrevistas e documentos de amplo interesse acadêmico sempre com o propósito de abordar questões atuais e significativas para a compreensão dos fenômenos educativos. Chamou-nos atenção os seguintes trabalhos: Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios (CESAR e DUARTE, 2017); Escolarização da sexualidade no estado de Goiás: o que mostram as dissertações e teses (NICOLINO e PARAISO, 2014); Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância (XAVIER FILHA, 2014); Experiência homossexual no contexto escolar (FERRARI, 2014). O periódico foi extraído de:

<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-4060&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 29/04/2019);

5. Educação & Realidade – voltada para as produções científicas inovadoras na área da educação. Destacam-se os textos: Sobre a Bicha do Bem: queerizar a ética da pesquisa em educação (OLIVEIRA, 2016); Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo (OLIVEIRA e DINIZ, 2014); Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders (TORRES e PRADO, 2014). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2175-6236&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 29/04/2019);

6. Educação & Sociedade – este periódico se volta para a ciência da educação. Destaca-se o artigo: Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: transições contemporâneas (MARCHI e SARMENTO, 2017). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7330&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

7. Educação e Pesquisa – realiza publicações de pesquisas de caráter teórico ou empírico na área educacional. Nos chamou atenção os seguintes textos: Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT (PINHO e PULCINO, 2016); A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as) (ZANATTA, 2016); Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar (DORNELLES e DAL'IGNA, 2015). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

8. Estudo e Pesquisa em Psicologia – Periódico voltado para a Psicologia Social e a edição utilizada neste trabalho aborda temas variados como histórias de vida de transexuais, qualidade de vida, convivência familiar e comunitária, da maternidade em situação prisional, dentre outros de bastante impacto na vida em sociedade. O artigo utilizado para fomentar a discussão nesta pesquisa foi: Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância (SILVA e OLIVEIRA, 2015). O periódico foi extraído de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200004> com acesso em: 26/07/2019).

9. **Fractal Revista de Psicologia** – trabalha com divulgações de pesquisas em distintas vertentes da área da psicologia. O artigo escolhido foi: Do dispositivo da sexualidade ao dispositivo da biotecnologia (SILVA, 2015). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-0292&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

10. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** – seleciona artigos originais e outros materiais relacionados à história das ciências e da saúde. Nos chamou a atenção o texto: Identidade de gênero, sexualidade e intervenções terapêuticas em A garota dinamarquesa (2015) (TOLEDO e DORNELAS, 2015). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-5970&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

11. **Horizontes Antropológicos** – atua no campo da Antropologia. Publicou o texto: Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional (MACHADO, 2017). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-7183&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

12. **Pro-Posições** – divulga pesquisas que contribuam para a reflexão crítica sobre as várias dimensões da Educação. Os artigos escolhidos foram: Educação Infantil: um balanço a partir do campo das diferenças (ABRAMOWICZ e TEBET, 2017); “Actos que a decência manda calar”: aspectos da relação entre escola, magistério e sexualidade no século XIX (PASCHE e NASCIMENTO, 2016); "Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti (DINIS e PAMPLONA, 2014). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-7307&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

13. **Psicologia Ciência e Profissão** – busca fomentar a produção do conhecimento científico socialmente relevante em diferentes áreas da psicologia. Nos chamou atenção os seguintes textos: Polifonia na Produção do Binarismo de Gênero em Brincadeiras na Primeira Infância (SANTOS, 2018); Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as (GASPODINI, e FALCKE, 2018). O periódico foi extraído de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-9893&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

14. **Revista Psicologia & Sociedade** – revista voltada para temáticas que privilegiem pesquisas e discussões na interface entre a psicologia e a sociedade numa postura crítica, transformadora e interdisciplinar. O texto escolhido foi: Docência e Concepções de Sexualidade na Educação Básica (GESSER, 2015). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7182&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

15. **Revista Cronos** - interface do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) semestral e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. Nos chamou atenção os seguintes trabalhos: Gênero/Sexualidade/Diversidade Sexual no âmbito da educação infantil (SANTANA MIRANDA, 2016); Sexualidade e Parto: em busca do elo perdido (LUZ, 2018). O periódico foi extraído de: <periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/8229> – com acesso em: 01/05/2019);

16. **Revista Estudos feministas** – este periódico visa contribuir com práticas dos movimentos de mulheres e divulga pesquisas voltadas aos estudos feministas e de gênero. Escolhemos mencionar os seguintes trabalhos: Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos (REIS e PARAISO, 2014); Questões de gênero na educação física escolar (MARQUES, 2014); Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil (CARVALHO e RABAY, 2015); Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização (FRANCO e CICILLINI, 2015); Sob o “melhor interesse”! O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção (COITINHO FILHO, 2017); Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos (ALTMANN, 2018); Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar (AUAD e CORSINO, 2018); Educação Física e sexualidade: desafios educacionais (DEVIDE, 2018). O periódico foi extraído de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-026X&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 01/05/2019);

17. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental** – embora este seja um periódico voltado para a área da saúde, realiza a divulgação de trabalhos com foco no sofrimento psíquico e na subjetividade. Escolhemos os seguintes textos: Contribuições para a sexualidade infantil (ODESSA, 2016); Introdução a “Contribuições para a sexualidade infantil (GUELLER, 2016). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-4714&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 02/05/2019);

18. **Topoi** – Esta revista divulga a pesquisa contemporânea em História. Decidimos mencionar o seguinte trabalho: Ingratas e Pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII (LIEBEL, 2015). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2237-101X&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 02/05/2019);

19. **Trends in Psychology** – busca divulgar as pesquisas como estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais voltados para a psicologia e áreas afins. Optamos por mencionar o texto: Adoção de Crianças por Casais Homossexuais: As Representações Sociais (SSANTOS, 2018). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=2358-1883&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 02/05/2019);

20. **Revista Brasileira de Educação RBE** – busca divulgar trabalhos nacionais e internacionais na área da Educação. Damos enfoque ao seguinte texto: Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas (BORGES e BORGES, 2018). O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-2478&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 03/05/2019);

21. **Revista Brasileira de Estudos de População** – busca difundir a produção brasileira e internacional no campo da Demografia e População e Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa escolhida foi: Sexo de crianças e estrutura familiar no Brasil: viés de pai e avó? (REYNOLDS, 2018) O periódico foi extraído de: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3098&lng=pt&nrm=iso> – com acesso em: 03/05/2019);

22. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo** - é um periódico quadrimestral que prima por trabalhos originais e inéditos que tragam contribuições para o campo da Terapia Ocupacional e áreas afins. O artigo que se destaca em seus arquivos é: Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais (SILVA, BEZERRA e QUEIROZ, 2015). O periódico foi extraído de: <www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664> com acesso em 26/07/2019).

23. **Zero a Seis** – busca divulgar a produção científica sobre a pequena infância de pesquisadores comprometidos com a luta por direitos e conquistas sociais básicas para a educação na infância com o intuito de contribuir com a ciência da educação. Os textos escolhidos foram: O chinelo rosa: corpo e gênero na educação infantil (KRUG e SOARES,

2016); “Prof., por que a Maria não tem pipi? Ela perdeu o pipi?”: narrativas de crianças, famílias e professoras, referentes à sexualidade infantil (RODRIGUES e BRAGAGNOLO, 2016); Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis (ALVARENGA e VIANA, 2018); Em nome dos cuidados, da proteção e da educação: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da educação infantil (SALGADO e MARTINS-GARCIA, 2018); Estereótipos de gênero e sexismo linguístico presentes nos livros no contexto educativo para crianças (FINCO e SEVESO, 2018); Quando as (hetero)normas estremecem o cotidiano da Educação Infantil: conversas com professoras sobre as marcas de gênero expressas nas interações entre crianças (FREITAS; COUTO JR e CARVALHO, 2018). O periódico foi extraído de: <periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/issue/archive> – com acesso em: 03/05/2019).

Somam-se vinte e três, os periódicos relacionados acima que publicaram nos últimos cinco anos, trabalhos científicos nos quais, de alguma maneira, discorrem sobre a sexualidade na infância. Embora seja um bom quantitativo, sentimos a necessidade de revisar tais fontes na busca de ampliar as perspectivas de análise dos últimos anos, almejando uma visibilidade maior às crianças que vivenciam a transgeneridade não apenas na área de estudos da infância, mas, em uma perspectiva interdisciplinar que nos permita, além desta possibilidade de tornar visível, compreender de fato, as necessidades, os sofrimentos, as dores, as alegrias e as esperanças destes pequenos seres.

2.3. Outras Publicações e as Crianças Transgênero - Livros e Anais de Eventos

As buscas por produções científicas para a construção de um diálogo interdisciplinar que nos permita a visibilidade, a compreensão e o respeito para com os pequenos seres que permeiam a transgeneridade nos possibilitou o contato com diversas publicações apresentadas e discutidas em eventos acadêmicos com estrutura para congregarem diversos grupos de pesquisas tidos como referência em território nacional nas investigações com e sobre crianças e infância. Nos debruçamos sobre os anais das edições **de três grandes eventos acadêmicos ocorridos nos últimos cinco anos**, são eles:

Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI), por ser o principal evento brasileiro dedicado a investigações sobre a infância, com edições bienais,

possuindo estrutura e organização para reunir, em congregação, grupos de pesquisa nas diversas regiões brasileiras, além de, favorecer intercâmbios com outros grupos e pesquisadores internacionais;

Semana da Faced que reúne em seus anais, publicações de outros dois eventos concomitantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, Semana da Educação e o Seminário Anual de pesquisa em Educação do PPGE. A escolha deste evento se deu pelo mesmo compreender que vivemos em uma época marcada por violências que permeiam nossas subjetividades e moldam nossos comportamentos;

O terceiro evento escolhido é o **Congresso Internacional em Estudos Culturais** organizado pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais firmado em parceria com a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro, também com edições bienais, nas quais reúne dentre diversos outros grupos, investigadores e ativistas em torno de questões que tocam as intersecções entre gênero e direitos humanos, sendo esta a razão de sua escolha.

Em uma **ordem crescente**, descrevemos a seguir os títulos dos trabalhos que mais se aproximam da temática de nosso interesse em cada uma das edições dos três eventos escolhidos.

O artigo que mais nos chamou a atenção para um diálogo interdisciplinar sobre a transgeneridade infantil apresentado na quarta edição⁹ do Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, realizada em 2014, foi:

1 – “A Reprodução Interpretativa do Obsceno Infantil” o qual foi defendido no evento por Cibele Noronha de Carvalho, que propôs uma investigação afim de compreender como e por crianças reproduzem, criam, interpretam e transmitem um conjunto de saberes organizados em um folclore obsceno infantil voltado para a sexualidade.

O **Caderno de Resumos**¹⁰ da quinta edição do GRUPECI, ocorrida em 2016, nos trouxe um quantitativo bem mais generoso de artigos voltados a esta temática, são eles:

1 – “Criança Queer e a Representação na Mídia Brasileira”, dos pesquisadores Tiago Daniel Fioravante e Sarai Patricia Schmidt;

⁹ Página com informações sobre o evento: <<https://grupeci.fe.ufg.br/>> - Com acesso em: 21/04/2019.

¹⁰ Disponível em: <<http://grupeci.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/03/Resumos-V-GRUPECI.pdf>> - Com acesso em: 21/04/2019.

2 – “Em Defesa da Educação Infantil: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Resistências”, apresentado pelos estudiosos Nélia Aparecida da Silva, Peterson Rigato e Solange Estanislau;

3 – “Fronteiras Marcadas na Construção do Gênero Entre Meninas e Meninos em Contexto de Educação Infantil”, por Ericka Marcelle Barbosa e Lenira Haddad;

4 – “Pedagogia da Infância, Normas de Gênero e os Espaços Educativos Para Meninos e Meninas”, apresentado pelos pesquisadores Carolina Faria Alvarenga e Tássio José da Silva;

5 – “Representações do feminino e do masculino, expectativas de gênero e construções corporais de gênero na pequena infância”, por Laura Tereza de Sá e Nathalia Chacão Gabriel.

A sexta e última edição do **Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias**, ocorrida no ano de 2018, ainda não possui a conclusão de seus anais, entretanto, olhando a programação do evento (que se encontra em grupeci2018.com.br/), nos chamou atenção as seguintes pesquisas:

1 – “Diálogos Sobre Gênero e Sexualidade Com Professoras da Educação Infantil”, defendido por Sueli Salva;

2 – “O Que Pode o Corpo na Escola? O Corpo na Escola Pode Pouco. Será?” com a autoria de Adriana Andrade Alves et al.;

3 – “O Que Pode o Corpo na Escola? O Corpo Pode Ser Livre! Será?” apresentado por Camila da Silva Perrotta e equipe.

Ao analisarmos os **Anais da II Semana da FAGED**¹¹ que atribui em seu prelo também a composição de trabalhos apresentados na **VII Semana de Educação** e no **X Seminário Anual de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, realizados no ano de 2014, nos proporciona uma reflexão com a seguinte pesquisa:

1 – Relações de Gênero e Sexualidades no Currículo de Pedagogia: uma proposta de formação docente” de Roney Polato de Castro. Embora o trabalho não se volte exclusivamente para a infância, entendemos que os profissionais da educação infantil, bem como profissionais

¹¹ Disponível em: <http://www.ufjf.br/faculdadedeeducacao/files/2015/05/Anais_II-Semana-da-FAGED.pdf> - Com acesso em: 21/04/2019.

de qualquer outra etapa e modalidade da educação básica, refletem muito de sua formação inicial do transcorrer de suas atividades laborais. Esta pesquisa busca problematizar as discussões geradas na disciplina “Tópicos Especiais Gênero, Sexualidade e Educação” presente na matriz curricular do Curso de Pedagogia da UFJF, com perspectivas pós estruturalistas, se volta a provocar outros olhares, outros modos de pensar as relações de gênero, as sexualidades e seus atravessamentos com o campo educacional.

A 3ª edição deste anais de múltiplos eventos, ou seja, III Semana da Faced¹², ocorrida em 2016, trouxe dois artigos importantes sobre a temática da sexualidade na infância. São eles:

1 – “Educação E Identidades Não-Binárias: Apontamentos Para Uma Pedagogia Queer” do estudioso Neilton dos Reis, o qual nos possibilita uma discussão voltada para a visibilidade pretendida de pessoas que não se identificam com a binaridade de gêneros socialmente construída e as violências institucionalizadas sofridas por essa porcentagem populacional;

2 – “Gênero E Sexualidade Na Educação Infantil: Análise Dos Trabalhos Apresentados Nas Reuniões Da Anped – 2000 A 2014” escrito por Aline Matos de Medeiros David, pesquisadora que pretendeu analisar trabalhos publicados na ANPED dos anos 2000 a 2014 relacionados ao tema gênero e sexualidade na Educação Infantil. A autora acredita que o tema está sendo cada vez mais discutido no espaço acadêmico, entretanto, há uma grande lacuna no que diz respeito à sexualidade na educação infantil.

Por sua vez, a mais recente edição deste evento, ocorreu em 2017, trata-se do Anais da IV Semana da FACED¹³ que atribui em seu prelo também a composição de trabalhos apresentados na IX Semana de Educação e no XIII Seminário Anual de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. As pesquisas que merecem ênfase nesta discussão são:

1 – “As Relações De Gênero No Espaço Escolar: Uma Análise Bibliográfica” apresentado por Isa Maria Barroso Cruz, Danielle de Paula Andrade e Marianna Assis;

¹² Disponível em: <<http://www.ufjf.br/anaisdasemanadafaced/files/2017/02/ANAIS-Semana-da-Faced-2016.pdf>> - Com acesso em: 21/04/2019.

¹³ Disponível em: <<http://www.ufjf.br/anaisdasemanadafaced/files/2017/05/ANAIS-Semana-da-FACED-2017-publicado-2018.pdf>> - Com acesso em: 21/04/2019.

2 – “Estudo de Gênero e Diversidade Sexual Desenvolvido em Escola de Rede Pública”, sob autoria de Jéssica Lana de Souza e Carina da Silva;

3 – “Escola e a Vontade de Saber: A Relação Com As Famílias Compostas Por Lésbicas E Bissexuais”, este trabalho foi defendido pela doutora em educação Luciene Celina Cristina Mochi;

4 – “Gênero e Educação Infantil: Um Recorte Possível e Necessário no Caminho para Relações Justas e Democráticas”, discutido pela doutora em educação Maria Rita Neves Ramos.

Por fim, chegamos ao último evento escolhido para compor as discussões nesta dissertação. A quarta edição do Congresso Internacional de Estudos Culturais¹⁴, ocorrida no ano de 2014, a qual dois textos nos chamaram a atenção, são eles:

1 – “Educação Sexual no Brasil: poderes, resistências e contradições” de Fabiana Aparecida de Carvalho que primou pela discussão em torno das resistências e perspectivas em prol da consolidação de um campo de educação sexual e de políticas educacionais de gênero e diversidade no Brasil;

2 – “Meninas não brigam e meninos não choram: permissividades e proibições constituindo identidades de gênero” apresentado por Juliana Ribeiro Vargas e tem como objetivo problematizar a naturalização com que os comportamentos de alunos e alunas vêm sendo descritos na cena educacional contemporânea.

O 5º Congresso Internacional de Estudos Culturais¹⁵ ocorreu no ano de 2016 e trouxe como tema a expressão “Gênero, Direitos Humanos e Ativismos”. Dentre outras metas, o evento pretendeu criar pontes entre o ativismo e a universidade no pensamento e na ação sobre as assimetrias e desigualdades de gênero. Esta edição especificamente nos possibilitou uma diversidade significativa de reflexões, os principais textos foram:

1 – “As Relações de Gênero na Escola: um debate necessário” – do professor doutor em Educação Edson Carpes Camargo e os graduandos em licenciaturas, Denise Cristina Canal, Jean Carlo Pizzoli e Thiago Steemburgo De Paula. Este artigo teve como objetivo discutir a formação docente como elemento central articulador das relações de gênero na escola e para tal trouxe em seu corpo o pensamento de alguns docentes sobre sexualidade, concluindo que há

¹⁴ Disponível em: <<http://estudosoculturais.com/congressos/ivcongresso/wp-content/uploads/2014/04/atas-PT-final.pdf>> - Com acesso em: 03/05/2019.

¹⁵ Disponível em: <<http://estudosoculturais.com/congressos/vcongresso/atas/>> - Com acesso em: 03/05/2019.

ainda uma grande necessidade de discussões e formação continuada para professores da educação fundamental sobre esta temática.

2 – “Caracterizações dos(das) docentes sobre Gênero e Relações Étnico-raciais” – estudo realizado no estado do Mato Grosso do Sul pelas doutoras em educação Gisele Morilha Alves e Eugênia Portela e também pelas mestras em educação Hildete Pereira da Silva e M^a Edinalva do Nascimento. Apresenta algumas perspectivas e desafios em prol do fim de um currículo monocultural e homogêneo por meio de práticas pedagógicas voltadas para o reconhecimento e o respeito à diversidade de gênero e às diferenças étnico-raciais na ânsia de superar preconceitos e discriminações, acreditando ainda ser necessário promover uma ressignificação das marcas deixadas pelo processo colonizador visando o respeito às diversidades econômicas, religiosas, culturais e de gênero.

3 – “Pesquisa Com Crianças e Relações de Gênero na Educação Infantil Brasileira: o que se inscreve nos corpos infantis” – trabalho do professor doutor em estudos da criança Evandro Alves de Oliveira e da Mestre em Educação Gislene Cabral, que discorre, com análises para as relações de gênero, sobre o modo como as crianças se relacionam no contexto da educação infantil, isto possibilitou aos pesquisadores, depararem-se com a produção de feminilidades e masculinidades, pautados em relações binárias, nos processos do cotidiano da escola e ainda a percepção de que as crianças internalizam comportamentos padronizados socialmente, os quais repercutem em seus modos de ser menino e de ser menina.

4 – “Ser ou Não Ser? A Disforia de Gênero na Infância: quando o apoio e a compreensão da família são fundamentais à criança” – artigo defendido pela doutoranda em Ciências da Educação Elisângela de Carvalho Franco que busca expor algumas considerações sobre o conceito de Disforia de Gênero que permeia a pessoa humana desde a infância e descreve como os pais devem lidar com a criança que acredita ser aquilo que biologicamente ela não é. A autora afirma em seu texto ser possível a reversão da disforia de gênero através da redesignação sexual entretanto enfatiza a importância da pessoa ser “verdadeiro transexual”. A classificação como “verdadeiro transexual” é ricamente discutida em Borba (2016) e aprofundaremos este diálogo no próximo capítulo.

5 – “A Temática Homossexual na Literatura Infanto-juvenil Atual” – de autoria das professoras Daniela Ripoll e Rosa Maria Hessel Silveira que abordam literaturas adolescentes acerca da descoberta da homossexualidade.

6 – “Brincadeiras e Gênero, Entre o Passado e o Presente: relato de um estudo em São Paulo/Brasil” – estudo realizado por Daniela Signorini Marcilio e Madalena Pedroso Aulicino e busca refletir as diferenciações entre brincadeiras de meninos e meninas e como elas podem reforçar estereótipos e papéis de gênero na sociedade aprendidos desde a infância.

7 – “Lésbicas, Bissexuais, Cis, Professoras: notas sobre cotidianos escolares” – pesquisa construída pelas doutorandas em educação Ariane Celestino Meireles e Lucimary Hoffman e com a participação do doutorando em Psicologia Marcelo dos Santos Mamed. Os estudantes buscam descrever diálogos de ativistas das questões de gênero com professoras da educação pública no estado do Espírito Santo sobre diversidade sexual.

8 – “Na Escola ou na Rua? Um Estudo Preliminar do Não Acesso Por Parte das Travestis às Escolas Públicas no Município de Cascavél/ PR (Brasil)” – escrito pelo doutorando em educação Izaque Pereira de Souza e pela Pós-doutora em educação Teresa Kazuko Teruya tendo como objetivo discorrer sobre a marginalização e do não acesso às instituições de ensino por inúmeros fatores e ainda sensibilizar quanto aos rebatimentos desta condição na vida destes seres humanos.

9 – “Escola e Homofobia: a violência justificada como brincadeira” – trabalho defendido pelos pesquisadores Helder Júnio de Souza e Adla Betsaida Martins Teixeira com o intuito de discorrer sobre termos pejorativos atribuídos às pessoas LGBTQ e à naturalização das violências tidas como “brincadeiras” no espaço escolar.

O 6º Congresso Internacional em Estudos Culturais¹⁶ ocorreu em 2018 concomitante com o XII Encontro Internacional OTIUM – Associação Ibero-americana de Estudos de Ócio e trouxe como tema Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos. Neste caminho, o trabalho escolhido em seus anais para fomentar nossas reflexões acerca da sexualidade na infância foi:

1 – “Educação Para a Diversidade: a Experiência com Lazer na (Des)Construção das Relações de Gênero e Sexualidade na Escola” de responsabilidade das pesquisadoras Marie Luce Tavares e Anna Carolina Tavares que tiveram como meta identificar e analisar práticas pedagógicas de um projeto interdisciplinar de lazer realizado no Instituto Federal de Minas Gerais cujas temáticas estavam voltadas para as relações de gênero e sexualidade.

¹⁶ Disponível em: <http://estudosculturais.com/congressos/vicongresso/wp-content/uploads/2018/11/VI_CIEC_2018.pdf> - Com acesso em: 03/05/2019.

Ao reunirmos todos estes trabalhos, partiremos para a próxima etapa de elaboração desta dissertação que é analisar quais destas literaturas, citadas neste Estado da Arte, discorrem sobre crianças transgênero ou mencionam, relatos, memórias ou vivências de uma infância trans. Desta maneira é possível aprofundar nossos estudos de compreensão da infância e de sua percepção ao longo da História. E assim, promover o balanço das lógicas sociais que fomentará o surgimento de novas lógicas políticas.

3. CAPÍTULO III – CRIANÇAS TRANSGÊNERO: UM NOVO SENTIMENTO?

Não me sentia mulher nem homossexual. Ainda desconhecia todas as categorias “inventadas” em meados do século XX. Sabia que não era aprovado pela maioria. Em que grupo existente me enquadrava? Algo errado havia.
João Nery – *Viagem Solitária* (2011, p.35).

No início do Capítulo I, nos preocupamos em demonstrar, sob a luz dos estudos de Ariès, que a percepção da infância surge paulatinamente com o fim da Idade Média e início da Idade moderna devido as significativas mudanças nos hábitos sociais gerados pela nova estrutura econômica que então surgia.

A industrialização e até mesmo as mudanças nas organizações escolares que até então, não traziam uma função pedagógica maior que a técnica e não organizavam seu público por idade, despertam nas famílias um novo sentimento por aqueles que outrora eram percebidos apenas como adultos pequenos e que não possuíam o apego afetivo de seus genitores devido talvez, à alta chance de não “vingarem”. Era comum buscar na criança o homem que ela poderia ser antes mesmo de se perceber o que ela já é antes de se tornar um homem.

Com um amadurecimento cada vez maior e mais complexo desta percepção de infância que gerou, inicialmente em famílias burguesas, este novo sentimento constituído por um misto de alegria, dor, preocupações e prazer capaz de chamar atenção para particularidades específicas desta etapa da vida, hoje, novamente voltando o olhar para estes pequenos, nos perguntamos: Será que já percebemos todas as particularidades da infância? Existe hoje, um novo sentimento surgindo capaz de nos levar a perceber a existência de crianças transgênero e suas singularidades? Estamos prontos para uma descoberta como esta?

A pergunta-título deste 3º capítulo sintetiza e busca formalizar a reflexão deste texto, questiona se a sociedade hoje nos permite perceber mais esta particularidade na infância. Surge nos dias atuais um novo sentimento em prol de crianças que fogem à padronização binária de gênero?

Dentre as pesquisas elencadas no Estado da Arte do Capítulo II, escolhemos um total de oito trabalhos para fomentar as discussões deste capítulo. A escolha se deu mediante os seguintes critérios de análise:

- A pesquisa se aproxima da temática criança transgênero?
- A pesquisa discorre sobre vivências que permeiam a transgeneridade na infância ou mesmo na vida adulta recorrendo em algum momento às lembranças da infância?
- A pesquisa busca compreender, de alguma maneira, as relações sociais, de inclusão ou exclusão de crianças ou infância ou de pessoas transgênero com seus conflitos identitários gerados no meio em que vivem?

Os trabalhos escolhidos foram:

1. Crítica Ao Paradigma Da Diferença Identitária Dos Corpos: Transgressão De Gênero Como Ruptura Ética – construído por Cinthia Alves Falchi, doutoranda em Educação que busca problematizar a binarização dos corpos pela biopolítica neoliberal visando sua naturalização e ainda buscando uma reconfiguração da discussão do gênero e da sexualidade como tema transversal do currículo escolar;

2. Cartografia Das Práticas De Subjetivação Em Experiências Trans – com autoria de Polianne Delmondez, doutoranda em Processos De Desenvolvimento Humano E Saúde. Em seu texto, traz relatos de pessoas transgênero que mencionam vivências de sua infância.

3. Montagens De Si Relações De Amizade e Experiências Trans em Campos Dos Goytacazes, 1990-2017 – pesquisa organizada por Rafael Franca Goncalves Dos Santos, doutorando em História pela Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro. Seu trabalho discorre sobre os históricos mecanismos, estratégias e possibilidades de autodeterminação e autodefinição, também sobre as maneiras como os sujeitos nomeiam-se e atribuem sentido ao vivido, agenciando históricas noções, como as de travesti, transexual, transgênero, trans e mulher focando experiências trans produzidas na interface com as históricas formações das feminilidades.

4. Infâncias Trans: A Emergência de uma Narrativa Social em (Con)Textos Midiáticos e Suas Inter-Relações Com a Educação – A pesquisadora autora desta dissertação é Melanie Laura Mariano da Penha Silva, mestranda em Educação. Seu trabalho analisa as investidas discursivas da mídia – enquanto dispositivo pedagógico – sobre “infâncias

transexuais” e afirma que a educação está compreendida para além dos muros escolares e circunscrita a modos de subjetivação.

5. Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: transições contemporâneas –

Este artigo está na Revista Educação & Sociedade que se volta para a ciência da educação. Rita Marchi e Manuel Sarmento, autores do texto, acreditam que os debates sobre a normatividade da infância são cruciais para evitar a exclusão de crianças de sua própria condição da infância nos planos teórico e social, assim como para compreender como a desconsideração da diversidade de infâncias limita o escopo e a capacidade analítica dos estudos da infância e para compreender mudanças em curso na relação entre adultos e crianças nas dimensões política, educativa, cultural e internacional.

6. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e

mulheres transexuais – Publicado na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo com autoria de Rodrigo Silva, Waldez Bezerra e Sandra Queiroz, os quais acreditam que a família está posta como primeiro grupo que excludente, que a escola é percebida como locus de reprodução do preconceito e discriminação e que a rua acolhe e vulnerabiliza os sujeitos transgênero. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a expressão das identidades transgênero repercute negativamente na sociabilidade das travestis e transexuais, empurrando-as para uma situação de vulnerabilidade social e gerando sofrimentos diversos.

7. Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância –

O texto encontra-se no periódico Estudo e Pesquisa em Psicologia e tem autoria de Alexsander Silva e Adélia de Oliveira que realizaram uma análise psicossocial do processo de transexualização na infância, por meio das narrativas da infância de seis participantes transexuais de três gerações identificando a produção histórica dos significados de gênero e suas vivências sentidas.

8. Ser ou Não Ser? A Disforia de Gênero na Infância: quando o apoio e a

compreensão da família são fundamentais à criança – artigo defendido pela doutoranda em Ciências da Educação Elisângela de Carvalho Franco que busca expor algumas considerações sobre o conceito de Disforia de Gênero que permeia a pessoa humana desde a infância e descreve como os pais devem lidar com a criança que acredita ser aquilo que biologicamente ela não é. A autora afirma em seu texto ser possível a reversão da disforia de gênero através da redesignação sexual entretanto enfatiza a importância da pessoas ser “verdadeiro transexual”.

No texto a seguir, buscaremos refletir a partir dos principais conceitos e discussões levantados nos trabalhos pesquisados.

3.1. As principais discussões apresentadas nos trabalhos pesquisados

Falchi (2018) afirma que somos constantemente bombardeados por modelos de aprovações e negações e que a quantidade de pesquisadores Trans está aumentando e contribuindo assim, com sua visibilidade, embora, isso não esteja acontecendo de modo harmonioso, pois constantemente a autora afirma a dureza do processo e metaforicamente a compara com a dureza de um “pau”. Para ela é importante a construção de processos formadores de um trajeto que demonstre a importância das experiências tanto no processo da constituição de si quanto para a formação de uma sociedade onde

a erótica pensada com um sentido ético-formativo seja compreendida não somente em seu desenho teórico como também a partir de algumas experiências em torno das quais modos de existências se diferenciam no que se refere às sexualidades e aos gêneros, se subjetivando singularmente, ou melhor seria dizer, se expressando como outra forma de vida possível (FALCHI 2018, p.27).

É fato que os documentos oficiais e as diretrizes das políticas públicas brasileiras trazem normativas sobre gênero que colocam em circulação a ideia não verdadeira de que essas questões aparecem como que uma novidade a ser trabalhada sobretudo nas escolas reduzindo desta maneira, como bem menciona Falchi (2018, p.28) “os embates ideológicos e políticos do momento”.

A não propagação de um modelo educacional voltado à diversidade racial, de gênero, de cultura, de aceitação do diferente, do respeito à dignidade humana, além da acessibilidade e permanência já previstas constitucionalmente, em um país totalmente miscigenado como o Brasil, certamente proporcionará exclusões daqueles que se subjetivam singularmente em sua sexualidade e gênero. De acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 82% dos estudantes que permeiam a transgeneridade desistem de estudar por sofrerem discriminação nos espaços escolares. Falchi (2018, p.121), nos faz o seguinte desabafo:

Eu não era tão diferente de Mike. Masculinizada e também cotidianamente passando por situações em que não era reconhecida. Em pouco tempo seria alvo da mesma violência que cometi. Mas isso não era o principal naquele momento. Naquele momento o que eu pensava era apenas: por quê? Por que mais uma vez eu incorporei tão bem o (cis)tema a ponto de não notar a terrível agressão que estava cometendo? Eu lutava justamente contra essas situações. Como fui me deixar levar a esse ponto? Percebi enfim que a questão não estava apenas nas representatividades, nas identidades. Essas eram importantes, mas aquele momento evidenciou que a governamentalidade era muito mais audaz que todos os componentes representativos e identitários com que já havia tido contato. Aquilo, aquele silêncio, me quebrou.

Este trecho da tese de doutoramento da professora Cinthia Alves Falchi, que se reconheceu transgênero na fase adulta de sua vida, retrata o momento no qual ela percebeu a Violência Simbólica que ela mesma lançava, mediante a hierarquia da organização escolar, a estudantes que não condizem sua aparência (feminina ou masculina) com o nome que os identifica no diário de classe. A autora segue mencionando que a partir deste momento, as memórias vinham esclarecendo tudo, as dificuldades de realizar trabalhos em grupos, os momentos cabisbaixos, os olhares tortos, a exclusão estava ali, diante de si e sorrateiramente despercebida.

A violência que impera no interior dos muros escolares é por muitas vezes naturalizada independentemente de sua dimensão, seja pela burocracia nos processos, seja pela indiferença quanto ao gênero, à raça, seja pelo descaso com os estereótipos direcionados às pessoas cujo corpo se distancia de padrões hegemônicos (gordos, deficientes, transgêneros, doentes), seja ainda pela exaustiva carga atribuída ao professor que precisa ensinar e dar conta das exigências institucionais frente aos gráficos, aproveitamento escolar e resultados em avaliações de larga escala.

A autora menciona no decorrer de suas páginas que embora muitas pessoas trans sofram violências física e simbólica na sociedade, muitas pessoas cis também sofrem pelos mesmos motivos, por não terem seus corpos enquadrados em padrões socialmente aceitos. Há muitos cis invisibilizados.

Há muitos seres humanos, cis e trans, que não se rendem facilmente aos processos de docilização dos corpos preconizados em Foucault e nem ao que relatou Rousseau, no século XVI, ao publicar *Emílio* e distinguir a natureza do ser humano do processo de civilização do mesmo, “O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao denominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social” (ROUSSEAU, 1979, p. 13).

Por sua vez, Falchi (2018) elucida que o corpo social é paulatinamente formado por tecnologias do biopoder e por saberes específicos capazes de regulamentar a vida das crianças e normalizar seus corpos por dispositivos heteronormativos na escola ao mesmo tempo em que fomentam a correção daqueles que se **desviavam da norma vigente**, incluindo-os como cidadãos na medida em que abrem mão da expressão desses seus “desvios” publicamente.

Como fica a criança que não se enquadra em padrões de infância e que norteia uma distinta maneira de estabelecer seu gênero, em meio a esta invisibilização? Quem a auxiliará na superação de suas frustrações, medos e angústias? Vejamos os seguintes fragmentos dos relatos que integram a pesquisa de Polianne Delmondez:

Dan é um jovem homem trans. Diz ter começado a se identificar com o gênero masculino desde a sua infância [...] “Então eu acho que do meu ponto de vista não há um padrão pra ser homem ou mulher, você simplesmente, desde a infância eu sempre tive atitude mais masculinas, sempre gostei de jogar bola que, na minha época, que não faz muito tempo assim, a gente sempre tinha essa separação “ah, isso aqui é coisa de menina, isso aqui é coisa de menino” eu nunca gostei de usar roupa feminina, tanto por isso que eu sempre corria praticamente sem camisa o tempo todo, entendeu?” [...];

Jackie é jovem e uma pessoa trans não-binária [...] “Eu não vejo nem como homem nem como mulher, eu não me sinto homem e não me sinto mulher e desde, por exemplo, quando eu era criança, mais ou menos na faixa etária de 9, 10, 11 anos até a minha pré-adolescência e a minha adolescência, dos doze até os dezessete em que eu estava no ensino médio e ensino fundamental e escolar, eu escutava os meninos, principalmente, a falarem “vira homem” e eu não entendia isso. Eu não entendia o que era ser homem” [...];

Lee (nome fictício) nomeia a si mesmo, atualmente, como uma travesti não-binária [...] “Porque ele tinha muito temor de ter um filho ou um neto gay. E não lembro o início de alguma coisa, mas eu sempre me senti atraída pela feminilidade de alguma forma. Eu sempre me senti contemplada pelos trejeitos, pelas ações das mulheres, assim. Eu sempre me liguei muito a isso, e eu sempre quis ser uma delas assim. E aí tinha a figura do meu avô, que ele tinha esse pensamento assim. E como criança que é um sujeito frágil, né?” [...];

Gustavo (nome fictício) é um jovem homem trans binário pansexual. Diz que se considera como menino desde a sua infância [...] “Porque quando eu era criança eu tinha um amigo imaginário, aí eu coloquei o nome dele, era o Gustavo. Aí quando eu comecei a entender e comecei a lembrar dessas coisas, eu passei, eu entendi que o Gustavo era uma personificação minha. Isso foi um fato interessante, porque eu tive até a minha puberdade assim, quando comecei a me isolar, começaram a falar... minha mãe até lembra disso, sabe? Que eu contava que eu tinha um amigo imaginário. Eu ficava com ele, né? Porque começaram a me isolar. Eu sofri muito preconceito e eu comecei a brincar com esse amigo imaginário. Aquilo que eu queria ser, eu inventei o Gustavo, era tudo aquilo que eu queria ser” (DELMONDEZ 2017, p.109-120).

Polianne Delmondez (2017) nos traz relatos de pessoas adultas que não se encaixam nos modelos heteronormativos. Sua proposta, dentre outras, não foi estudar o desenvolvimento infantil de pessoas trans, mas permitir a narração com marcadores específicos para que cada sujeito possa se auto explicar em diferentes etapas de sua vida acreditando que cada um deles poderia tecer um olhar diferenciado sobre suas experiências.

Entretanto, a autora preconiza haver uma perspectiva de psicologia do desenvolvimento na fala dos sujeitos participantes de seu estudo. Para ela, “não é a infância que explica a transgeneridade ou a transexualidade, mas o relato da infância no tempo presente da/o participante em relação ao seu passado que a justifica” (DELMONDEZ 2017, p.122). Seu argumento corrobora com o discurso da professora de Sociologia e pesquisadora da diversidade sexual Berenice Bento (2006, p.167) no qual afirma que “a memória não pode ser compreendida como um arquivo de imagens que é posto em movimento em suas narrativas. Relembrar é um ato interpretativo, no qual o sujeito atualiza uma leitura sobre o passado e as lembranças são matizadas pelas condições do presente”.

O artigo de Silva, Bezerra e Queiroz (2015), também traz contribuições sobre a importância de dar uma maior atenção às memórias da infância

As memórias da infância como crianças trans apontam para experiências comuns da vivência da transgeneridade entre os diferentes sujeitos, com aspectos negativos, como o sentimento do “estranho”, remetendo a uma internalização, pelas crianças, do discurso binarista de gênero que busca controlar e evitar que os limites atribuídos aos sexos biológicos sejam rompidos, e que sua falibilidade seja evidenciada (SILVA, BEZERRA e QUEIROZ 2015, p. 368).

Nas contribuições de Silva e Oliveira (2015), estes enfatizam que foi mais interessante entrevistar sujeitos adultos que pudessem rememorar suas experiências transexuais na infância.

A tese de Delmondez (2017) relata que se focarmos apenas na infância, os processos burocráticos para as modificações como a permissão para uso do nome social no documento de identidade, os procedimentos em saúde para as cirurgias e tratamentos necessários, além das demais necessidades trans, acabariam por exigir provas que atestem viver a transexualidade desde o início de suas vidas. Pois o dispositivo de captura da transexualidade, o conceito “transexual verdadeiro”, que no discurso de Elisângela Franco (2016) surgiu entre as décadas

de 60 e 70, é utilizado como parâmetro e, a experiência de não-conformidade de gênero precisa manter linearidade por toda a vida para provar uma determinada verdade da experiência, sem mais indagações. E o que se pretende em sua tese é justamente alertar para o perigo de legitimar uma identidade linear.

Os discursos dos participantes da tese de Delmondez (2017) serviram como estratégia para analisar a relação do tempo com o desenvolvimento da subjetividade e ainda corroboram com o pensamento de Silva e Oliveira (2015, p. 503) ao relatarem que

[...] experiências narradas permitiram compreender que a transexualização não é um fenômeno que, obrigatoriamente, ocorre na adolescência ou na fase adulta, mas uma produção em constante movimento, evidenciando seu caráter flexível e de práxis, em conformidade com as mudanças sociohistóricas.

Não seria difícil presenciar comportamentos falsos e forjados em uma tentativa de fazer crer em uma identidade linear e padronizada pelos sujeitos que almejam os processos supracitados para a constituição do gênero baseado em uma perspectiva cronológica de desenvolvimento, uma vez em que eles se percebessem na obrigação de comprová-los.

Por sua vez, a tese de Rafael Santos, doutor em História, afirma que todas as vinte narrativas trans de sua pesquisa enfatizam o fato de seus sujeitos se auto perceberem diferentes desde a infância, de carregarem o sentimento de inferioridade, de indiferença e o sentir-se abjetos devido a diversos fatores, incluindo o argumento religioso que considera as distinções de gênero como algo demoníaco que deve ser repreendido em prol do restabelecimento da cisheteronorma. Podemos perceber isto nos seguintes fragmentos:

Foi no dia da festinha do final de ano da escola. E ligaram pra minha mãe, minha mãe teve que ir lá, que eu não largava a boneca de jeito nenhum. “Foi o que?”... “mãe, conversa com o filho que tem que devolver a boneca pra fazer o papel e tal...de Maria, é Pâmela...”. Então, pra você ver, como que uma criança de 3, 4, 5 anos tem encosto, tem demônio? Isso não veio em mim por causa de demônio [...] Santos (2018, p. 269).

Acaba tudo em gay. A realidade é essa, né?! Só que tem as classificações; na sociedade tem as classificações, entre: travesti, gay, homossexual. A travesti que trabalha, ela é bem vista na sociedade. Se ela faz, se ela é prostituta, ela não é. Apesar de que elas que fazem... elas mesmo que discriminam a própria classe GLSBT [...] (SANTOS, 2018, p. 271)

O autor também buscou problematizar como amizades trans funcionam como um dispositivo complexo e potente capaz de constituir subjetividades e que por esta razão são experiências que merecem e podem ser historicizadas além de, apresentarem “como é possível inventar modos de vida, existências que brincam, negociam e (re) fazem o gênero binário, às vezes corroborando as normas, mas de um jeito novo, criativo; jeito esse que provoca fissuras, desnuda o natural e resiste às imposições cisheteronormativas” (SANTOS 2018, p. 317).

Ele afirma ainda ter percebido durante suas entrevistas, oscilações entre as diversas formas de elaboração de si, de nomear o vívido e lhe atribuir sentido. Alguns de seus participantes se autodeclararam como gays; outros como mulheres devido terem realizado a cirurgia de redesignação sexual e não serem mais pessoas trans; uns se identificam exatamente como mulheres trans e outros como travestis.

Não há como padronizar as histórias trans, nem as histórias de pessoas com qualquer outro gênero, cada ser possui sua história, suas preferências, seus desejos e, embora haja um conjunto de processos em comum na vida das pessoas, cada um irá ter a sua visão e a sua interpretação voltada a própria subjetividade e ao contexto do momento. Se duas pessoas passam, ao mesmo tempo, por um mesmo acontecimento, as reações de cada uma poderão ser diferenciadas, independentemente de seu gênero. A percepção de fatos, de acontecimentos e até de riscos, poderá não acontecer ao mesmo tempo por pessoas distintas que se encontram na mesma situação ou vivenciam experiências em condições idênticas. Algumas pessoas percebem sua identidade de gênero e sua sexualidade mais cedo e outras mais tarde.

É necessário refletir sobre o que entendemos e compreendemos sobre infância e sobre gênero. Já percebemos, no primeiro capítulo desta dissertação que a infância se deu como um fenômeno contextual e histórico, seu processo de construção ocorre paulatinamente e de maneira dinâmica.

As mudanças nas concepções de infância (e de gênero) não se dão de forma ingênua, mas seguem lógicas discursivas que tem impacto na formação das subjetividades individuais e coletivas ao oferecerem imagens e representações que responderiam as angústias oriundas de questionamentos sobre quem são estes “novos” sujeitos da infância que se visibilizam no social e rompem com entendimentos de uma infância única e universalizada (PENHA SILVA 2018, p. 43).

A autora afirma existir uma grande diversidade de infâncias e de sujeitos que as vivenciam, cujos mecanismos de representação destes sujeitos são colocados em jogo ou tornam-se instáveis, como as infâncias étnico-raciais, infâncias de sujeitos com deficiência e infâncias em sua intersecção com elementos de classe. Seu discurso corrobora com as afirmações de Marchi e Sarmiento (2017, p. 995-996) ao relatarem que:

A filiação das bases ideológicas e culturais das normas legais e das orientações implícitas que integram a normatividade da infância tende a excluir para as margens as crianças que escapam ao enquadramento em que se fundam essas bases, e que é a condição das crianças das classes médias e superiores dos países de capitalismo avançado ou do Norte Global (e das classes médias e altas dos países periféricos). “Fora da norma” ficam milhões de crianças: a imensa maioria das crianças pobres do Sul Global, as crianças indígenas, as crianças ciganas, as crianças “de rua”, muitas enfim, em condições de subalternidade. Como já demonstrado, elas ficam mesmo, em muitas obras da literatura científica sobre crianças, alocadas à condição de “não crianças” e isso porque não se enquadram no modelo hegemônico preconizado

Com esta fala, os autores tentam alertar para a realidade plural de crianças que fogem à norma da infância, ou da infância que não se adequa à própria norma, tal realidade surge em consequência da ideia moderna de infância que não se constitui como realidade possível para as classes econômica e politicamente dominadas. Mesmo os autores não discursando diretamente sobre a realidade da infância trans, os processos de exclusão citados em seu texto, identificam muito bem as crianças transgêneros.

Essa orientação exige a adoção de uma perspectiva crítica que, partindo da análise da diversidade que se encontra nas crianças das “margens”, das crianças pobres, das crianças institucionalizadas, das crianças que trabalham, das crianças em situação de rua, das crianças subalternas, pode efetivamente compreender e interpretar os processos sociais que conduzem às tensões e contradições internas na normatividade da infância, às formas plurais de generatividade e às condições efetivas de dominação geracional (MARCHI e SARMENTO 2017, pp. 998).

As crianças constantemente excluídas e percebidas como vergonhosas aberrações, que necessitam de disciplina e correções são na verdade consequências do processo histórico e social do desenvolvimento do conceito moderno de infância. Os autores afirmam ainda que os debates sobre a normatividade são essenciais para compreender os processos de transformações

entre adultos e crianças, nas suas diferentes dimensões políticas, educativas, culturais e internacionais.

A instabilidade da infância e da diversidade de gênero emergem socialmente a partir do momento em que despertam “intensos processos de negociação que nos posicionam frente a um dever, forçando a sociedade a fomentar novas reflexões acerca de infância e sobre o modo como nos relacionamos com estes componentes de nós mesmos e da subjetividade coletiva” (PENHA SILVA 2018, p.44).

Ainda nas palavras da autora, quando há uma formação discursiva acerca da transexualidade, entram em cena os padrões de funcionamento na articulação, que permitem o sentido do discurso de acordo com a realidade na qual ele se insere, podendo alcançar uma hegemonia ou uma crise hegemônica que produzirá novos significados acerca da experiência trans. Se o discurso está estável, significa que ele possui lógicas sociais, e se não está o que emerge são as lógicas políticas,

... as lógicas sociais constituem a realidade como ela se apresenta, no entanto como essa realidade está sempre em movimento aparecem as lógicas que irão organizar estes processos de mudança, as chamadas lógicas políticas. Por isso se diz que estas vêm à tona quando se balança/fragiliza o consenso discursivo sobre algum fenômeno social, pois é aí que emergem as disputas e negociações para se chegar a um novo (outro) consenso (PENHA SILVA, 2018, p.45).

Nestes movimentos podemos perceber também a dinâmica do próprio conceito de infância, conceito este que não existia na Idade Média e paulatinamente foi se moldando ao conceito presente nos dias atuais, enquanto que a transexualidade saiu de um discurso patológico para um processo maior de sensibilização de sua condição. Jesus (2012, p.08) enfatiza que nossa sociedade “dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher” e por inúmeras vezes, esta mesma sociedade, se depara com atrocidades contra aqueles que não se identificam nesta noção binária heteronormativa.

No atual contexto político do Brasil, a infância está tencionada ao binarismo tendo a família como instituição reguladora e reprodutora de padrões e valores socialmente aceitos e qualquer ação que venha provocar essa condição, desestabilizando as lógicas sociais já

estabelecidas, tornar-se-á abjeto. Exatamente o que implica a pesquisa de Rafael Santos (2018, p.275) ao afirmar que

Nesse jogo entre o gênero e a sexualidade a família, enquanto uma instituição cisheteronormativa, é chamada a dar explicações e assim corrigir aquilo que é produzido culturalmente como se fosse um erro. Assim, desde a infância, quando o menino que não se comporta como os demais, a vigilância de gênero interroga a criança e a família.

Não é fácil promover uma crise hegemônica acionando lógicas políticas em sociedade, esse processo não ocorre apenas pela iniciativa de um único indivíduo subalternizado¹⁷, uma vez que padrões hegemônicos estão envoltos em relações de poder e dominação e possuem mecanismos capazes de levar indivíduos a incorporarem as representações e ideias sociais dominantes como desígnios naturais. Em outras palavras, a hegemonia produz docemente o que Bourdieu (2011) chama de Violência Simbólica a qual é promovida pelas instituições e pelos agentes que as dirigem e sobre a qual impera a autoridade.

A crise hegemônica acontece envolta a discursos que quebram ou desestabilizam o sentido do real como ele está posto, com a movimentação de grupos sociais que não se enquadram, não aceitam e não se rendem a docilização dos corpos (FOUCAULT 1987).

Perceber a infância e o gênero binariamente leva a crer que “uma criança saudável, uma criança protegida, uma criança abençoada é aquela que está dentro da linearidade sexo-gênero” (SILVA 2018, p.51). Tudo o que for contrário a binaridade na infância contemporânea estaria pondo em cheque a inocência infantil. Entretanto, perpetua-se na sociedade a invisibilidade da criança aprisionada em padrões de gênero que não condizem com sua subjetividade?

Penha Silva (2018) afirma sua preocupação em estudar a mídia, uma vez que seus discursos possuem modos de narrar o passado, o presente e o futuro enquanto constrói realidades coletivas, logo, estudá-la seria um modo de “compreender como ela nos educa sobre

¹⁷ O termo utilizado refere-se ao discurso que Spivak Gayatri desenvolve no livro “Pode o subalterno falar?” Identificando-o como aquele que está envolto nas situações de exclusão e marginalidade, por classe social, por raça e etnia, por condição econômica, por gênero, por não possuir representações políticas, jurídicas e também pela impossibilidade ou grande dificuldade destas pessoas se tornarem membros de classes dominantes perpetuando-se em seu lugar demarcado ideologicamente que lhe foi reservado.

o que é e quem são os sujeitos de uma dita infância transexual” (SILVA 2018, p.24). Embora o discurso do jornalista Fioravante (2015, p. 77), em sua pesquisa intitulada “Crianças Queer e a Representação na Mídia Brasileira” nos leve a perceber que

Através da pequena amostra de matérias analisadas aqui, foi possível perceber uma grande lacuna na representação desta infância nos veículos de comunicação, que comumente, retratam o sujeito infantil que foge aos estereótipos de gênero e sexualidade de maneira embasada num olhar normalizador, patologizante. Ao afirmar sobre esta lacuna, também é necessário ter o cuidado de não fazer generalizações, pois muitos dos materiais analisados também mostraram certa preocupação por parte dos profissionais que os assinam. Preocupação esta que envolve pesquisa sobre o tema, sobre as terminologias, sobre questões relacionadas aos ambientes familiares e educativos que estas infâncias circulam.

A amostra relatada na fala do jornalista é constituída por uma totalidade de noventa e duas matérias publicadas em mídias impressas, *on-line* e veiculadas na TV. A crítica defendida por ele surge em meio a percepção de uma quantidade significativa destas matérias exibirem justificativas para tal comportamento, característico de uma infância trans, com base na fala da medicina, de profissionais de áreas jurídicas, de familiares e até de sociedades civis (ONGs), entretanto, poucas matérias analisadas deram voz a esta criança. Deixando nítida a carência da fala de crianças que vivenciam a transgeneridade também nas pesquisas acadêmicas.

Silva e Oliveira (2015), na pesquisa intitulada “Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância” entrevistaram seis pessoas trans entre 18 e 61 anos de idade com o intuito de observar a sustentação de aspectos do conceito de transexualidade nas distintas etapas da vida e dos contextos históricos lembrados pelos sujeitos de sua investigação, afirmam:

Pode-se perceber a ruptura entre as gerações no que se refere às brincadeiras de criança. Gisele sempre se considerou menina, seus pais a aceitaram como pertencente ao gênero feminino desde pequena e seus colegas idem. A representante da geração mais nova pouco se utilizou de estratégias de disfarce nas brincadeiras para evitar preconceito, diferente das gerações do meio e mais velha. Esta, por ser considerada fraca, não sofria agressões físicas, apenas verbais. Aquela precisava inventar brincadeiras com grupos mistas, para não ser ridicularizada (SILVA E OLIVEIRA, 2015, p. 493).

Este trecho da narrativa dos pesquisadores envolve apenas as meninas trans, pois, o mesmo não foi identificado em relação aos meninos trans. A pesquisa relata ainda que na comparação das histórias intrageracionais, permanências de hábitos hegemônicos e padronizados foram percebidas, entretanto, algumas rupturas surgiram entre os representantes de mesma geração.

Os representantes da geração mais nova, Artur e Gisele, experimentaram situações diferentes nas brincadeiras de criança: ela com maior liberdade e permissividade, ele não. Nas gerações do meio, as brincadeiras infantis apresentaram algumas rupturas: Joana criava estratégias de disfarce para transitar entre os dois grupos e participar de brincadeiras femininas. Zé tinha medo de brincar com os meninos, então preferia, forçadamente, participar de jogos femininos. Parece ter sido mais fácil para Joana transitar disfarçadamente entre os meninos e as meninas. Na análise intrageracional das gerações mais velhas foram apresentadas semelhanças nas brincadeiras de criança: ambos eram forçados a brincarem com meninos (Bridget) e meninas (Sansão). (SILVA E OLIVEIRA, 2015, p. 494).

Ao relatar a fala dos representantes masculinos,

Desde cedo descobri que eu era diferente e as pessoas que me cercavam também... (Artur). Lembro quando eu tinha 4 anos minha mãe foi chamada no colégio que eu estudava, pela direção... o colégio era de irmãs, e a freira se dirigiu pra minha mãe e falou que eu tinha um problema, que eu era uma criança estranha...eu nunca esqueci o olhar e as palavras daquela freira... Mergulhei na igreja, nas doutrinas, nas cobranças e julgamentos... e cada vez mais forte eu sentia a divisão dentro de mim.... Eu procurava ser bom em tudo que eu fazia... ser o melhor da sala de aula...ser o melhor filho... (Zé). Meu pai sempre me tratou bem, nunca ficava no meu pé, acho que por isso ele nem notava que eu era masculino demais. Mamãe notava, porque vez ou outra me empurrava namoradinhos, pretendentes, eu fingia que tudo bem pra ela (Sansão). (SILVA E OLIVEIRA, 2015, p. 500).

Embora as rupturas percebidas nesta pesquisa intrageracional tenham sido pequenas e suaves, podemos sim perceber alguma compreensão e aceitação da diversidade de gênero em crianças brasileiras, talvez um novo sentimento de infância esteja, de fato, balançando o consenso discursivo sobre estes fenômenos sociais, da transexualidade e da infância, possibilitando a emergência e a visibilidade das disputas e negociações para se fomentar processos de aceitação igualitária das crianças transgênero.

3.2. Buscando bases epistemológicas para a construção das representações e conceitos acerca das crianças transgênero

A emergência da realidade acerca de infâncias trans não é algo novo e também não ocorre na sociedade atual um quantitativo maior de nascimentos de crianças trans que a décadas atrás, apenas a visibilidade destas crianças começa a surgir, uma vez que há instâncias capazes e habilitadas para orientar famílias que se encontram nesta situação, uma vez que há a possibilidade de negociar consensos, de formular disputas, de balançar as lógicas sociais com o auxílio de lógicas políticas em prol de transformações.

Já sabemos que a infância não é apenas um momento cronológico no qual se investe em algo que se deseja formar, no qual se projeta o adulto que a criança poderá/deverá vir a ser. A infância é condição da existência humana, uma fase que traz sujeitos plurais e de direitos com assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente desde a década de 1990 em seu Art. 15 do Capítulo II, no qual temos a afirmação “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” O ECA classifica a criança como a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Ao analisar as pesquisas discutidas no tópico anterior percebemos características comuns que permeiam entre os textos, são eles: a exclusão do sujeito por ser diferente e os distintos modos de subjetivação singular diante da sexualidade e do gênero;

Quanto à exclusão do sujeito por ser diferente, esta pode ter seu início dentro da própria família, como bem mencionam Silva, Bezerra e Queiroz (2015, p. 368)

Para elas, a família, ao invés de acolher, tornou-se o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde teve início o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando as travestis e transexuais vulneráveis, marcadas negativamente e depreciadas ao ponto de serem desprovidas do direito a ter direitos.

A invisibilização dos corpos que não se enquadram em conceitos hegemônicos difunde-se como um raio da família para a comunidade, que perpassa pela escola, pela igreja,

pela saúde e por enfim chega em todas as instituições sociais que deveriam acolher o indivíduo ofertando-lhe a concretização de seus direitos.

Para Marchi e Sarmiento (2017), a exclusão está na própria legislação que estabelece modelos de infância e criança eurocêntrica e hegemônicas voltadas apenas para as crianças de classe média, superior e de sociedade industrializadas, deixando à margem da condição de infância todas as crianças que escapam a essas condições.

Penha Silva (2018) reforça que a mídia, enquanto dispositivo pedagógico cria ou reforça processos de inclusão e exclusão, os quais transformam a vida em espetáculo relacionando-a a diversos preconceitos.

Delmondez (2017) afirma que as normas de gênero são constituídas socialmente e mantêm a exclusão de sujeitos que não se rendem ao sistema de uma heterossexualidade compulsória. Sua fala também contribui com as expressões de Falchi (2018, p. 153) ao relatar que sua pesquisa tornou

possível visualizar a legitimidade e a importância dos corpos trans de se utilizarem do paradigma da diferença identitária dos corpos já que, praticamente a todo momento, vivem como uma população marginalizada, violentada e constantemente governada por um processo de exclusão, quando comparada à população cisgênera que consegue, também constantemente, afirmar a importância desse mesmo paradigma para a naturalização e a normalização dos corpos. Com isso, é possível ressaltar que trabalhos e pensadores/as que caminham pela via da representatividade e da legitimidade também compactuam com a centralização do Direito em nossa sociedade.

Apenas Silva e Oliveira (2015, p. 8) indicam uma transformação na dinâmica das relações familiares e mostram evidências em sua pesquisa que, de fato, a família

demarca experiência importante no processo de transexualização na infância das três representantes: Joana relata situações de preconceito, violência e desrespeito. As experiências ruins com seus familiares marcam lembranças de discriminação e intolerância aos transexuais, travestis e homossexuais; Bridget, lembranças de dominação e repressão, visto que era forçada pelo pai a brincar com os meninos. Na geração mais nova há ruptura em relação às outras duas gerações. Gisele confere um sentido positivo à família. Pelo fato de fazer parte de um ambiente familiar mais permissivo, Gisele não sofreu represálias por parte dos familiares. Essa ocorrência alerta para a experiência mais aberta que a representante da geração mais nova parece ter vivido com seus familiares

A fala dos autores enfatiza uma transformação na dinâmica familiar de pessoas trans de diferentes gerações, o que pode indicar que as novas gerações estejam vivenciando um novo sentimento quanto ao gênero e à sexualidade na infância.

Quanto aos distintos modos de subjetivação singular diante da sexualidade e do gênero, podemos dizer que se trata da maneira como as pessoas elaboram e formalizam as explicações sobre si, sobre os outros e sobre o meio em que vivem. Silva, Bezerra e Queiroz (2015) ao trazerem conceitos de gênero, afirmam que as relações de gênero participam dos modos de subjetivação, levando em conta tudo o que tem significado no cotidiano, determinando assim, diversas concepções de mundo e de relações. Embora os autores alertem para o fato de que a concepção de gênero como construção social não é única e que ainda há fortes perspectivas de sociedades nas quais prevalece a concepção binária de gênero.

Delmondez (2017) acredita que gênero é o meio de regulação das práticas sociais e há uma internalização dinâmica desse processo na constituição de subjetividades. Afirma ainda que quando este processo ocorre de dentro para fora, ocorre o que chamamos de autoprodução, “em que é possível se constituir a partir de práticas de resistência contra o sistema binário ou a cisheteronormatividade” (DELMONDEZ, 2017, p. 127)

Na pesquisa de Falchi (2018), a autora ao discorrer sobre a historicidade dos dispositivos microprostéticos de controle da subjetividade (sendo estas técnicas de controles das sexualidades visíveis ou não inseridas no corpo pela indústria farmacêutica, como as pílulas hormonais, por exemplo), afirma que as ações políticas tanto no campo macro quanto micro-políticos brasileiros não são tão novas, mas são muito eficientes e que por muito tempo o que se notou foi “um caminho percorrido pelas ciências que nutriu e ainda nutre o neoliberalismo como modo de vida, alimentando a renovação do próprio capitalismo” (FALCHI, 2018, p. 38).

Com isto a autora afirma que estes dispositivos, na verdade atuam como reguladores centrais não do gênero, mas de como e porque os gêneros devem existir.

Não pretendemos ditar, de maneira alguma, uma verdade sobre quem é como deveria viver a criança transgênero, enfatizamos que a construção do gênero, bem como do conceito de infância são plurais e dinâmicos. Mediante a literatura acadêmica discutida nesta dissertação somados a classificação de criança no Estatuto da Criança e do Adolescente, podemos arriscar

uma conceituação da **criança transgênero como a pessoa com 12 anos incompletos que não se encaixa na binaridade de gênero, ao invés disso, tece sua natureza e norteia a cultura e a criação de uma pluralidade de maneiras de construir-se subjetivamente e para se estabelecer em seu próprio gênero, que pode ser feminino, masculino ou uma mistura de gêneros, e pode não refletir o sexo marcado em sua certidão de nascimento.**

Utilizo o verbo “arriscar” para mencionar a construção de um possível conceito, pois, embora sua consolidação tenha uma dimensão analítica, esbarramos sempre nos aprisionamentos da padronização das categorias humanas.

Definir de fato um conceito, poderá segregar indivíduos que, por ventura, não se identifiquem com a maneira com a qual se tenta conceituar, assim como o próprio conceito de infância segrega uma significativa porcentagem das crianças que ainda não completaram 12 anos e não vivenciam a infância preconizada por Mubarak Sobrinho (2009), na qual viver a infância é uma atividade plena que se constrói em intensas relações vividas no dia a dia. Sabemos que perceber a criança como, de fato, um sujeito de direitos implica em romper com as visões adultizadas do sujeito infantil que por muitas vezes, na condição do transgênero, acaba por oprimir seu jeito e seu direito de ser criança.

3.3. Um novo sentimento da infância das crianças transgênero

Assim como Ariès (2016) afirma que a descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII e foi se desenvolvendo significativamente a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, possibilitando o surgimento de intenso sentimento em favor da criança que se propagou paulatinamente durante estes quatro séculos, hoje, podemos afirmar que estamos vivenciando tempos em que um novo sentimento volta a surgir, ainda timidamente, em prol da criança transgênero, uma vez que, esta temática está cada vez mais presente nos espaços acadêmicos, na mídia, nas escolas e na sociedade como um todo.

As pesquisas elencadas neste trabalho não se preocuparam prioritariamente em conceituar e classificar quem são as Crianças transgêneros ou como elas devem se comportar, mas percebemos a preocupação em destacar suas experiências, vivenciar e dar sentido às

memórias da infância de pessoas trans e que estas representam novas leituras do que foi vivido baseadas nas experiências atuais dos sujeitos.

É fato que as discussões sobre as infâncias precisam estar constantemente presentes no mundo acadêmico buscando dar conta da dinamicidade e pluralidade desta realidade evitando ou ao menos atenuando os dispositivos de exclusão da condição de infância.

O número de pesquisas ainda é pequeno nesta temática e a total compreensão dos distintos modos de viver do homem está longe de ser alcançada pela ciência. Butler (2010), ao afirmar que o meio externo pode ser modificado pela história e pelas experiências humanas nos leva a compreender que a produção de rupturas é constante e normalmente expressam mudanças de modo a favorecer novos modos de existir.

Em outras palavras, é possível afirmar que a infância trans reivindica o papel de protagonista da sua própria maneira de ser e gradativamente vão surgindo meios de dar visibilidade a este grupo.

Por mais que as instituições de ensino público do país tenham dificuldade no ensino, algumas instituições procuram trabalhar o respeito mútuo, independente de raça, orientação sexual, identidade de gênero, e coisas do tipo. No local em que estudei, nos últimos anos, eles focaram na inclusão, principalmente no ano de 2015! Pudemos ter a chance de assistir um filme que trazia um pouquinho do universo LGBT e de deficiência ao assistirmos “Hoje eu quero voltar sozinho” e, logo após, debatermos sobre o assunto. Os resultados que tirei foram bons. Há um respeito crescendo entre os adolescentes sobre esse tema; mesmo que alguns tenham sido preconceituosos e intolerantes, boa parte, se mostrava ok com tudo. Quis informar isso para que fique claro que estudar sobre sexualidade na escola é possível SIM, além de ser importante para todos no local, não pode haver pirâmide de estudantes, todos necessitam e devem ser tratados de maneira igualitária num local onde passam boa parte da infância e adolescência! – Depoimento de uma estudante bissexual, 17 anos, estado de São Paulo – (ABGLT 2016, p. 64).

Esperamos que as transformações e os abalos da lógica social do discurso hegemônico voltado para a infância e para a transgeneridade, de fato, permitam que as crianças nesta condição possam viver a infância, possam correr, brincar, pintar, cantar, possam ser amadas e compreendidas sem preocupações com o fato de não se encaixarem na binaridade de gênero. Que estas crianças possam desfrutar a felicidade de ser criança não apenas em um real imaginário, mas, em um real vivido intensamente ao lado daqueles que lhes são referências familiares, fraternas e solidárias e principalmente daqueles a quem compete a responsabilidade com o seu cuidado, com a sua saúde e educação.

Quanto aos entes mais próximos, amigos, colegas de turma, professores e demais pessoas que possuam de algum modo laços com tal criança, que estes possam vê-la, antes de tudo, simplesmente como crianças, como sujeitos de direitos com todas as oportunidades e facilidades necessárias, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais [...] Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Que a criança trans, antes de assim ser percebida, possa estar assegurada, como preconiza seu estatuto, na efetivação de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Uma vez acreditando que a infância necessita de cuidados e proteção, uma sociedade sem deveres com a criança e com crescente descaso dado ao grande quantitativo dos pequenos sujeitos a margem da possibilidade de viver a infância, pode ocasionar grandes catástrofes em seu desenvolvimento intelectual, físico e emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR

Ouvia dizer constantemente que, quando entrasse na adolescência, me tornaria uma mocinha. Só de escutar essa palavra, sofria um baque. Soava como uma punhalada na minha impotência. Não podia fazer nada para evitar essa terrível sina. Isolava-me num canto, num choro perdido de criança desamparada.
João Nery – *Viagem Solitária* (2011, p.36).

A vida humana precisa de mais apoio, de mais amor, de mais empatia. Pessoas que não se enquadram em modelos normativos e hegemônicos de corpos e de comportamentos não precisam ser invisibilizadas por serem distintas das demais. Não existe a pessoa que possa afirmar ser exatamente igual a outra. Todos nós, cis ou trans, negros ou brancos, indígenas ou não indígenas possuímos ou ainda vamos possuir alguma ruptura com normas estigmatizadoras em dadas contextualizações de nossa existência.

Estudar as infâncias trans sob o olhar das pesquisas acadêmicas se tornou uma tarefa complexa, difícil e sim, exaustiva, pois ainda não possuímos um quantitativo desejável de pesquisas nesta temática. A fala da criança em questão ainda está silenciada pela carência de estudos em prol de sua voz.

Espera-se que as discussões acerca de conceitos e também de construções históricas sobre a infância e a transgeneridade possam, de fato, abrir questionamentos e possibilidades de pesquisas sobre a produção e negociação de sentidos a respeito da criança transgênero.

Longe da ambição de esgotar aqui as discussões sobre esta temática, buscamos organizar resultados de pesquisas acadêmicas brasileiras dos últimos cinco anos voltadas para a temática da criança transgênero com a pretensão de produzir fonte para novas pesquisas. Os diálogos interdisciplinares com os estudiosos nos possibilitaram perceber que, dentre as percepções acerca da infância trans, um ponto em comum entre as pesquisas analisadas é a

exclusão do sujeito que não se encaixa em normas padrões de gênero e também que há distintos modos de subjetivação singular diante da sexualidade e do gênero.

Entendo esta dissertação como uma lógica política, não no sentido de atrair para as universidades e programas de pós-graduações, a responsabilidade de falar pelas crianças transgênero, mas em criar mecanismos nos quais as crianças desta infância trans possam se articular, possam falar e principalmente, possam ser ouvidas. Espero que esta pesquisa possa contribuir permitindo mais visibilidade a sujeitos que não docilizam facilmente seus corpos no que diz respeito à infância e ao gênero em hegemonias excludentes, ineficientes e violentas.

Para compor os percursos metodológicos desta dissertação, não foi possível realizar pesquisa de campo por entendemos a complexidade do tema e a necessidade de um preparo maior para a abordagem de crianças transgênero como sujeitos de pesquisa. Por esta razão, optou-se por realizar um estado da arte organizando as investigações acadêmicas que se aproximam desta temática e utilizar a fala já registrada de pessoas que vivenciam a transgeneridade com o intuito de não cometer o erro de aproximar-se do outro ou de pôr-se no lugar do outro apenas por assimilações.

Sabemos que não temos capacidade de enxergar o mundo do outro e sentir suas dores e alegrias a partir apenas da nossa posição em nosso mundo particular, pois daremos ao seu mundo, a nossa visão e interpretação. Somos como um mirante, cuja visão proporcionada somente é possível a partir de sua localização geográfica.

Pretendemos, a partir do que já está posto nesta dissertação, realizar em trabalhos futuros, investigações trazendo a fala da criança *in loco*, e não mais apenas as falas já publicadas em pesquisas anteriores. Almejamos uma maior e mais significativa aproximação de crianças trans em seus contextos e rotinas diárias.

O maior desafio para tais planejamentos talvez esteja no atual contexto político brasileiro que nos últimos meses marginaliza não apenas grupos sociais classificados como minorias, mas, a ciência, a pesquisa, as universidades e até a educação básica.

Em matéria divulgada na página de notícias da Câmara dos Deputados Federais, com a autoria de Noeli Nobre, no dia 02 de maio de 2019, percebemos a redução/congelamento de aproximadamente 30% das verbas destinadas às universidades e institutos federais de todo o

país. Certamente tal feito impactará severamente na produção de conhecimento através das pesquisas acadêmicas em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Dentre os motivos alegados para tão avassalador procedimento, nas palavras do próprio ministro de Educação, Abraham Weintraub, o corte de recursos das universidades deve-se a ausência da apresentação de resultados acadêmicos esperados e, pasmem todos, que as verbas podem estar financiando “balbúrdia” no campus.

Visto que o desenvolvimento econômico, social, intelectual e humano de um país ocorre mais facilmente em países que investem a longo prazo na educação de sua população, o que se presencia no Brasil é uma marginalização não apenas de crianças que escapam ao conceito e à condição de infância, mas de todo o país. Uma catástrofe, uma segregação sem limites dimensionais que fomenta e perpetua a alienação do povo brasileiro e as estratificações sociais.

É certo que em um governo excludente, os predicados como gênero, idade, religiosidade, raça/etnia, e outros que também possuem valor social agregado e que influenciam a realidade e a subjetividade de um indivíduo, podem e são vistos dentro de um contexto valorativo como características aceitáveis, desejáveis ou repulsivas em sociedade.

Há neste sentido, um longo caminho a ser percorrido pelas Ciências Humanas no Brasil, área que busca a compreensão das distintas maneiras de se viver da humanidade. Há a necessidade de ultrapassar barreiras políticas e metodológicas visando compreender a infância trans e seus sujeitos.

Os caminhos são demasiadamente estreitos e até perigosos, mas o emergir de uma maior visibilidade desta temática e das discussões acerca das pluralidades desta infância fará certamente o trabalho valer a pena.

Com o título deste tópico enfatizando a não conclusão desta discussão, afirmo a necessidade de buscar estratégias que superem a redução de investimentos das universidades brasileiras e avancem na produção de saber acadêmico. O “Desafio” está lançado!

REFERÊNCIAS:

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALZER, Carsten; LAGATA, Carla; BERREDO, Lukas. **2,190 Murders Are Only The Tip of The Iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring Project**. TMM annual report. TvT Publication Series Vol.14 Transgender Europe (TGEU) Berlin Germany | October 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 04/03/2019.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.
- BORBA, Rodrigo. **O (Des)Aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.
- BOTO, Carlota. O Desencantamento da criança: entre a renascença e o século das luzes. in: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN, Moysés Jr. (Orgs.) **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz.). 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Lei nº 8069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 15 de nov. de 2018.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTFóbicas no Brasil: dados da violência**/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>>. Acessado em: 04/03/2019.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de março de 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx>. Acesso em 21/03/2019

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMBI, Franco. **A História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação Ed. da UNESP (FEU), 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das Crianças no Brasil**. 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

DELMONDEZ, Polianne. **Cartografia das Práticas de Subjetivação em Experiências Trans'** 16/03/2017 145 F. (Doutorado Em Processos De Desenvolvimento Humano E Saúde) – Universidade De Brasília, Brasília.

EHRENSAFT, Diane. **The Gender Creative Child: Pathways for Nurturing and Supporting Children Who Live Outside Gender Boxes**. New York - NY ; Foreword Copyright, 2016.

ESQUERDA. Dossier 250: 10 anos sem gisberta, o que mudou **Glossário Trans**. Fev. 2016. Disponível em: < <https://www.esquerda.net/dossier/glossario-trans/41330>>. Acessado em: 06/03/2019.

FALCHI, Cinthia Alves. **Crítica ao Paradigma da Diferença Identitária dos Corpos: Transgressão de Gênero Como Ruptura Ética**. ' 29/03/2018 170 F. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília.

FILHA, Constantina Xavier. **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

FIORAVANTE, Tiago Daniel. **Crianças Queer e a Representação na Mídia Brasileira**. 11/2015 (TCC em Jornalismo) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo. Disponível em: <https://www.academia.edu/19772759/Crian%C3%A7as_queer_e_a_representa%C3%A7%C3%A3o_na_m%C3%ADdia_brasileira>. Acesso em: 02/05/2019.

FRANCO, Elisângela de Carvalho. Ser ou Não Ser? A Disforia de Gênero na Infância: quando o apoio e a compreensão da família são fundamentais à criança. In: **Congresso Internacional em Estudos Culturais**, 5, 2016, Aveiro – Portugal. Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais. Aveiro – Portugal: Grácio Editor, 1ª edição: setembro de 2016, p. 239-247.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. - 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURLAN, Cássia Cristina; MULLER, Verônica Regina. Gênero, sexualidade e docência: (re)pensando práticas Gender, sexuality and teaching: rethinking practices. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 46, n. 32, p. 155-178, maio/ago. 2013)

FURLANI, Jimena. Educação Sexual na Sala de Aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, Gênero e Sexualidade: Reflexões necessárias para se pensar a educação da infância. In: FILHA, C. Xavier. **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

HUZAK, Iolanda; AZEVEDO, Jô. **Crianças de Fibra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações Sobre Identidade De Gênero: Conceitos e Termos** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, abr. 2012. E-Book. Disponível em: <http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans>. Acessado em: 05/03/2019.

_____. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. - III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2013. Universidade do Estado da Bahia. – Grupo Enlace.

_____. Homofobia: identificar e prevenir. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

_____. Crianças trans, vocês existiam? Memórias e seus impactos nos adultos trans. In: AMARO, Sarita. **Crianças e Adolescentes: olhares interdisciplinares para questões do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

_____. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Direito e Práxis Revista**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 537-556. ISSN: 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25377>>. Acessado em: 26/03/2019.

KENNEDY, N. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012. v. 11 n. 2 (2010): Dossiê Trans-formações em gênero.

KUHLMANN, Moysés Jr; FERNANDES, Rogério. Sobre a História da Infância. in: FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A infância e sua Educação - materiais, práticas e representações**. (Portugal - Brasil). - Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE GOFF, J. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEITE, Miriam L. Moreira. A Infância no Século XIX Segundo Memórias e Livros de Viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. - 5ª.ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 951-964, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000400951&lng=pt&nrm=iso>. Acessos: 01 de maio 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. - 5ª.ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

MAUAD, Ana Maria. A Vida das Crianças de Elite Durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das Crianças no Brasil**. 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

Movimento LGBT. **Homossexualidade X Homossexualismo**. Disponível em: <<http://movimentolgbt.com.br/homossexualidade-x-homossexualismo/>>. Acessado em 21/03/2019.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. **Vozes Infantis: As Culturas das Crianças Sateré-Mawé como Elementos de (DES)Encontros com as Culturas das Escolas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

NERY, João Walter. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. 1ª Ed. São Paulo: Leya, 2011.

NEVES, A. L. Machado; SILVA, Iolete Ribeiro; ESPERANÇA, Ângelo C. et al. Escola, Identidade de Gênero e a Transexualidade: Reflexões a partir da antropologia do corpo. in: NEVES, André L. Machado; SILVA, Iolete Ribeiro da; CALEGARE, F. Pereira (Orgs.). **Escola, Sexualidade e Gênero: perspectivas críticas**. - Manaus: UEA Edições, 2016.

NOBRE, Noeli. Câmara dos Deputados. Comissão questiona cortes em universidades; governistas defendem investir na educação de base. **Educação e Cultura**. Disponível em: <<http://bit.ly/camaralegbr>>. Acesso em: 06/05/2019.

OLIVEIRA, João Manuel. Transitar, Descolonizar Corpos Trans. **Transzine**. 2ª edição. – Lisboa, Portugal, 2016. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/SrgioVitorino1/transzine-2>>. Acessado em 21/03/2019.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Comissão da diversidade sexual**. Disponível em: <<https://portal.oabpb.org.br/comissao.php?comiss=28>>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das Crianças no Brasil**. 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

PINHEIRO, Veralucia. O infanticídio como expressão da violência e negação do mito do amor materno. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26, n. 1, abr. 2018. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41476/36299>>. Acesso em: 28 out. 2018.

PRIORE, Mary Del. **Histórias das Crianças no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2.ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-Marítima das Crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das Crianças no Brasil**. 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

REVEL, Jacques. Os Usos das Civilidades. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. 3º Volume São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Difel Difusão Editorial S. A. Editions Garnier Frères, 1979.

SAAD. **Glossário da Diversidade**. Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades – Documento on-line. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <noticias.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Glossário_versãointerativa.pdf>. Acessado em: 28/03/2019.

SANTOS, Elder Cerqueira. Gravidez na Adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 73-85, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/80315>> Acesso em: 28/10/2018.

SANTOS, Rafael Franca. **Goncalves dos. Montagens De Si Relações De Amizade E Experiências Trans Em Campos Dos Goytacazes, 1990-2017.** 26/06/2018 341 F. (Doutorado Em História) – Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Edição rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alexsander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. **Estud. Pesquis. Psicologia**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 484-508, jul. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15n2/v15n2a04.pdf>>. Acessos em: 06/05/2019.

SILVA, Melanie Laura Mariano da Penha. **Infâncias Trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação**' 26/02/2018 140 F. (Mestrado Em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da. **Corpos Antropofágicos: Supermáquina e interseccionalidades em cartoescrita de fluxos indisciplinados**' 17/08/2018 260 F. (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

SILVA, R.; BEZERRA, W.; QUEIROZ, S. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-372, 26 dez. 2015.

SILVA, Otto Marques da. **A EPOPEIA IGNORADA: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987. Disponível em: <<https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da->> Acessado em: 23/07/20018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRANSCENAS. **Glossário de Cenas**. Disponível em: <www.transcenas.org/blog/2015/06/glossario-de-cenas.html>. Acessado em: 07/03/2019

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. in: FILHO, Luciano Mendes F (Orgs.). **A infância e sua Educação**. (Portugal - Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WENETZ, Ileana. Gênero, corpo e sexualidade: negociações nas brincadeiras do pátio escolar. **Cad. CEDES, Campinas**, v. 32, n. 87, p. 199-210, ago. 2012